



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bruno Henrique Costa

**PERCALÇOS DA DIÁSPORA NA ILHA DO DESTERRO: A IMIGRAÇÃO
VENEZUELANA NO BRASIL E NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS

2024

Bruno Henrique Costa

**PERCALÇOS DA DIÁSPORA NA ILHA DO DETERRO: A IMIGRAÇÃO
VENEZUELANA NO BRASIL E NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos

FLORIANÓPOLIS

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Costa, Bruno Henrique Silva

Percalços da diáspora na ilha do desterro : a imigração venezuelana no Brasil e na Grande Florianópolis / Bruno Henrique Silva Costa ; orientador, Fábio Pádua dos Santos, 2024.

140 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Migrações internacionais .
3. Imigração Venezuelana. 4. Dependência. 5. Florianópolis.
I. Santos, Fábio Pádua dos. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Bruno Henrique Silva Costa de Pinho

Percalços da diáspora na ilha do desterro: a imigração venezuelana no Brasil e na Grande Florianópolis

Florianópolis, 1º de julho de 2024

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profª Dr.ª Karine de Souza Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Luís Felipe Aires Magalhães

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Profª Dr.ª Maria Helena Lenzi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 2024

Aos meus queridos pais, por quem nutro amor e admiração inestimáveis. Nos contornos mágicos da palavra escrita é que melhor posso expressá-los. Sem vocês, com certeza nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

“Não entender também é fundamental para a paixão”, diz-nos Valter Hugo Mãe. Os anos que se passaram, como avalanche, ainda não foram totalmente desvelados, pessoalmente: entrar na universidade no período do isolamento social não foi fácil e deixou marcas profundas, sem dúvidas. Com muitas pedras no caminho, não foi aquela imagem ideal do que seria o desabrochar para a vida adulta.

Mesmo árduo, o caminho foi lindo, e hoje agradeço primeiramente à Universidade Federal de Santa Catarina por me haver transformado tão profundamente quanto possível; hoje, sou completamente outro graças ao que este ambiente me proporcionou, em termos de visão de mundo, sociabilidade, pessoas que conheci, perspectivas de futuro, e por aí vai. Em tempos sombrios e ameaçadores para a educação brasileira, encontrar um espaço em que me sinto tão estimulado serve de combustível para contribuir com sua transformação.

A citação do início também se aplica a outras esferas da vida: imiscuir-se nos meandros complicados do saber científico também envolve a compreensão da própria ignorância, e de que o conhecimento é acumulativo, exigindo paciência. Nessa jornada, a orientação do professor Fábio Pádua dos Santos foi indispensável. Agradeço enormemente pelos conselhos, pela paciência com as inseguranças, e por ter sido aquele que mais me estimulou intelectualmente desde o primeiro semestre pós-pandemia. Se hoje considero a docência como carreira para o resto da vida, é também graças a você. Agradeço aos professores Helton Ricardo Ouriques, Karine de Souza Silva, Nildo Domingos Ouriques, Dilceane Carraro, Heloísa Teles e Cristiane Sabino, que ajudaram a plantar em mim a semente do pensamento crítico, agora ansiosa por ser perpetuamente cultivada.

Agradecimentos especiais a Patrícia Fonseca Arienti, que depositou sua confiança em mim como monitor da disciplina de macroeconomia, experiência muito enriquecedora que também suscitou o desejo de ser professor, e de viver para o estudo. Também a Karine e a todos os colegas do grupo Eirène/América, com quem tive trocas interessantes, porta de entrada para outras reflexões sobre a nossa realidade. Também é graças ao grupo, e à professora, que se tornou possível o meu contato diário com os imigrantes venezuelanos. Não poderia deixar de registrar, aqui, minha especial gratidão.

Não fossem os laços que construí durante o caminho e as companhias com quem pude contar nos momentos bons e ruins, este trabalho não teria vindo ao mundo. A Ailton, Airton, Ângela, Harumi, João Quintino, Júlia, Lara Furlan, Lara Iamada, Luís, Luiza, Marina, Matheus, Murilo, Pedro, Sofia e Yara, pelo carinho, risadas e companheirismo; vocês são

muito especiais pra mim! Agradecimentos especiais a Airton e Harumi, que me acompanharam neste ofício tão importante do trato com os imigrantes no dia a dia, força motriz das reflexões desenvolvidas durante os meses de trabalho e pesquisa. Aqui também não posso deixar de agradecer José Rafael Andrade, meu supervisor e mestre desde o início dessa experiência, que além de ensinar, deu-me autonomia e apoiou o projeto. Você e sua história, semelhante a muitas que conheci nessa jornada, foram fonte de inspiração.

Special thanks to Carmen, Constanza, Jaap, Laia, Lucio, Nico and Vittorio, with whom I had the joy of sharing a wonderful experience. I miss you all... À Ângela, Rafa e Victória, que me lembraram do calor brasileiro em terras desconhecidas. Amei conhecer vocês!

Agradeço também a Maria Helena Lenzi e Luís Felipe Aires Magalhães. Cada um à sua maneira, vocês tiveram um impacto profundo nessas páginas que lhes entrego de coração aberto.

Faltam-me palavras para agradecer Flávia - elas não são suficientes. Nas mais belas coincidências do destino, pudemos nos encontrar, e o que posso dizer é que você deixou tudo mais leve, mais claro. Você me ensinou milhões de coisas, mostrou-me as cores do amor, e sei que o que a gente construiu é pra sempre. Tive muito orgulho de você há alguns meses, e sou grato de ter você ao meu lado agora que chegou minha vez.

Agradeço profundamente aos imigrantes de todo o mundo, que desbravam terras estrangeiras a duras penas, tateando o próprio futuro em busca de nova morada. Especialmente aos venezuelanos entrevistados, que me confiaram suas histórias e de cuja trajetória tive a honra de participar.

Por fim, os agradecimentos mais especiais são dedicados aos meus queridos pais, Antonio e Deise. Por tudo que já fui e serei, sempre serei grato. Amo vocês, e espero ainda fazê-los orgulhosos de muitas outras conquistas.

*Sinto o ímpeto de ir ao mundo, de carregar a dor
da terra, o prazer da terra, de lutar contra as
tempestades, de enfrentar a ira do trovão...
Nuvens se ajuntam sobre mim, a lua esconde sua
luz, a lâmpada se apaga! Devo levantar... Eu era
nada, e aquilo me bastava. Agora não quero
mais a parte, eu quero toda a vida.
Os espíritos pairam próximos, e me ouvem.
Desçam! Desçam dessa atmosfera áurea e
levem-me daqui para uma vida nova e variada.
Que o manto mágico seja meu e me carregue
para terras estrangeiras (Terra estrangeira,
1995).*

RESUMO

As raízes da onda migratória bastante expressiva de venezuelanos ao Brasil e ao estado de Santa Catarina nos últimos anos devem ser buscadas na economia política da Venezuela e no papel que ela ocupa na hierarquia global, para além da crise humanitária que o país vivencia atualmente. Sob essa ótica, o presente trabalho busca compreender a relação entre a migração, a mobilidade de trabalho e a desigualdade sistêmica entre países centrais e dependentes, a partir do caso venezuelano, visando responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais são os determinantes objetivos e subjetivos da migração venezuelana ao Brasil e à Grande Florianópolis, em termos da divisão internacional do trabalho e do papel que nela desempenha a economia venezuelana? Para isso, à luz da Teoria Marxista da Dependência e de um conjunto de autores que analisam o fenômeno migratório criticamente, mostramos de que maneira a reprodução desigual e combinada do capitalismo condiciona os deslocamentos internacionais, e analisamos as repercussões individuais que os imigrantes sentem como determinantes subjetivos da migração, sobretudo com base no sociólogo argelino Abdelmalek Sayad. O referencial bibliográfico das teorias migratórias e da história venezuelana será articulado com os resultados obtidos na pesquisa de campo com os imigrantes venezuelanos atendidos pela parceria entre a Defensoria Pública da União e o grupo Améfrica-UFSC, a fim de investigar as particularidades deste fluxo Sul-Sul na região metropolitana de Florianópolis. Em sua maioria mulheres trabalhadoras em idade economicamente ativa, jovens e de escolaridade média, esses indivíduos abandonam em massa sua terra natal após a crise em que o país se afunda desde meados da década de 2010, com efeitos que se expressam individualmente na falta de emprego, insegurança e fragilidade nos serviços básicos. Escolhem o Brasil por aqui enxergarem a possibilidade de uma vida mais digna, com mais oportunidades e custo de vida mais baixo, além da proximidade geográfica - a despeito das dificuldades com a barreira do idioma - e da reunião familiar. Embora haja uma melhora relativa nas condições econômico-financeiras dos venezuelanos, a realidade material da migração por vezes colide com as expectativas do projeto migratório: para além dos aspectos subjetivos de desenraizamento, solidão e saudade envolvidos no processo, as dificuldades com a subsistência básica persistem, sobretudo pela centralidade das remessas para os familiares de origem no total da renda. Encontram condições de trabalho mais dignas e até melhores salários em comparação à Venezuela, mas exercem as atividades indesejadas pelos brasileiros, trabalhando jornadas maiores do que a média e ocupando os estratos mais baixos de nível salarial. Ao adentrarem o mercado de trabalho de outro país caracterizado historicamente pela dependência em relação ao centro do capitalismo, os imigrantes servem ao capital na medida em que sua força de trabalho móvel é superexplorada, oferecida como mão de obra barata aos setores que dela necessitam.

Palavras-chave: Imigração venezuelana; Dependência; Migrações Internacionais; Desigualdade sistêmica; Florianópolis.

ABSTRACT

The surge of Venezuelan migration to Brazil, particularly to the state of Santa Catarina, in recent years can only be understood by examining the political economy of Venezuela and its position in the global hierarchy, not solely through the lens of the current humanitarian crisis. This research aims to delve into the intricate relationship between migration, labor mobility, and systemic inequality between core and dependent countries, using the Venezuelan case as a compelling example, aiming to answer the following research question: what are the objective and subjective determinants of Venezuelan migration to Brazil and Grande Florianópolis, in terms of the international division of labor and the role that the Venezuelan economy plays in it? To achieve this, drawing on the Marxist Dependency Theory and a set of authors who critically analyze the migratory phenomenon, we demonstrate how the unequal and combined reproduction of capitalism conditions international displacements, and examine the individual repercussions that immigrants experience as subjective determinants of migration, particularly based on the Algerian sociologist Abdelmalek Sayad. The bibliographical framework of migration theories and Venezuelan history will be integrated with the results obtained from field research with Venezuelan immigrants served by the partnership between *Defensoria Pública da União* and the Améfrica-UFSC group, focusing on the particularities of this South-South migration flow within the Florianópolis metropolitan region. Driven by the escalating crisis in their homeland since the mid-2010s, which has resulted in widespread unemployment, insecurity, and a precarious basic services infrastructure, these migrants, predominantly working-age women with moderate education, are leaving Venezuela in droves. They choose Brazil, despite the language barrier, in the hope of a more dignified life with greater opportunities and a lower cost of living, as well as the proximity to family. While there has been a relative improvement in the economic and financial conditions of Venezuelans, the material realities of migration often clash with the expectations of their migration project. Beyond the subjective aspects of uprooting, loneliness, and longing associated with this process, the challenges of basic survival persist, particularly given the centrality of remittances to their families back home. Venezuelan migrants find more dignified working conditions and even better wages compared to their country of origin, but they often take on jobs that Brazilians are unwilling to do, working longer hours than average and occupying the lowest levels of income. As they enter the labor market of a country historically characterized by dependence on the capitalist core, these immigrants serve capital by having their mobile labor force superexploited, offered as cheap labor to the sectors that need it.

Keywords: Venezuelan immigration; Dependency; International migration; Systemic inequality; Florianópolis.

RESUMEN

La oleada migratoria de venezolanos hacia Brasil, particularmente al estado de Santa Catarina, en los últimos años, solo puede comprenderse examinando la economía política de Venezuela y su papel en la jerarquía global, más allá de la crisis humanitaria que el país vive actualmente. Bajo esta óptica, el presente trabajo busca comprender la relación entre la migración, la movilidad laboral y la desigualdad sistémica entre países centrales y dependientes, utilizando el caso venezolano como un ejemplo contundente, con el objetivo de responder a la siguiente pregunta de investigación: ¿cuáles son los determinantes objetivos y subjetivos de la migración venezolana hacia Brasil y la Gran Florianópolis, en términos de la división internacional del trabajo y del papel que desempeña en ella la economía venezolana? Para lograr este objetivo, a la luz de la Teoría Marxista de la Dependencia y de un conjunto de autores que analizan críticamente el fenómeno migratorio, mostramos cómo la reproducción desigual y combinada del capitalismo condiciona los desplazamientos internacionales, y analizamos las repercusiones individuales que los inmigrantes experimentan como determinantes subjetivos de la migración, especialmente basándonos en el sociólogo argelino Abdelmalek Sayad. El marco bibliográfico de las teorías migratorias y de la historia venezolana se integrará con los resultados obtenidos en la investigación de campo con los inmigrantes venezolanos atendidos por la colaboración entre la Defensoría Pública de la Unión y el grupo América-UFSC, con el fin de investigar las características únicas de este flujo migratorio Sur-Sur dentro de la región metropolitana de Florianópolis. Impulsados por la crisis que se profundiza en su tierra natal desde mediados de la década de 2010, y que ha resultado en un desempleo generalizado, inseguridad y una infraestructura precaria de servicios básicos, estos migrantes, en su mayoría mujeres trabajadoras en edad económicamente activa, jóvenes y con escolaridad media, abandonan Venezuela en masa. Eligen Brasil porque aquí ven la posibilidad de una vida más digna, con más oportunidades y un costo de vida más bajo, además de la reunificación familiar y de la proximidad geográfica, a pesar de las dificultades con la barrera del idioma. Si bien ha habido una mejora relativa en las condiciones económicas y financieras de los venezolanos, la realidad material de la migración a menudo choca con las expectativas del proyecto migratorio: más allá de los aspectos subjetivos del desarraigo, la soledad y la nostalgia involucrados durante el proceso, las dificultades para la subsistencia básica persisten, sobre todo por la centralidad de las remesas para sus familias de origen en el total de sus ingresos. Encuentran condiciones de trabajo más dignas e incluso mejores salarios en comparación con Venezuela, pero realizan los trabajos que los brasileños no quieren hacer, trabajando jornadas más largas que el promedio y ocupando los estratos más bajos del nivel salarial. Al ingresar al mercado laboral de otro país caracterizado históricamente por la dependencia del centro del capitalismo, los inmigrantes sirven al capital en la medida en que su fuerza laboral móvil es superexplotada, ofrecida como mano de obra barata a los sectores que la necesitan.

Palabras clave: Inmigración venezolana; Dependencia; Migraciones Internacionales; Desigualdad sistémica; Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da fronteira Venezuela - Brasil.....	78
Figuras 2 e 3 - Dispersão dos venezuelanos em 2016-2017 e 2018-2020, respectivamente.....	80
Figura 4 - Idade e sexo dos imigrantes venezuelanos no Brasil (2015-2022).....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Local de nascimento dos imigrantes com visto de residência em 2022..	
18	
Gráfico 2 - Migrantes registrados no Brasil, de 2000 a 2022 (valor anual e acumulado).....	18
Gráfico 3 - Total de remessas recebidas no mundo, em milhões de US\$.....	43
Gráfico 4 - Total de remessas recebidas pela Venezuela, em milhões de US\$.....	43
Gráfico 5 - Evolução da imigração venezuelana pelo mundo, conforme variação do PIB per capita venezuelano (1990 a 2010).....	69
Gráfico 6 - Evolução dos preços do petróleo cru, em US\$ por barril.....	73
Gráfico 7 - Principais destinos latinoamericanos da migração venezuelana, de 2018 a 2023.....	76
Gráfico 8 - Solicitações de refúgio e solicitações acumuladas de venezuelanos no Brasil (2014-2023).....	79
Gráfico 9 - Distribuição dos imigrantes venezuelanos por UF, de 2015 a 2022...82	
Gráfico 10 - Imigrantes venezuelanos no Brasil, de 2015 a 2022, por sexo.....	82
Gráfico 11 - Homens e mulheres migrantes venezuelanos registrados em SC (2015 - 2022).....	83
Gráfico 12 - Pirâmide etária dos venezuelanos entrevistados na DPU.....	88
Gráfico 13 - Escolaridade dos venezuelanos entrevistados.....	89
Gráfico 14 - Status laboral, na Venezuela, dos migrantes entrevistados.....	94
Gráfico 15 - Fatores de expulsão dos venezuelanos entrevistados.....	98
Gráfico 16 - Fatores de atração dos venezuelanos entrevistados.....	101
Gráfico 17 - Grau de satisfação com a condição econômica dos venezuelanos entrevistados.....	107
Gráfico 18 - Remessas enviadas pelos venezuelanos entrevistados, por intervalo....	
108	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Migrantes internacionais, de 1965 a 2020.....	16
Tabela 2 - Cidades que mais receberam venezuelanos em SC (2015-2022)....	84
Tabela 3 - Distribuição dos venezuelanos entrevistados, por status migratório, segundo validade do documento.....	90
Tabela 4 - Status laboral, no Brasil, dos imigrantes venezuelanos entrevistados	91
Tabela 5 - Status laboral e escolaridade dos venezuelanos entrevistados.....	92
Tabela 6- Estado de origem dos venezuelanos entrevistados.....	93
Tabela 7 - Escolaridade e ocupação dos venezuelanos entrevistados.....	95
Tabela 8 - Principal despesa dos imigrantes entrevistados, segundo satisfação com a renda.....	98
Tabela 9 - Escolaridade e ocupação dos venezuelanos entrevistados.....	102
Tabela 10 - “Melhores oportunidades” como fator de atração, e avaliação do acesso a oportunidades dos imigrantes entrevistados.....	104
Tabela 11 - Tempo de estadia e porcentagem dos venezuelanos entrevistados que afirmaram se sentir em casa.....	111

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. AS TEORIAS MIGRATÓRIAS: A IMIGRAÇÃO COMO PROBLEMA, OS NEOCLÁSSICOS E OS DETERMINANTES OBJETIVOS E SUBJETIVOS	28
2.1 A ESCOLA DE CHICAGO E OS NEOCLÁSSICOS: OS “PROBLEMAS” DA ASSIMILAÇÃO E DO MERCADO DE TRABALHO	29
2.2 O TRABALHO E AS DESIGUALDADES COMO DETERMINANTES OBJETIVOS DA MIGRAÇÃO	35
2.3 A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” E O DESENRAIZAMENTO COMO EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DOS MIGRANTES	46
3. DIÁSPORA EM CURSO - A CONSTITUIÇÃO DOS VENEZUELANOS COMO POPULAÇÃO MIGRANTE	57
3.1 A DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO E O PACTO DE PUNTO FIJO	58
3.2 A RUPTURA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PETROLEIRA E A MIGRAÇÃO DA MÃO DE OBRA VENEZUELANA	64
3.3 O ENFRAQUECIMENTO DO CHAVISMO, A CONJUNTURA EXTERNA E A ELEVAÇÃO SUBSTANCIAL DAS MIGRAÇÕES	71
3.4 A INTENSIFICAÇÃO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA AO BRASIL: UM PANORAMA	77
4. VENEZUELANOS NA “ILHA DO DESTERRO”: PESQUISA DE CAMPO COM IMIGRANTES ATENDIDOS NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DE FLORIANÓPOLIS	88
4.1 PERFIL GERAL DOS VENEZUELANOS ENTREVISTADOS	90
4.2 “NÃO TINHA O QUE LHE DAR DE COMER”: VIDA NA VENEZUELA E FATORES DE EXPULSÃO	95
4.3 ENTRE O ACOLHIMENTO E A FRUSTRAÇÃO: A VIDA DOS VENEZUELANOS NO BRASIL E NA GRANDE FLORIANÓPOLIS	103
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	125
ANEXO - PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	132

1. INTRODUÇÃO

*Esses pedaços de ti, América, partiram-se na
minha mão. A criança espantada
não sabe juntá-los
(Andrade, 2023).*

Antes que se atribua nome, rosto e lugar ao fenômeno específico que aqui será investigado, é preciso contextualizar o tema mais amplo do trabalho, que já há algumas décadas recebe atenção dos sociólogos, antropólogos, internacionalistas, demógrafos e outros cientistas sociais que de alguma forma lidam com o deslocamento humano no espaço. Embora consciente de que uma tão difícil tarefa de síntese não pode ser feita em tão poucas páginas, esta introdução dará conta de apresentar um panorama geral das migrações internacionais, seus principais conceitos e algumas considerações críticas sobre eles, já com algumas pinceladas das filiações teóricas que inspiraram a elaboração do trabalho.

De acordo com relatório publicado pela Organização Internacional para as Migrações (2021), em 2020 aproximadamente 281 milhões de pessoas habitavam em outros países que não o seu local de nascimento, número consideravelmente maior (83%) que aquele de 30 anos atrás, quando havia aproximadamente 153 imigrantes dispersos pelo mundo. Mas o que são as migrações internacionais, seus termos e conceitos mais importantes, de acordo com as principais instituições e acordos internacionais que tratam sobre o tema? Das questões que geram maior confusão no senso comum - e debate nos meios acadêmicos - se destaca, precisamente, a distinção entre as categorias migração e refúgio, e entre os sujeitos que com base nela são designados de uma ou outra forma. Desde 1948, quando da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, migrar é um direito humano fundamental, e de acordo com definição da Organização das Nações Unidas (2009), um migrante é qualquer pessoa que “se desloca para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias”, compreendendo-se, assim, determinado grau de voluntariedade na decisão. A tabela abaixo mostra a evolução desse contingente nas últimas cinco décadas, bem como de sua porcentagem em relação à população mundial:

Tabela 1 - Migrantes internacionais, de 1965 a 2020

Ano	Nº de imigrantes	% da pop. mundial
1965	≈75.000.000	2.2
1970	84.460.125	2.3
1975	90.368.010	2.2
1980	101.983.149	2.3
1985	113.206.691	2.3
1990	152.986.157	2.9
1995	161.289.976	2.8
2000	173.230.585	2.8
2005	191.446.828	2.9
2010	220.983.187	3.2
2015	247.958.644	3.4
2020	280.598.105	3.6

Fonte: OIM (2000, 2021)

A América Latina vem apresentando importante crescimento nesse sentido nos últimos 15 anos (de 7 para 15 milhões de imigrantes), expressando em estatísticas o fenômeno da migração Sul-Sul¹, naquilo em que se encaixa o objeto de estudo do presente trabalho. As migrações Sul-Sul, que a partir dos anos 2000 passam a substituir a predominância de fluxos Sul-Norte (ou leste-oeste, ainda anteriores) nos deslocamentos globais, são marcados pela participação de países periféricos do capitalismo tanto na origem quanto no destino, como é o caso da imigração venezuelana ao Brasil. Como suas principais características, Silva e Baeninger (2022) destacam o caráter regional e fronteiriço dessas migrações, além do fato de essas nações periféricas atuarem como “tampão” no sistema internacional, impedindo o direcionamento desses imigrantes aos países centrais do capitalismo. Segundo os autores,

¹ Dentre os fatores que podem explicar a transformação de fluxos migratórios tradicionalmente Sul-Norte (ou leste-oeste, ainda anteriores) em Sul-Sul, autores como Magalhães (2017) e De Sousa (2023) apontam o recrudescimento de hostilidades de caráter xenofóbico e anti-imigrantes, e a volta de políticas migratórias restritivas, sobretudo a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001 e da crise financeira de 2008.

[...] o fato de que boa parte dessas respostas a essa mobilidade provida pelos países da região possuem influência, recursos e interesses do Norte Global, os quais querem impedir a chegada dessas pessoas aos seus países. Quando se analisa a questão dos recursos de financiamento de tais ações, isto se torna evidente, principalmente por parte das organizações internacionais, com a presença de ações em toda região para o atendimento de imigrantes da Venezuela. O Brasil se tornou um dos países-tampões no Sul Global “para isolar e filtrar os ‘estrangeiros’, apóia-se no mesmo princípio de afastamento-encerramento dos indesejáveis (Agier, 2006, p. 201). A maior parte desses recursos investidos são para ações determinadas, num processo que, com algumas ressalvas, pode ser visto como uma externalização de fronteiras do Norte no Sul global (Silva; Baeninger, 2022, p. 130).

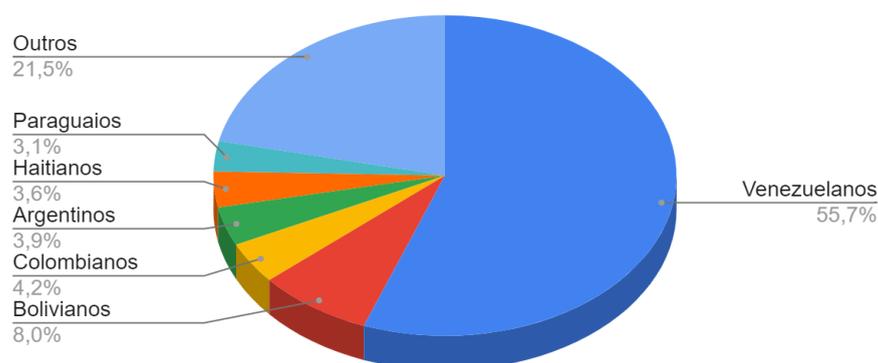
De acordo com a ONU (2019), os países do chamado Sul Global são origem de 74% de todos os migrantes internacionais, e desde 2005 o crescimento dos fluxos Sul-Sul é mais acentuado se comparados aos Sul-Norte: enquanto os últimos cresciam em cerca de 9 milhões a cada cinco anos desde 1990, os primeiros permaneciam estagnados na marca de 60 milhões até 2005, aumentando rapidamente para mais de 105 milhões em 2019.

Retomando os dados globais, que a grande maioria daqueles que migraram durante o ano de 2020 estavam em idade economicamente ativa, entre 15 e 64 anos (78%), refletindo de antemão uma das linhas argumentativas que se desenvolverá posteriormente, de acordo com a qual não se pode perder de vista o fundamental papel que a mobilidade do trabalho - e as particularidades que lhe emprestam as transformações do desenvolvimento capitalista - exerce para a compreensão dos fluxos migratórios de hoje. (Vendramini, 2018 ; Magalhães, 2017; Gaudemar, 1977)

No que diz respeito ao Brasil, não são novas entre o senso comum e nos veículos de imprensa as impressões de que nos tornamos, cada vez mais, um país de imigração (Patarra, 2012), alimentadas não só mutuamente (o povo e a imprensa) mas também pela própria realidade cotidiana que de forma ou outra nos apresenta um país com maior diversidade étnica e cultural do que, por exemplo, há 20 anos atrás. A presença dos imigrantes é sentida não só pelo convívio direto, que foi se tornando mais frequente no mercado de trabalho e na vizinhança, sobretudo em áreas mais pobres, mas também através de um olhar distanciado da classe média aos imigrantes desempenhando posições e ocupando lugares de penúria e sofrimento. Bolivianos pedindo dinheiro nas ruas de São Paulo, venezuelanos em situação de rua tentando vender seus artesanatos, haitianos em situações análogas à escravidão, etc. Cenas que, embora não raro suscitem empatia por parte dos brasileiros, constroem e retroalimentam determinadas representações imagéticas desses que vêm de fora, e, mais que tudo, traduzem em sua maior crueza o estado atual de coisas no que concerne às políticas migratórias, no plano específico, e às brutais desigualdades de renda, no plano geral.

De acordo com relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBmigra), parceria entre a Universidade de Brasília e o Ministério de Justiça e Segurança Pública, em 2022 o Brasil apresentou o número acumulado de 1,2 milhão de solicitações de residência, em mais de dez vezes superior ao número encontrado em 2013 (105.094), quando as pesquisas ali foram iniciadas. Dos 186.311 imigrantes que ingressaram no território com visto de residência regular em 2022 - exceto os portadores de visto de turismo -, 100.115 (53,76%) e 86.164 (46,24%) eram mulheres. Quanto à nacionalidade de nascimento, 103.705 (55,7%) eram venezuelanos, seguidos pelos bolivianos, que representavam 8% com 15.036 imigrantes, colombianos, com 7.869 (4,2%), argentinos, com 7.201 (3,9%) e, por fim, os haitianos - estes que até 2016 representavam o fluxo mais significativo de imigrantes ao Brasil, por razões histórico-estruturais não tão distintas daquelas que levaram os nacionais da Venezuela à sua atual diáspora pelo mundo -, com 6.770 (3,6%) imigrantes registrados nesse mesmo ano. (Sismigra)

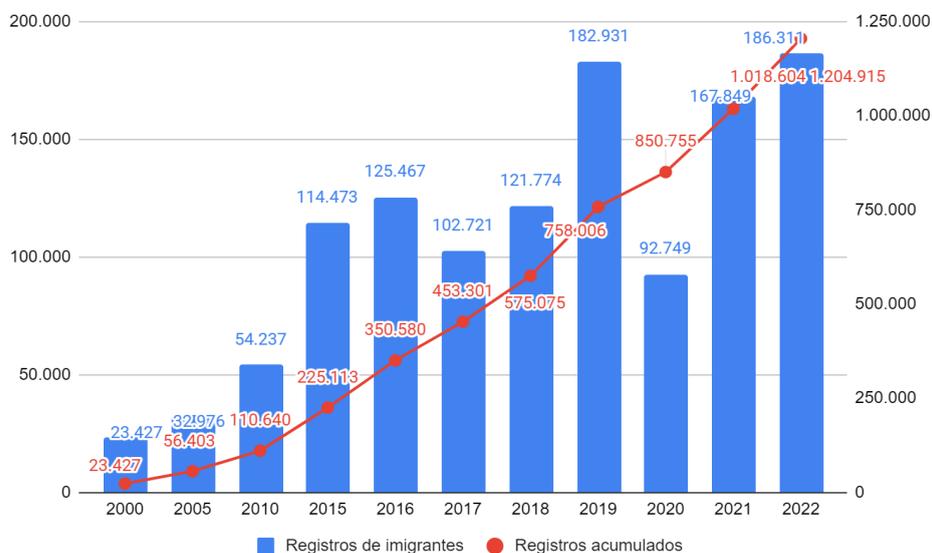
Gráfico 1 - Local de nascimento dos imigrantes com visto de residência em 2022



Fonte: Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra).

Diacronicamente, a fim de que seja observado o crescimento das migrações totais em direção ao território brasileiro nos últimos anos, o gráfico abaixo mostra o total de imigrantes registrados por ano pela Polícia Federal, com base nas tabulações feitas pelo Observatório das Migrações em São Paulo, grupo de pesquisa do NEPO-Unicamp. Analisando o período dos últimos 20 anos, apenas, vê-se que a série quase decuplicou; a série representada em linha, por sua vez, expressa o valor acumulado dos registros, que dá uma ideia do estoque total de imigrantes no país no decorrer do tempo.

Gráfico 2 - Migrantes registrados no Brasil, de 2000 a 2022 (valor anual e acumulado)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (2022)

O refúgio, por sua vez, entra na categoria de “migração forçada” (ONU, 2009, p. 41), que inclui deslocamentos - internos ou internacionais - em cujas causas se verifica algum elemento de **coação** provocado por ação direta do ser-humano ou por desastres naturais. Possivelmente pela maior vulnerabilidade dos sujeitos que abarca e do contexto particular em que o termo foi concebido - qual seja, o dos deslocamentos maciços ocorridos após o fim da Segunda Guerra Mundial -, o refúgio envolve um status jurídico específico, com definições e proteções legais estabelecidas por convenções no direito internacional, enquanto o migrante² tem resguardados internacionalmente os seus direitos na mesma base do quadro legal dos direitos humanos.

O primeiro e mais conhecido desses dispositivos destinados a assegurar o direito dos refugiados é a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951³. Seguindo-se ao grande número de migrações forçadas que se produziam nos escombros da Segunda Guerra, o documento visa precisar a definição de refúgio e consolidar, na relação jurídica entre refugiados e os seus países de (des)acolhimento, quais seriam suas garantias (direitos empregatícios, liberdade de movimento, proibição de expulsão,

² Na esfera nacional, contudo, os direitos e deveres do migrante em território brasileiro são regulamentados pela Lei nº 13.445/2017, a Nova Lei de Migração.

³ Ano posterior a que se decide pela criação, por parte da Assembleia das Nações Unidas, do já citado Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), agência de proteção internacional às pessoas em situação de refúgio.

naturalização) e obrigações (conformação às leis, manutenção da ordem pública). A categoria jurídica é designada, então, a toda e qualquer pessoa

que, em consequência dos acontecimentos **ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951** e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, 1951, grifo nosso)

Destaque especial não por acaso é dado ao marco temporal que a Convenção estabelece; afinal, essa é a principal questão por trás de outros esforços que são posteriormente empreendidos na tentativa de ultrapassar o problema de que, por motivos óbvios, novos fluxos de refugiados seriam ocasionados por razões diversas no contexto internacional - nomeadamente aqueles resultantes dos movimentos de descolonização da segunda metade do século XX. Surge, então, apenas em 1967, o *Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados*, também proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que mantém a definição disposta na convenção anterior e revoga o requisito temporal; ou seja, dali em diante não seria condição para o reconhecimento de refugiados a causa do deslocamento ter ocorrido antes de 1951.

Nas esferas regionais, destacam-se também como dispositivos jurídicos de salvaguarda a Convenção sobre Refugiados da União Africana (1969. p. 03), que incluiu na definição trechos importantes aos movimentos de descolonização como “agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública” no rol de motivações para a fuga de suas terras natais; e, principalmente, no que diz respeito à realidade latino-americana, a Declaração de Cartagena (1984), de cujas novas disposições específicas à região se sobressaem as ameaças pela violência generalizada, os conflitos internos e a violação maciça dos direitos humanos⁴. Por fim, no Brasil a situação dos refugiados é também amparada na Lei nº 9.474/97, que estabelece mecanismos para a implementação do Estatuto de 1951 e determina outras providências, como a criação do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados)⁵.

⁴ É importante notar, a esse respeito, que por vezes não é simples aplicar absoluta e objetivamente as novas categorias introduzidas pela Declaração de Cartagena. É o que se expressa no caso venezuelano, em que disputas ideológicas podem estar subjacentes a acusações ao governo Maduro, aos setores de oposição, e a Hugo Chávez, nos fluxos migratórios mais antigos. No caso do Brasil, particularmente, não se deve negligenciar o elemento político da concessão do refúgio: o reconhecimento da situação de grave e generalizada violação dos Direitos Humanos na Venezuela “pode ser entendido como parte da estratégia do governo Bolsonaro em se opor, nos planos doméstico e internacional, às políticas alinhadas ao espectro político-ideológico da esquerda” (Martino; Moreira, 2020, p. 160).

⁵ Trata-se de um órgão colegiado, vinculado ao MJSP e constituído por representantes governamentais e da sociedade-civil, responsável pelo reconhecimento da condição de refugiado aos imigrantes que aguardam a

Não é sem uma boa medida de senso crítico que devem ser absorvidas tais distinções, por vezes arbitrárias - sejam elas oficiais ou no âmbito do discurso -, entre migração e refúgio, tampouco se deve renunciar ao questionamento em torno da utilidade que possam ainda ter dispositivos legais estabelecidos há, pelo menos, quatro décadas, numa conjuntura internacional e doméstica bastante distinta. Ora, mesmo nas discussões precedentes à Convenção de Genebra de 1951, a primeira na consolidação da dicotomia refúgio/ migração, já se opunham duas propostas diferentes, espelhando os conflitos ideológicos dos dois pólos da Guerra Fria: enquanto o bloco socialista atribuía menor relevância às perseguições de cunho político e reivindicava a violência e as desigualdades socioeconômicas como central para a definição de refúgio, o ocidente, defensor da versão oficial e vigente até os dias de hoje, com sua ênfase nas perseguições transpunha para o campo do direito internacional o binômio “imigrante econômico”/“refugiados”, bastante característico do contexto pós-guerras. (Vaz, 2023; Medeiros, 2022)

Ou seja, por um lado, aquele que deixa espontaneamente sua terra na busca de mais prósperos horizontes, um capital humano positivo ao país de destino, quase como um “*self-made man*” à americana, por vezes confundindo-se esse tipo de imigração com a chamada “fuga de cérebros”; de outro, o refugiado caracterizado solidamente e sem contradições, beirando a generalização, como aquele que sofre com queixas concretas de perseguições no seu país de origem.

Sabe-se que não é mais assim - se é que alguma vez já foi - que opera a materialidade das migrações, e a própria OIM (2019) salienta, em seu Glossário sobre as Migrações, que nos dias de hoje o termo “migrante econômico” é não raro utilizado para isentar as nações de destino - em geral, países centrais do capitalismo - das responsabilidades para com esses indivíduos. Stephen Castles, por outro lado, aponta para a obsolescência e o anacronismo do regime internacional de refúgio, apelando a que sejam consideradas as mais recentes e mais complexas variáveis determinantes no contorno dos fluxos migratórios, “padrões mais amplos de mudança global, especialmente no que concerne à globalização e à emergência de um novo sistema internacional de poder baseado na hegemonia de uma única superpotência”, bem como os múltiplos aspectos das desigualdades Norte-Sul, na denominação do autor (Castles, 2006, p. 24).

Contrapondo-se à ênfase exclusiva que hoje se atribui à segurança e à liberdade básicas, a ampliação do conceito de refúgio reivindica o enfoque na **subsistência** básica,

decisão em território brasileiro. Suas competências estão definidas no art. 12 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Ver <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>.

fundamento daquilo que alguns autores nesse sentido denominam “migração de sobrevivência”; como evitar a comparação, senão a equivalência, de indivíduos forçosamente exilados de sua terra natal por uma guerra civil ou perseguição religiosa, àqueles cujo destino nenhuma alternativa oferece senão a penúria e a fome, sem nenhuma possibilidade de solução ou reparação por parte do Estado em que nasceram? Sem dúvidas, alternativas não faltam para se construir no que se deriva dos questionamentos acerca dessa obsoleta distinção entre migração e refúgio, e as discussões são bem-vindas. Aprofundar-se nelas, contudo, não se encaixa nos objetivos deste trabalho; mais nos interessa delimitar as lentes através das quais o fenômeno migratório será analisado nas páginas que seguem.

Entende-se, pela divisão internacional do trabalho em que as migrações tomam forma, um sistema desigual e combinado, “implantado pela força econômica e militar dos países centrais colonizadores e imperialistas, com o apoio e a cumplicidade das classes dominantes -dominadas que se articulam com esse sistema global por meio de sua especialização subordinada” (Dos Santos, 2016, p. 83). Dependência essa que se expressa, desde a vinculação dos países latinoamericanos e periféricos ao mercado capitalista mundial, na forma de transferências de valor aos países centrais e dominantes desse mesmo sistema; no princípio, isso se dava através da expropriação de recursos e do colonialismo; hoje, vão desde as remessas de lucro, pagamento de royalties, até as migrações internacionais, aqui entendidas como expressão da mobilidade forçada do trabalho a serviço do capital (Gaudemar, 1977). Os imigrantes, em sua maioria, partem daqueles que são os “vencidos” desse sistema internacional, os países dependentes ou subdesenvolvidos; condenados desde cedo pelo local de nascimento e na falta de horizontes concretos de ascensão social, vêm na migração a possibilidade de contornar, individualmente, essas desigualdades no plano global. Sem nada a oferecer senão sua força de trabalho, tendo pouco a perder em um novo começo, num território desconhecido e que por vezes lhes é hostil, esses indivíduos acabam servindo de mão de obra barata, trabalhando jornadas extenuantes nos empregos rechaçados pelos habitantes nativos. Entra em jogo, então, o conceito da superexploração do trabalho.

De acordo com Theotonio dos Santos,

grande parte dos excedentes produzidos nas regiões periféricas são deslocados para regiões semiperiféricas e centrais, concentrando nelas as forças econômicas para a acumulação de capital e as possibilidades para a criação de condições de vida e de consumo extremamente elevadas em relação às zonas semiperiféricas e periféricas. Nestas, a taxa de exploração do trabalho tem de ser muito mais elevada para permitir a formação de excedentes suficientemente amplos para serem remetidos, em boa parte, para o exterior. Esta superexploração do trabalho impede a formação de um mercado interno poderoso e dificulta a acumulação de capitais e, portanto, o desenvolvimento econômico e social (Dos santos, 2016, p. 144).

A superexploração, compreendida como a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor real, isto é, abaixo do tempo de trabalho necessário para criar um valor equivalente ao dos bens indispensáveis para a subsistência da classe trabalhadora, constitui “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (Marini, 2013, p. 52). Conforme o mesmo autor, esse fenômeno pode se expressar de três formas distintas: o aumento da intensidade no trabalho, o prolongamento da jornada, isto é, o acréscimo no número de horas trabalhadas, e um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal, pelo qual “o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (Marini, 2000, p. 123-124). Em outras palavras, a expropriação, por parte do capitalista, de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho, ou a redução de sua capacidade de consumo.

Na imigração venezuelana ao Brasil, não se trata da relação clássica de dominação centro-periferia; ambos os países expressam o subdesenvolvimento ou situações de dependência particulares, a partir de seus processos históricos específicos. Pelo conjunto de razões que discutiremos no segundo capítulo, estreitamente relacionadas à economia política venezuelana e à crise que vivencia no período atual, os seus habitantes são levados a escolher o vizinho lusófono - pela proximidade geográfica, melhores oportunidades de emprego e custo de vida mais baixo -, que hoje ocupa uma posição mais favorecida na hierarquia global de poder.

O elemento que ainda une as duas economias, e que tem na imigração o seu propulsor, é a superexploração do trabalho. Diante da falta de capacidade do mercado de trabalho venezuelano em absorver o contingente de força de trabalho disponível, pela crise generalizada em que a nação se vê afundada, os venezuelanos procuram na imigração quase que como a última saída para uma vida digna; como trabalhadores móveis, contribuem ao indispensável pressuposto da mobilidade de trabalho livre ao capital, e, embora aqui desfrutem de melhores condições financeiras em comparação à terra de origem, são os primeiros a serem superexplorados, recebendo baixos salários e tendo ainda mais restringidas as possibilidades de ascensão social, sobretudo pelo não reconhecimento de sua qualificação laboral e intelectual. Aqui, são imigrantes, e como imigrantes devem cumprir um propósito específico: fornecer mão de obra barata para os setores que dela necessitem na cidade que os recebe.

A análise dos fatores histórico-estruturais não deve sucumbir, no entanto, a um mecanicismo na interpretação das migrações internacionais, de modo a ignorar a **agência** desses sujeitos durante a migração; afinal, ela necessariamente envolve motivações e decisões de mais alta importância, com marcas profundas e indeléveis em todo o resto de suas vidas. Daí um dos principais anseios durante a pesquisa ter sido, precisamente, investigar os contornos específicos desse processo decisório. Se as migrações fossem pura e simplesmente mobilidade forçada como fruto das desigualdades globais, sem um papel ativo dos migrantes nesse processo - com todas as particularidades de cada momento histórico e do fluxo analisado - observaríamos ondas migratórias massivas não apenas emergindo de forma constante com origem nos países historicamente rebaixados na hierarquia internacional, mas também assim que entrássemos em qualquer período de acirramento nas disputas interestatais do sistema capitalista - o que não é o caso.

Aliado a isso, propomos adentrar nos determinantes subjetivos que afetam essas pessoas, desterradas num território desconhecido, rodeadas por uma cultura e um idioma que não são os seus. Na tentativa de conectar essas duas esferas do fenômeno - os processos histórico-estruturais que influenciam na expulsão do país de origem e as condições de vida com que se deparam na sociedade de destino, com suas repercussões na vivência individual de cada imigrante -, decidimos analisar alguns aspectos da subjetividade envolvida na migração, sobretudo com base em Sayad (1998). Mostraremos como a constituição de comunidades unidas por um senso de solidariedade mais ou menos forte envolveu, historicamente, a construção de alteridade, de um “outro” ao qual seria destinado os sentimentos de rejeição à diferença, e de que maneira isso repercute, nos dias de hoje, no preconceito sofrido pelos “estrangeiros”, “alógenos” - os “outros” com que não se deseja lidar, bem como no constante estado de isolamento, despertencimento, saudade e solidão em que muitas vezes se encontram. Os referenciais teóricos que utilizamos para entender uma e outra dimensão das migrações - a objetiva, com o enfoque histórico-estrutural, e a subjetiva, com a sociologia bourdieusiana de Sayad -, embora sejam divergentes entre si, complementam-se para o objetivo a que nos propomos: investigar as repercussões desse mesmo fenômeno em diferentes níveis.

Inspirado pelo referencial bibliográfico que pauta esse modo específico de ver o mundo, mas não restrito a ele de forma exclusiva, esta pesquisa tem como objetivo analisar a

relação entre migração, mobilidade da força de trabalho e desigualdade sistêmica entre países centrais e dependentes, a partir da intensificação do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e na região metropolitana de Florianópolis, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 2010. Aos referenciais teóricos utilizados para discutir a imigração, a Venezuela e a imigração venezuelana, optou-se por adicionar a metodologia da pesquisa de campo, com vistas a enriquecer o potencial analítico da pesquisa.

Dentre as oportunidades de estágio que nos aparecem na metade da graduação em diante, logo me interessou a área de Atendimento aos Imigrantes, na Defensoria Pública da União em Florianópolis. Para além da relação com o curso de relações internacionais, foi de grande estímulo a responsabilidade social que o trato com os imigrantes no dia a dia parecia exigir; além, é claro, de sentir que poderia fazer parte de sua história, nem que fosse num mero auxílio de regularização migratória inicial. Quando a oportunidade se concretizou e me juntei a dois colegas de turma que já estavam imersos nessa experiência há alguns meses, somou-se, à persistente curiosidade em compreender o mundo, o novo sentimento de solidariedade àqueles que o movem, que por ele se deslocam e cuja luta diária resiste. Foi aí que o fenômeno migratório passou a ocupar boa parte de minhas reflexões. Mais especificamente, a imigração de venezuelanos, rostos e vozes mais frequentes nos atendimentos desde o início dessa experiência. Daí surgiu, então, a ideia das entrevistas: absorver as vozes dos próprios sujeitos deste fenômeno e com eles buscar as chaves para a sua compreensão.

Realizadas de forma estruturada, com elaboração prévia do questionário⁶ baseando-se em estudos de organizações internacionais e com auxílio do professor orientador, as entrevistas abarcaram o total de 66 imigrantes venezuelanos - retirados de uma população total de 313 indivíduos, de diversas nacionalidades -, atendidos em 2023 e 2024 pela parceria entre a Defensoria Pública da União de Florianópolis e o grupo América-UFSC. Vale mencionar que o projeto de pesquisa de campo, para que fosse posto em prática, necessitou da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, por meio do parecer n.º 6.720.470, de 22 de março de 2024. Após finalizadas as entrevistas, seguiu-se ao tratamento e análise de dados por meio de planilha eletrônica, com a devida tradução, organização e codificação das respostas, posteriormente analisadas com o

⁶ O questionário que serviu de base para a condução das entrevistas se encontra em anexo no final do trabalho. Combinando questões abertas com de múltipla escolha, o fio analítico que perpassa as perguntas visou traçar um perfil sociodemográfico mais amplo dos imigrantes venezuelanos atendidos pela DPU, bem como compreender as razões que os levaram à migração e as especificidades de sua vivência no processo migratório, em diálogo com as reflexões apresentadas em cada um dos capítulos.

instrumento das tabelas dinâmicas, e, por fim, a construção dos gráficos e tabelas que serão analisadas no último capítulo.

Nas páginas que se seguem, pretendemos responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais são os determinantes objetivos e subjetivos da migração venezuelana ao Brasil e à Grande Florianópolis, em termos da divisão internacional do trabalho e do papel que nela desempenha a economia venezuelana? Como iremos demonstrar, uma compreensão aprofundada das migrações exige que enxerguemos para além da “imigração como problema”, ou das perspectivas que colocam sua explicação nas diferenças de renda e na maximização racional das satisfações individuais; é preciso considerar o caráter dependente da economia venezuelana e as desigualdades na hierarquia global, que condicionam os elementos imperativos e de sobrevivência implicados no processo migratório.

Nossos resultados mostram também que a maioria dos imigrantes que aqui chegam são mulheres trabalhadoras em idade economicamente ativa, jovens e de escolaridade média, que abandonam em massa sua terra natal após a crise em que a Venezuela se afunda desde meados da década de 2010, com repercussões que se expressam individualmente na falta de emprego, insegurança e fragilidade nos serviços básicos. Escolhem o Brasil por aqui enxergarem a possibilidade de uma vida mais digna, com mais oportunidades e custo de vida mais baixo, além da proximidade geográfica - a despeito das dificuldades com a barreira do idioma - e da reunião familiar. Embora haja uma melhora relativa nas condições econômico-financeiras desses indivíduos, a realidade material da migração por vezes colide com as expectativas do projeto migratório: para além dos aspectos subjetivos de desenraizamento, solidão e saudade envolvidos durante o processo, as dificuldades com a subsistência básica persistem, sobretudo pela centralidade das remessas para os familiares de origem no total da renda. Encontram condições de trabalho mais dignas e até melhores salários em comparação com o país de origem, mas exercem as atividades indesejadas pelos brasileiros, trabalhando jornadas maiores do que a média e ocupando os estratos mais baixos de nível salarial. Ao adentrarem o mercado de trabalho de outro país caracterizado historicamente pela dependência em relação ao centro do capitalismo, os imigrantes servem ao capital na medida em que sua força de trabalho móvel é superexplorada, oferecida como mão de obra barata aos setores que dela necessitam.

Como limitações da pesquisa a serem superadas por novos estudos, destaca-se o tamanho relativamente pequeno da amostra, em razão da escassez de tempo e recursos disponíveis para a pesquisa de campo. Um trabalho que se proponha a uma investigação ampla e aprofundada do impacto desse fluxo migratório em todo o estado deve

necessariamente abranger um número maior de cidades e ultrapassar o número limitado de migrantes proporcionado pela experiência do estágio na DPU. Além disso, restam a ser detalhadas as particularidades da inserção desses indivíduos no mercado de trabalho em cada setor, as dinâmicas através das quais se manifesta o conceito de superexploração aqui utilizado, bem como os elementos mais específicos do sofrimento psíquico que os acomete durante a migração na sociedade de destino.

Para dar conta dos objetivos propostos e das discussões que se pretende introduzir, a estrutura está dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais: no primeiro, apresentamos criticamente algumas das principais perspectivas teóricas que se debruçaram sobre a imigração e discutimos alguns elementos históricos e simbólicos que influem na experiência subjetiva da migração; no segundo, elaboramos um panorama histórico da formação da Venezuela como país migrante, discutindo determinadas características de sua economia e revisando acontecimentos marcantes de sua história recente; por fim, no terceiro capítulo, a pesquisa bibliográfica será conjugada à análise quali-quantitativa dos resultados obtidos a partir das entrevistas com os venezuelanos, na tentativa de lançar luz sobre as especificidades do fluxo migratório nessa região e relacioná-lo com o contexto mais amplo das discussões dos capítulos precedentes.

2. AS TEORIAS MIGRATÓRIAS: A IMIGRAÇÃO COMO PROBLEMA, OS NEOCLÁSSICOS E OS DETERMINANTES OBJETIVOS E SUBJETIVOS

*O desenvolvimento é uma viagem
com mais naufragos do que navegantes
(Galeano, 2021)*

Introduzidos os mais importantes conceitos e algumas das principais estatísticas gerais da migração, é oportuno que se inicie a revisão das perspectivas teóricas que com maior solidez se estabeleceram sobre o tema. Com o objetivo de que ao final do capítulo estejam consolidadas, ao leitor e aos contornos do texto, as perspectivas teóricas que devem nortear os capítulos subsequentes, apresentaremos uma revisão das principais teorias que se firmaram na tentativa de oferecer diferentes respostas, de ângulos distintos - às vezes complementares - às perguntas “por que migram?” e como o fazem.

Visando simplificar a explanação das teorias, sem deixar de evitar simplismos e reducionismos, optou-se por dividi-las em dois grandes grupos: de um lado, aquelas que com frequência consideram a imigração como um “problema”, primeiramente de assimilação cultural dos grupos deslocados e, mais recentemente, de gestão eficiente na esfera do mercado de trabalho. Isto é, aquelas que colocam as decisões migratórias como fundamentalmente individuais, pautadas na racionalidade de um *homo economicus* que considera as diferenças de salário do país de origem e destino para sair em busca de um novo projeto de vida. Ainda, as que reduzem a análise ao seu aspecto nacional, muitas vezes confundindo-se com interesses dos homens de Estado e da burocracia governamental, bebendo das noções neoclássicas de equilíbrio econômico ao mesmo tempo em que se pretende maximizar a eficácia na gestão dos fluxos e, com frequência, potencializar o impacto restritivo das políticas migratórias (Baeninger, 2014; Massey *et al.*, 1993; Sasaki e Assis, 2000).

Do outro, as perspectivas que surgem como oposição aos axiomas neoclássicos, sob inspiração marxista, ou, mais recentemente, na esteira das perspectivas críticas e teorias da dependência latino-americanas, como contraponto às “teorias do desenvolvimento” (Dos Santos, 1998; 2016) de modo a deslocar o foco do indivíduo para as transformações no sistema capitalista e as desigualdades globais que dele se originam - nomeadamente, sob a ótica do esquema centro-periferia - na determinação dos fluxos. Sem, no entanto, retirar o enfoque que davam os neoclássicos no mercado de trabalho, as relações que nele se

desenvolvem são abordadas de forma distinta; não mais como motivações individuais - ou familiares - de maximização da renda, mas determinações estruturais que ensejam ou forçam os deslocamentos com base nas necessidades do capital.

Sasaki e Assis (2000), em trabalho que revisa as principais grandes filiações teóricas vigentes nas migrações desde o seu surgimento como subcampo de estudo, apontam para o fato de que os clássicos estudos sociológicos da virada do século XIX para o século XX não atribuíam especial importância para a temática em suas análises, enquadrando-a no bojo das transformações que o desenvolvimento do capitalismo e a Revolução Industrial impunham ao ritmo e às dinâmicas da sociedade europeia; isto é, em paralelo ao processo de urbanização, por exemplo.

De acordo com as autoras, “Isto envolvia o declínio das comunidades rurais e a criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas, na concorrência dos imigrantes por emprego e na luta para sobreviver numa cidade de ambiente estranho” (Sasaki; Assis, 2000, p. 2). Assim, enquanto Thomas Malthus enxergava as migrações como mera consequência da superpopulação, válvula de escape para se escapar da pobreza e a miséria que se originavam do fato de os recursos crescerem em ordem aritmética e as populações em ordem geométrica, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber a colocavam (a despeito de suas diferenças) como sintoma desintegrador das rupturas provocadas pelo advento do sistema capitalista. - seja nos laços de solidariedade mecânica, seja nas formas tradicionais de organização produtiva. É apenas no início do século XX, quando da chegada massiva de europeus ao Novo Mundo, principalmente aos Estados Unidos, que se começa a estudar a imigração de forma sistemática e como problema a ser resolvido; surge, então, a Escola de Chicago (Sasaki; Assis, 2000).

2.1 A ESCOLA DE CHICAGO E OS NEOCLÁSSICOS: OS “PROBLEMAS” DA ASSIMILAÇÃO E DO MERCADO DE TRABALHO

Designação utilizada também para se referir à escola de pensamento dos mais influentes economistas neoliberais e defensores do livre mercado, aqui se refere ao grupo de sociólogos, antropólogos, filósofos e cientistas sociais que desenvolveram estudos nas áreas de sociologia urbana e psicologia social, naquela que no início do século XX se configurava como uma das cidades mais cruamente afetadas pela urbanização (Becker, 1990). Interessados nas transformações das dinâmicas sociais da cidade que traziam os novos imigrantes vindos do leste europeu aos Estados Unidos, com hábitos e culturas diferentes,

línguas até então desconhecidas aos habitantes locais, esses teóricos se propunham a investigar as maneiras pelas quais os recém chegados seriam - ou poderiam ser - plenamente integrados à vida social local, à custa de se desvincularem - com menor ou maior velocidade, gradual ou abruptamente - de todo ou parte do sistema cultural que traziam de suas terras de origem. Propõem, para isso, a noção de “assimilação” ou “*melting pot*” (Sasaki e Assis, 2000; Kohatsu, 2019)

Kohatsu (2019) reflete sobre alguns pressupostos de Thomas e Znaniecki (1918) em sua obra *The Polish Peasant in Europe and America*, sob cujas bases se desenvolveram as pesquisas da Escola de Chicago:

Para Thomas, a assimilação é ao mesmo tempo desejável e inevitável. Os indivíduos devem poder emancipar-se da cultura do grupo étnico originário; os imigrantes devem aprender a língua do país que os acolhe, sua história, seus ideais e seus valores, mas uma fase de transição é importante para que a comunidade de imigrantes mantenha e cultive sua identidade enquanto estabelece um elo com a nova identidade (p. 57).

Ao parecer tratar desse processo de assimilação cultural mais como projeção, prognóstico ou necessidade por parte dos migrantes no objetivo de se adaptarem à nova sociedade de destino, do que como análise efetiva das condições materiais que se lhes apresentavam, os sociólogos da Escola de Chicago foram e são alvos de diversas críticas, sobretudo porque com o passar do tempo o *melting pot* não se verificou da forma como esperavam, e boa parte das comunidades migrantes se tornaram grupos étnicos, relativamente autônomos e reunidos sob suas distintividades e irreconciliáveis divergências para com a sociedade de destino. Desconsiderando o imperialismo e o colonialismo na configuração dos fluxos e sugerindo a incorporação - de forma impositiva - de grupos minoritários no país de acolhida à cultura dominante, corre-se o risco de que as análises se impregnem de etnocentrismo e que sejam despersonalizados os sujeitos migrantes.

Não se deve encerrar essa questão, contudo, sem que seja mencionada a recuperação do conceito ocorrida mais adiante na linha histórica de construção do conhecimento científico, como numa revisitação crítica. Reconhecendo e problematizando suas aplicações ideológicas e normativas do passado, autores como Alba e Nee (1997, p. 827) insistem na centralidade da assimilação para o entendimento das relações intergrupais, “como um processo social que ocorre espontaneamente e muitas vezes não intencionalmente no curso da interação entre a maioria e os grupos minoritários” (*apud* Kohatsu, 2019, p. 66). O próprio trabalho de Kohatsu (2019), por exemplo, reivindica a categoria da assimilação e enfatiza o fator da distância social e da aceitação por parte dos nacionais no país de destino para que os

imigrantes sejam efetivamente assimilados, desembocando numa análise dos elementos psicológicos da xenofobia.

As abordagens neoclássicas, walrasianas, liberais ou aquelas que de alguma maneira centram no indivíduo a análise do fenômeno migratório, sob a perspectiva - ou com base na necessidade - de equilíbrios salariais, de renda, satisfação, emprego, etc., são as que mais diretamente se opõem às correntes teóricas que norteiam nossa análise da imigração venezuelana, razão pela qual lhes será destinado maior espaço nas próximas páginas desta seção. O economista francês Jean Paul de Gaudemar (1977), no seu clássico livro “Mobilidade do Trabalho e Acumulação Capitalista”, dedica todos os quatro primeiros capítulos à apresentação e crítica das origens e pressupostos dos teóricos liberais e neoclássicos acerca da mobilidade do trabalho, compreendida não somente em sua dimensão internacional através das migrações, mas de forma ampla, referindo-se inclusive ao deslocamento intersetorial dos trabalhadores entre diferentes profissões.

Numa digressão histórica em que são retomadas algumas das obras inaugurais da ciência econômica, o autor reflete sobre o modo pelo qual a mobilidade de trabalho foi significativamente escanteada das teorizações sobre o surgimento do capitalismo e da Revolução Industrial, sendo-lhe dedicada pouca atenção, entendida fundamentalmente nos termos da sujeição inevitável e necessária do trabalho humano ao serviço do capital cuja acumulação se iniciava. Mesmo assim, identifica em Adam Smith o ponto original e bifurcação de duas distintas trajetórias teóricas acerca do conceito: uma que vai de Jean Baptiste Say e David Ricardo⁷ e desemboca nos neoclássicos contemporâneos; outra que se ramifica no pré-marxista Sismondi e desemboca em Marx e nos neomarxistas (Gaudemar, 1977).

É Léon Walras, no entanto, economista e matemático marginalista francês e criador da Teoria do Equilíbrio Geral, quem mais fornece contribuições à elaboração do entendimento neoclássico acerca da mobilidade do trabalho e das migrações, sobretudo no que concerne ao seu princípio fundamental da raridade (centrado na combinação das variáveis utilidade e escassez). Ao partir de um ponto de vista radicalmente distinto do marxismo, não considerando o conceito de força de trabalho e enxergando o trabalho como outra mercadoria

⁷ Dentre as considerações feitas pelo francês ao pensamento ricardiano, incluem-se, primeiro, o pioneirismo no ocultamento da mobilidade de trabalho no que diz respeito aos primeiros escritos de economia política, e a concepção a-histórica do espaço, entendido em termos produtivos e como objeto da domesticação do homem, mera “fertilidade”. É nessa direção que o autor aponta quando afirma: “Reduzindo o espaço apenas à sua dimensão produtiva, Ricardo rejeita todas as suas outras determinações, entre as quais as características sociais, ao mesmo tempo não considerando as análises dos seus predecessores, desde Cantillon a Smith (...) Ricardo resume-se completamente nesta contradição, portador, por um lado, de uma espécie de positivismo racionalista, e por outro, de escolhas políticas não dissimuladas” (Gaudemar, 1977, p. 125).

qualquer, Walras aponta que o êxito para sua regulação óptima está na relação de equilíbrio⁸ entre oferta e procura, tendo a livre concorrência - neste caso, livre mobilidade do trabalho - como condição indispensável:

A livre mobilidade do trabalho é então, para Walras, uma das condições do óptimo econômico; segue-se que é necessário suprimir tudo que o entrava. É uma tradução, no plano do trabalho, do aforismo geral: “A liberdade procura, em certos limites, o máximo de utilidade; portanto as causas que a entram são impedimento a este máximo; e, quaisquer que possam ser, é necessário suprimi-las o mais depressa possível”[...] Figura teórica da liberdade dos trabalhadores se venderem pela melhor oferta, a mobilidade do trabalho permite o equilíbrio no mercado de serviços pelas modificações que pode trazer à oferta e à procura. Foi nesta base que se constituiu toda a teoria neoclássica das migrações e uma boa parte da teoria do capital humano em que os movimentos de mão de obra são determinados pelas diferenças, essencialmente, nos níveis de salários (Gaudemar, 1977, p. 116 -117)

Ainda, a concepção walrasiana de utilidade do trabalho conduz a uma importante questão, qual seja, o problema da utilidade social do imigrante na sociedade de destino. Ora, se a aptidão do indivíduo à divisão social do trabalho que lhe é imposta é entendida não apenas em termos meramente fisiológicos, mas como condição própria da sua existência e subsistência, a consequência produzida é que aquele que não se submete às exigências de tal divisão vê sua existência ameaçada (Gaudemar, 1977). Em sintonia com essa mesma ideia, Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino e imigrante que muito contribuiu à formulação das ideias mais à frente retomadas sobre a experiência individual desses sujeitos na terra de exílio, também reflete sobre a centralidade do trabalho enquanto elemento constitutivo e legitimador da migração, tanto à sociedade receptora como às ilusões sobre o processo que o próprio imigrante alimenta no seu interior:

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmo), mesmo se nasce para a vida na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (Sayad, 1998, p. 54-55)

⁸ Conforme Massey *et al.* (1993, p. 433, tradução nossa), os desenvolvimentos posteriores das abordagens neoclássicas aplicadas à migração internacional postulam que tal equilíbrio ocorreria da seguinte forma: “[...] A resultante diferença nos salários implica na migração de trabalhadores dos países de baixo salário aos países de alto salário. Como resultado desse movimento, a oferta de trabalho diminui e os salários aumentam no país com escassez de capital, enquanto a oferta de trabalho aumenta e salários caem no país com abundância de capital, levando, no equilíbrio, para uma disparidade internacional de salário que apenas reflete os custos financeiros e psíquicos de movimento.

Verifica-se manifesta contradição, no entanto, entre as aplicações práticas e psicológicas da indispensabilidade do trabalho como condição à migração, e o discurso xenofóbico observado dentre parte dos nacionais da sociedade de destino, que acusam os migrantes de “roubarem” os seus empregos e diminuir seus salários. É sabido - e dados a esse respeito serão discutidos no terceiro capítulo - que essa população se insere nos polos menos produtivos da economia que os acolhe, ocupando postos de trabalho que seriam de outro modo rejeitados pelos habitantes locais; a produção ideológica da xenofobia, como cisão da classe trabalhadora entre nacional e estrangeira, com bastante frequência assume também elementos étnico e raciais, e se mostra falaciosa na medida em que os imigrantes tendem a desempenhar papel de complementaridade no que diz respeito à atividade econômica, contribuindo, com efeito - e daí mais uma vez a sua invisibilização - à sua expansão e aumento de produtividade, e apontando à tendência da formação de um outro mercado de trabalho específico, em paralelo (Magalhães, 2017; Gaudemar, 1977).

Retomando a revisão teórica das perspectivas de equilíbrio e neoclássicas, é necessário que sejam bem esclarecidas as relações entre estas e os elementos do pensamento walrasiano acima descritos. Sinteticamente, os pontos fundamentais de convergência que os unem são a concepção estritamente individual do projeto migratório, baseada em pontos ótimos de satisfação pessoal atingidos mediante o cálculo racional das diferenciações de renda entre os locais, além da ideia geral de equilíbrio dos fluxos no longo prazo, condicionada indispensavelmente à livre concorrência. Tudo isso adornado teoricamente por aquilo a que Gaudemar (1977, p. 174) denomina “fascinação pelas matemáticas, que acompanha a tentativa neoclássica de constituir a economia política como região autônoma da ciência”.

A título de elucidação com exemplo mais concreto, é precisamente com base em todos esses pilares que, de acordo com Castles (2010) e Sasaki e Assis (2000), fundamenta-se o **modelo Harris-Todaro**, desenvolvido em 1970 pela dupla de economistas americanos no artigo “*Migration, unemployment and development: a two sector analysis*”. Embora tenha sido inicialmente pensado para explicar os deslocamentos internos entre as áreas rurais e urbanas de um mesmo país - as últimas atraindo os trabalhadores agrícolas pela perspectiva de maior renda, dentre cujos componentes está o conceito que os autores denominam como “salário sombra” -, ele é considerado como aplicável também às migrações internacionais, sugerindo a longo prazo “um mundo neoclássico de um único setor, com relativo pleno emprego” (Ranis, 2009 *apud* Castles, 2010).

Massey *et al.* (1993), quando abordam as grandes teorias do porquê surgiram as migrações na esfera internacional, bem como as que explicam sua continuidade ao longo dos séculos, elencam 5 princípios unificadores da visão neoclássica: 1) a migração internacional de trabalhadores é causada pela diferença de salários entre os países; 2) a eliminação dessas diferenças cessaria a mobilidade de trabalho, não mais havendo migrações nesse cenário; 3) fluxos internacionais de capital humano - em outras palavras, migração altamente qualificada - podem ter direção oposta àquela de migrantes com baixa qualificação, tendo em vista a comum diferença entre taxa de salário e taxa de retorno ao capital humano entre países distintos; 4) o mercado de trabalho é o mecanismo primordial de indução os fluxos, não sendo relevante o efeito de outros mercados; 5) a maneira pela qual as autoridades governamentais podem controlar a migração é regulando ou influenciando mercados de trabalho em países de origem e destino.

O que se pode concluir a respeito desses tipos de perspectiva, se analisarmos especialmente os quadros mais próximos, tanto no espaço como no tempo, da migração internacional? Não parece haver grande oposição quanto ao argumento da centralidade do trabalho, e do salário, dentre os determinantes que levam as pessoas a migrar; é, de fato, um fator importante, senão decisivo, incluindo-se aí tanto os migrantes que saem em busca de melhores compensações ao seu nível de educação ou experiência profissional, partindo de um lugar de relativo privilégio na estratificação social do país de origem, tanto aqueles de que nenhuma alternativa dispõe senão a fuga e o conseqüente desenraizamento, submetidos no país de origem à fome, miséria e desemprego em países persistentemente condenados ao subdesenvolvimento. Não se deve desprezar, tampouco, que o nível de apreensão do fenômeno migratório a que as abordagens neoclássicas se propõe é específico e bem delimitado, restrito ao entendimento das escolhas individuais com base nas expectativas dos agentes econômicos. O seu objetivo teórico, portanto, não envolve ultrapassar as fronteiras do individual e investigar os determinantes estruturais para a migração.

Mesmo assim, tal escolha pode ser objeto de discussão, e com ela o que parece lhes escapar, dentre outras coisas, são justamente os elementos impositivos, de involuntariedade, desse processo, também levando ao não reconhecimento desses indivíduos como sujeitos da própria história, cada uma entremeada das razões e experiências tanto no período pré-migração quanto já no país de destino. Sem mencionar, além disso, a desconsideração das disparidades de renda como sendo um elemento estruturante e necessário à reprodução do capitalismo, e os numerosos obstáculos que invariavelmente se interpõe à livre mobilidade de

trabalho, como as fronteiras e os entraves burocráticos para a outorga da residência ou o reconhecimento da cidadania.

Portanto, as correntes teóricas aqui apresentadas tendem a representar as migrações como “problema” a ser resolvido: ora de assimilação às características fenotípicas e culturais da sociedade de destino, ora de regulação óptima do mercado de trabalho pelo equilíbrio salarial, resultado das escolhas racionais dos migrantes. No que diz respeito aos neoclássicos, em particular, há de se ter em mente o escopo da análise a que se propõem, estreitamente ligado à sua procedência teórica do liberalismo. Por essência, sua intenção não é se aprofundar nos fatores sistêmicos que explicam e particularizam o fenômeno. No entanto, dentro dos propósitos desta pesquisa se entende que, para a compreensão das migrações e de suas nuances nos dias de hoje, especialmente em se tratando da migração venezuelana ao Brasil, é preciso avançar na discussão e considerar também os elementos relacionados à manutenção e às transformações do sistema capitalista, com ênfase para o trabalho e as desigualdades globais como determinantes **objetivos**, além das remessas internacionais, que dão os contornos específicos do fenômeno na atualidade. Na sequência, serão comentados os aspectos **subjetivos** que compõe todo esse processo.

2.2 O TRABALHO E AS DESIGUALDADES COMO DETERMINANTES OBJETIVOS DA MIGRAÇÃO⁹

O fenômeno migratório é produzido pelas contradições e transformações do modo de produção capitalista, que se distribuem de forma desigual entre suas diferentes partes. Entende-se a desigualdade sistêmica não como a ausência de capitalismo nos países pobres ou na manutenção de “estruturas arcaicas” em seu interior, que devem aspirar à modernidade, mas como elemento fundante de um sistema cuja reprodução se baseia no “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Frank, 1966), de um lado, e na riqueza construída sobre as ruínas do colonialismo, imperialismo e nas transferências de valor, por outro. Essas últimas persistem condenando os países periféricos à dependência tecnológica desde sua vinculação

⁹ Não se pode iniciar essa seção sem que seja sublinhada a importância que terão as linhas subsequentes para o desenvolvimento do restante do trabalho, posto que aí se encontram as lentes através das quais se apresenta ao pesquisador o fenômeno da imigração venezuelana. O conjunto de referências aqui organizadas, embora não seja o único a que se atribui mais destacado papel na compreensão do tema - afinal, mais adiante será associado à tão necessária sensibilidade às condições subjetivas e psicológicas dos migrantes - constitui a base para a elaboração da principal hipótese deste trabalho, bem como dos seus objetivos. É fruto, por um lado, do acúmulo de leituras que durante os anos da graduação deram os contornos de um caminho específico para enxergar o mundo; e, de outro, das conexões estimulantes que eram feitas entre aquelas e as experiências cotidianas nos atendimentos da DPU, atentando-se para não sucumbir aos erros do mecanicismo e conferir ao próprio imigrante, como diz Sayad (1998), papel central na reflexão teórica de suas motivações e vivências.

ao mercado mundial (Marini, 2013), presas à monoprodução primária e extrativista, produzindo e exportando os alimentos e recursos de que seu próprio povo não desfruta, continuamente perdendo o bonde da história. Não é de se surpreender, portanto, que os sujeitos desses últimos, desafortunados com tais imposições diante da hierarquia global, enxerguem no deslocamento a chave para delas escapar, ou ao menos contornar seus efeitos na vida cotidiana.

No horizonte, a imigração se lhes aparece como fuga consciente, planejada, mas também, e em última instância, como expulsão. Parte das vezes, em direção aos países e territórios que são hoje os “vencedores”, o lado desenvolvido da mesma moeda que opõe desenvolvimento e subdesenvolvimento; aqui se fala, portanto, da migração Sul-Norte, ou periferia-centro. No entanto, especialmente nas últimas décadas vem se configurando também como destino aquelas nações que compartilham das mesmas características de dependência do país de origem, ocupam também as posições menos favorecidas no jogo de poder global, mas que, por sucessivas divergências entre um e outro processo histórico, encontram-se hoje em condições ligeiramente melhores do que as da terra natal desses migrantes (migração Sul-Sul, ou periferia-periferia). Essas acabam por funcionar, portanto, como “países-tampão” (Silva; Baeninger, 2022), aliviando as tensões no centro do capitalismo quanto à gestão migratória e transferindo-as à própria periferia, que não conta com muito mais do que o auxílio humanitário de organizações não governamentais. No entanto, é preciso retroceder alguns passos.

Começemos, pois, por Jean Paul de Gaudemar, em *Mobilidade do Trabalho e Acumulação Capitalista*¹⁰. Reiterando o argumento mais atrás apresentado por Sasaki E Assis (2000), da pouca atenção dada às migrações pelos maiores clássicos da sociologia no século XIX, no geral, e por Marx, em específico, Gaudemar reconhece que em nenhum momento de suas grandes obras o filósofo alemão se dedicou à investigação, de modo profundo e particular, da mobilidade do trabalho. Contudo, demonstra como ela na verdade ali esteve presente, de modo subterrâneo, nos bastidores, quase que nas entrelinhas da análise do capital. Partindo do próprio Marx, o autor começa a prová-lo a partir da elaboração do conceito de força de trabalho¹¹ - isto é, a adição de valor de troca ao trabalho humano a partir

¹⁰ Vale recordar que as mobilidades do trabalho discutidas pelo autor não incluem apenas as migrações internacionais, sendo estas mais ou menos importantes nesse quadro geral a depender da época. Neste espaço, atenção exclusiva será dada aos momentos em que se aborda mais diretamente o assunto, desconsiderando-se as reflexões relativas às mobilidades setoriais no mercado de trabalho, hierárquicas ou deslocamentos internos.

¹¹ Gaudemar (1977, p. 200) ressalta, ainda, o papel da força de trabalho como operante da transformação do dinheiro em capital: “Se o processo de compra e venda de mercadorias fundava o estatuto geral do dinheiro numa economia mercantil, o da força de trabalho funda o estatuto específico do dinheiro capitalista”.

do capitalismo e sua transformação em mercadoria pertencente aos donos do meio de produção - e como ele vem indissociável da livre-mobilidade, necessitando dela para sua utilização e reprodução. Segundo o autor:

No seu aspecto positivo, a “liberdade” conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. [...] A mobilidade do trabalho é assim uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista [...] (Gaudemar, 1977, p. 191-192).

Enxerga-se a imigração, portanto, não como representação da liberdade dos migrantes em exercer suas vontades individuais e melhor se satisfazer com salários mais elevados, mas como mobilidade forçada, um dos mais importantes aspectos de sua “submissão real” às necessidades do capitalismo. Importante recordar que o desígnio das migrações como mobilidade forçada não equivale, no entanto, a desconsiderar o protagonismo do migrante e os elementos de decisão ativa envolvidos no processo; a hierarquia internacional e os fatores internos ligados à reprodução do capitalismo produzem **circunstâncias** insustentáveis no país de origem que propiciam o deslocamento, mas, como se verá adiante elas não são suficientes para explicá-lo. Quando Gaudemar (1977) aponta nessa submissão dos trabalhadores migrantes um dos principais elementos da luta do capital contra a baixa tendencial da taxa de lucro, em razão da baixa relativa no valor da força de trabalho, parece convergir com Vendramini (2018) em sua visão de um exército de reserva internacional composto pelos migrantes desempregados ou subempregados, dispostos a se deslocar para qualquer local que lhes assegure condições mais dignas.

Nesse sentido, e aqui parece se expressar com maior contundência a oposição de Gaudemar - e dos marxistas, no geral - às teorias descritas na seção anterior, altera-se radicalmente a variável explicativa da atração aos países centrais: não é que simplesmente os imigrantes a eles se dirigem porque procuram maiores salários, mas a isso se adiciona uma variável antecedente, qual seja, a procura do capital por força de trabalho, e a prosperidade/declínio de partes diferentes do mundo ou de uma mesma economia :

O que provoca a redistribuição dos homens, portanto a mobilidade do trabalho nas suas diferentes formas, é a diferenciação das procuras de trabalho nascida da diferenciação dos lucros [...] Assim, é a pedido das empresas em expansão que se produz o movimento dos homens, e, segundo maior ou menor rigidez conjuntural da oferta de trabalho, a alta de salários. Mas esta alta de salários, por seu turno, não implica um fluxo de imigração para o ramo, senão porque a procura de trabalho preexiste neste ramo, por um lado, e porque há forças de trabalho disponível, por outro, quer no seio da sobrepopulação relativa anterior, quer porque o movimento

que provoca a prosperidade de um ramo provoca o declínio de outro, e com ele o despedimento de operários ou a baixa relativa dos seus salários (Gaudemar, 1977, p. 302)

Objetivando averiguar as raízes mais profundas das migrações, o autor se apropria de outra das principais categorias marxistas, a de “acumulação primitiva”¹², questionando sua estrita delimitação temporal para apontar um fio de continuidade histórica que se origina no colonialismo, perpassa a escravidão e os deslocamentos europeus do século XIX, e se estende até os dias de hoje nas migrações contemporâneas. Nessa perspectiva, “à expropriação do camponês interior sucede a do indígena dos países colonizados e, muito rapidamente, a imigração”, restando como única possível justificativa da delimitação histórica específica do conceito o fato de “ter sido pressuposição, condição indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, ao seu aparecimento fora das estruturas anteriores, à generalização da sua submissão real do trabalho” (Gaudemar, 1977, p. 275).

A despeito de não se poder negar a pobreza, o desemprego e a desigualdade como propulsores do fenômeno migratório, é também necessário identificar os processos que transformam essas condições, relacionados com a reorganização da economia mundial nas últimas décadas. Ora, essas novas formas de acumulação primitiva que se materializam na migração - aquilo a que na contemporaneidade Sassen (2016) denomina “expulsões” - e sobretudo o seu incremento nas últimas décadas, num mundo que se diz mais interconectado e sem fronteiras, são reflexo da transição do bem-estar social keynesiano, a “era de ouro” (Hobsbawm, 1995) dos anos 1948-1973, ao modelo neoliberal da acumulação flexível (Harvey, 1992).

A crescente presença das finanças que, aliada ao receituário econômico oficial do Consenso de Washington de desmantelamento das estruturas assistenciais, desregulamentação e privatização, passa a predominar no discurso e na materialidade das atividades econômicas, vai ao encontro da reflexão de Traspadini (2018) ao colocar as questões de terra e moradia como um dos pontos de origem significativos da imigração. Como parte de um fenômeno mais amplo que pode indicar uma válvula de escape do capitalismo para realização do lucro diante do excedente de acumulação nas últimas décadas, a criação de novos instrumentos financeiros, como a securitização das hipotecas e diversos novos tipos de investimentos

¹² Nome atribuído jocosamente por Marx ao processo histórico entendido como gênese do modo de produção capitalista, centrado na expropriação de terras camponesas, destruição de antigos modos de vida rurais ou tradicionais e na colonização de amplas partes do mundo, de modo a acelerar sua expansão e favorecer a consolidação da burguesia como classe dominante. Ver MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 24. p. 514-542

imobiliários, coloca a especulação no centro da lógica de funcionamento desse setor, implicando no aumento exponencial dos preços de habitação e contribuindo para o agravamento dos fatores de expulsão dos migrantes, além de se constituir como mais um mecanismo de intensificação das desigualdades. (Sassen, 2016).

O velho conceito marxista, portanto, estende-se a essa lógica e perdura até os nossos dias: “a acumulação primitiva é executada por meio de operações complexas e de muita inovação especializada, que vai desde a logística das terceirizações até os algoritmos das finanças.” (Sassen, 2016. p. 21 *apud* Vendramini, 2018), sendo imprescindível à compreensão dos fluxos migratórios considerarmos a ruptura do que a autora chama de “estrutura tradicional de trabalho” devido à proliferação das subcontratações organizadas e da economia informal como um todo, “com retorno de formas de produção que envolvem exploração, principalmente nos setores ocupacionais mais baixos nas grandes cidades” (Sasaki e Assis, 2000, p. 9)

Mas é a partir do colonialismo, como já se adiantou, que vai surgindo uma nova divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo causa e reflexo das diferentes modalidades migratórias, em que a cada país é guardada uma posição bem definida (produção agrícola ou industrial, inovação tecnológica ou incorporação por meio das importações, etc) na hierarquia das nações. Cabe aqui, a esse respeito, um trecho de Marx:

A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole [...]. Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial (Marx, 2013, p. 638).

No que diz respeito às imbricadas relações entre o desenvolvimento das migrações e o processo de colonização perpetrado pela Europa, Grosfoguel (2007) também aporta elementos importantes ao analisar os “migrantes coloniais” caribenhos (porto-riquenhos, surinameses, antilhanos neerlandeses, antilhanos franceses e caribenhos) e os complexos vínculos que desenvolvem e mantêm com suas antigas metrópoles. Combinando aspectos do debate decolonial com noções sistemas-mundistas sobre o funcionamento do capitalismo, ele aponta para a imprescindibilidade do racismo¹³ como instrumento da lógica colonial,

¹³ O racismo científico, que presume a inferioridade natural de determinados indivíduos com base em seus corpos biológicos e em características fenotípicas, perde sua legitimidade pelas implicações do Nazismo na própria Europa Ocidental no rescaldo da Segunda Guerra. Aos poucos o racismo biológico é substituído pelas noções - distintas em cada país e no interior de cada cultura - de racismo cultural, cujas premissas se resumem à hierarquização dos comportamentos das pessoas e de suas culturas como que numa escala diferenciada no grau

relegando populações coloniais ao status de “cidadão de segunda classe” na antiga metrópole, como os porto-riquenhos nos Estados Unidos, os surinameses nos Países Baixos e os africanos na França, que na hierarquia social ficam ainda abaixo dos negros caribenhos, culturalmente mais assimilados à cultura francesa. Assim sendo, esses indivíduos, como massa de força de trabalho barata, são aproveitados nos momentos de expansão do sistema-mundo, e excluídos, indesejados, tendo sua entrada restringida em seus períodos de retração.

Tais conclusões parecem ir ao encontro daquelas de Moran e Korzeniewicz (2009), que ao traçar um panorama histórico das desigualdades internas e entre os países pelo menos desde o século XIX, sustentam que a manutenção de baixos índices no interior dos países centrais só foi possível, dentre outros fatores, pela imposição de políticas migratórias restritivas. Essas, ao colocarem limites na mobilidade da força de trabalho, favorecem a estabilidade de altos salários nos países de destino e contribuem para altos níveis de desigualdade entre centro e periferia. Os processos históricos de consolidação do Estado moderno e da ideia das identidades nacionais, abordados mais adiante, “tanto universalizaram quanto simultaneamente excluíram com base na identidade nacional, e a última tornou-se a principal base de desigualdade categórica de uma perspectiva global” (Moran; Korzeniewicz, 2009, p. 85, tradução nossa).

Pensando ainda nas formas particulares que assume essa submissão aos interesses do capital no caso dos migrantes - sujeitos aos trabalhos rejeitados pela sociedade de destino, repetindo em muitos casos tarefas manuais das mais extenuantes, por vezes trabalhando cargas horárias proibidas por lei -, é oportuno que se recupere uma categoria de suma importância, já apresentada na introdução: a de **superexploração** do trabalho. Numa reflexão já não mais sobre os aspectos geográfico-espaciais da mobilidade, mas acerca do tempo que é retirado dos trabalhadores durante sua jornada de trabalho (redução dos descansos ou das refeições, atraso na saída, horas extra), Gaudemar (1977) adverte sobre o fato de que é precisamente a multiplicação desses átomos do tempo - “os pequenos momentos são os elementos que formam o lucro” (Marx, 2013, p. 403) - que permite uma mobilidade também

de “progresso” civilizacional. “No entanto, o “racismo cultural” está sempre relacionado a uma noção de “racismo biológico” na medida em que a cultura dos grupos é naturalizada em termos de uma hierarquia entre culturas superiores e inferiores, associadas aos corpos biológicos das pessoas. O “racismo cultural” sempre se articula em relação aos discursos de pobreza, de oportunidades no mercado de trabalho e de marginalização. O problema da pobreza ou do desemprego das minorias racializadas é construído como um problema de hábitos ou crenças, ou seja, como um “problema cultural”, assumindo inferioridade cultural e, portanto, naturalizando/fixando/essencializando a cultura dos “outros” (Grosfoguel, 2007, p. 11, tradução nossa).

temporal no capitalismo, exigindo dos trabalhadores diariamente o maior espaço de tempo possível, em momentos diferentes do dia.

Num sentido semelhante e sob um olhar mais atual, Vendramini (2018) reflete sobre a crescente redução no tempo de sono - que hoje não mais se expressa como efetivo desligamento - no capitalismo contemporâneo, e alerta para o fato de os migrantes com frequência trabalharem jornadas diárias superiores a oito horas, sem contrato formal de trabalho¹⁴, décimo terceiro, vale transporte, descanso semanal e férias remuneradas. Embora não sejam analisadas pelos autores com esse nome, são todas manifestações diferentes de uma mão de obra superexplorada, cuja remuneração permanece insuficiente à reprodução das necessidades básicas desses indivíduos (Marini, 2013), reduzindo o seu tempo de vida útil¹⁵ pelo esforço físico e mental a que são submetidos a longo prazo em seus empregos (Osório, 2009; Luce, 2012)´.

Para uma análise mais concreta da relação entre a superexploração e as condições de trabalho dos migrantes no Brasil, é Luís Felipe Aires Magalhães quem fornece as principais chaves analíticas, tratando da imigração haitiana no Brasil na primeira metade dos anos 2010. Após demonstrar que os haitianos, desde sua inserção dependente no capitalismo a que foram condenados pela herança colonial e punitivista dos países europeus, serviram sempre de mão de obra superexplorada às economias dos diversos países - tanto centrais como dependentes¹⁶ - aos quais sua imigração se dirigia (Estados Unidos, República Dominicana, França, Canadá), o autor chega ao contexto brasileiro e catarinense, onde os imigrantes majoritariamente masculinos eram contratados em grande medida nos setores de construção

¹⁴ Dados do IBGE mostram que no terceiro trimestre de 2023 havia 39 milhões de trabalhadores informais no Brasil, número equivalente a 39,1% da população ocupada. Santa Catarina, no entanto, apresentou dados positivos nesse período: era o estado com menor porcentagem de informalidade no país (26,8) enquanto o Maranhão apresentou o número mais elevado (57,3%). Para mais informações, ver <https://encurtador.com.br/SxuHS>.

¹⁵ Embora ultrapasse o escopo dos objetivos deste trabalho a pormenorização teórica acerca da superexploração e da Teoria Marxista da Dependência, há discussões sobre a redução do tempo de vida útil dos trabalhadores como consequência da superexploração, haja vista a relativa proximidade entre índices de expectativa de vida nos países da periferia e do centro do capitalismo, se comparados, por exemplo, à época em que Ruy Mauro Marini formulou o conceito. Luce (2012), no entanto, parece querer demonstrar o contrário, defendendo a atualidade do argumento, sobretudo quando analisa o acréscimo das horas trabalhadas no Brasil durante os governos Lula (segundo dados do DIEESE de 2009, 40% dos trabalhadores cumpriam jornadas superiores a 44 horas semanais) e as expectativas de vida específicas de setores com alto grau de intensidade no trabalho (no setor sucroalcooleiro, por exemplo, em que no interior paulista cada cortador de cana desferia 131 golpes de facão e flexionava o tronco 138 vezes a cada 10 minutos, a expectativa não passava de 35 anos de idade).

¹⁶Osório (2009), no texto “Dependência e superexploração”, esclarece que a superexploração não é exclusiva dos países periféricos - ou dependentes - do capitalismo, podendo também ocorrer em fatias do mercado de trabalho dos países centrais. Para ele, a diferença reside no fato de que, na América Latina e em qualquer Estado dependente, a superexploração seria elemento fundamental do seu funcionamento, definidora da lógica de compensação nas transferências de valor periferia-centro.

civil, frigorífico e de serviços (restaurantes e similares, limpeza, comércio varejista) (Magalhães, 2017).

Combinando a revisão de literatura precedente, entrevistas em pesquisa de campo e estatísticas oficiais sobre as condições de trabalho nessa conjuntura, Magalhães (2017) identifica 3 estratégias sobre as quais se operava a superexploração da mão de obra haitiana por parte das empresas frigoríficas que a contratavam. Primeiramente, tem-se o oferecimento de alojamentos como diferencial da oportunidade que lhes aparecia, garantia de ocupação dos trabalhadores diante dos altos valores de aluguel com que de outro modo teriam que arcar. O preço oculto dessas instalações, no entanto, era alto: “em um galpão improvisado viviam 44 trabalhadores haitianos de um frigorífico, em 4 módulos. Cada módulo reunia dois quartos e um banheiro para 11 pessoas” (p. 199). Além disso, essas habitações serviam como justificativa para que fossem pagos, aos haitianos, salários em 200 reais inferiores se comparados aos dos brasileiros na mesma empresa, além de ser descontado 32 reais na folha de pagamento mensalmente.

Em segundo lugar, tem-se a “alocação discriminadora no processo de trabalho” (Magalhães; Baeninger, 2016), sendo destinadas aos imigrantes as tarefas mais penosas e perigosas do processo de produção. Por serem as etapas produtivas que demandam mais esforços e intensidade no trabalho, envolvendo inúmeros riscos ergonômicos, biomecânicos e psicossociais, são também aquelas com maior incidência nos dados que contabilizam tanto os acidentes de trabalho como as solicitações de benefícios assistenciais deles resultantes. Como última estratégia, o autor menciona a entrega de contratos de admissão ou demissão em que há claras violações de direitos trabalhistas, mas que são assinados pelos imigrantes em razão de estarem redigidos em língua portuguesa e serem entregues àqueles com pouco ou nenhum domínio do idioma.

Independentemente dos mecanismos particulares pelos quais se manifesta, é notável o tratamento diferenciado com que a população migrante é recebida no mercado de trabalho; deslumbrados com as promessas de condições de vida mais digna, a possibilidade de enviarem dinheiro para os familiares que permaneceram, ou pela ideia de um “Brasil potência” (Magalhães 2016, 2017), vêm suas expectativas frustradas, condenados à persistência da pobreza em outro país marcado historicamente pela dependência e desigualdade de renda, padecendo das mais generalizadas dificuldades com os custos básicos do dia a dia em sua inserção na sociedade brasileira¹⁷.

¹⁷ No terceiro capítulo, aquele integralmente dedicado ao estudo de caso dos venezuelanos em Florianópolis, pretende-se averiguar as especificidades da inserção sociolaboral desses migrantes e suas expectativas e/ou

Por fim, outro dos principais fatores que não podem ficar de fora da análise das migrações, especialmente quando se parte das perspectivas teóricas com as quais aqui se pretende o diálogo crítico, é a **remessa de migrantes**: o dinheiro que enviam periodicamente ao país de origem com vistas a auxiliar os que lá permaneceram - família, cônjuge, companheiro/a, amigos - nos gastos mais elementares com alimentação, saúde e moradia. Essa fonte de renda, muitas vezes longe de ser complementar aos que dela dependem no país de emigração¹⁸, é conquistada a duras penas pelos migrantes que aqui mal recebem o suficiente para o próprio sustento, à custa de horas extras e abdições das mais ordinárias com o objetivo de poupar recursos para que a família os tenha. Enviadas ora por transferências bancárias internacionais, ora por meio de terceiros que são incumbidos de entregar as quantias pessoalmente, as remessas podem representar porcentagem significativa na balança de pagamentos de países dependentes, sobretudo os que apresentam longa e ampla tradição migratória¹⁹ (Magalhães, 2011).

Importante mencionar que o componente das remessas se enquadra no fenômeno migratório mais como um reflexo da mobilidade, aparência dos deslocamentos gerados pelas desigualdades, do que um fator explicativo das migrações. Não se constitui, portanto, como parte dos motivos que levam os migrantes a deixarem suas terras, mas não por isso se tornam secundárias para o entendimento do fenômeno; afinal, as remessas - e as estatísticas a elas relacionadas - fornecem um quadro bastante objetivo de três implicações principais da migração: a manutenção dos vínculos com a terra natal que a migração não conseguiria apagar, a diminuição da renda disponível que o imigrante dispõe para a própria subsistência no Brasil, e a situação particular na qual as economias dos países de origem dependem significativamente desses recursos externos para a balança de pagamentos.

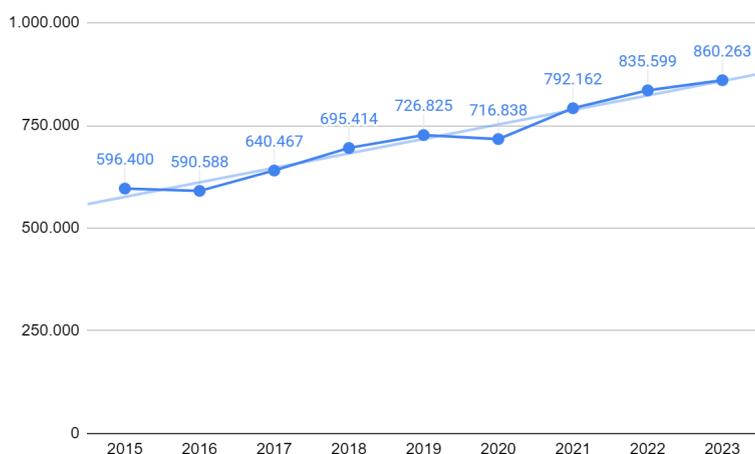
frustrações quanto ao projeto migratório, a partir de perguntas relativas à quantidade de horas trabalhadas, condições de trabalho, horas extras e relação renda-despesas cotidianas. Dados de abrangência nacional, no entanto, publicados no princípio da chegada de venezuelanos ao Brasil pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) com o apoio do ACNUR, revelaram que mais da metade dos empregados não-indígenas (52,1%) trabalhavam acima de 40 horas semanais, apenas 47% possuía carteira de trabalho assinada e quase a totalidade (94,4%) recebia até 2 salários mínimos[#] por mês (R\$1.874,00), quantia bastante inferior ao salário mínimo necessário estabelecido pelo DIEESE na época em que o estudo foi conduzido (R\$3.744,83, em agosto de 2017) (Simões, 2017). Não são raras, aliás, as ocasiões em que viram notícia nos veículos de imprensa os casos em que as fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) identificam condições de trabalho análogas à escravidão a que os imigrantes - e os venezuelanos, em particular - são submetidos, como os seis trabalhadores que cumpriam turnos de 12 a 15 horas num restaurante de São Paulo, sem registro e em troca de um salário mínimo.

¹⁸ Aqui, e em todas as outras passagens em que uma ou outra expressão aparece durante o texto, “país/sociedade de emigração” se refere à terra natal, ao país de origem que o imigrante deixa para trás; quando se fala em “país/sociedade de imigração”, por sua vez, trata-se do destino.

¹⁹ A título de exemplo, o ano de 2020, as remessas pessoais representaram 2,6% do PIB colombiano, 3,4% do PIB equatoriano, 3,9% do PIB mexicano, 10,6% do PIB da República Dominicana e 23,8% do PIB haitiano. (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022)

Quando se analisa os dados totais relativos à soma das quantias que são recebidas anualmente por todos os países do mundo, como mostra o gráfico abaixo, tem-se uma dimensão de sua magnitude, e a elevação dos valores, embora relativamente modesta, ocorre em conformidade com os fluxos migratórios globais, que com exceção de 2020 não param de crescer. Numa escala temporal maior, o Relatório Mundial sobre Migração da OIM (2021) destaca um aumento de US\$126 bilhões, em 2000, para US\$702 bilhões, em 2020.

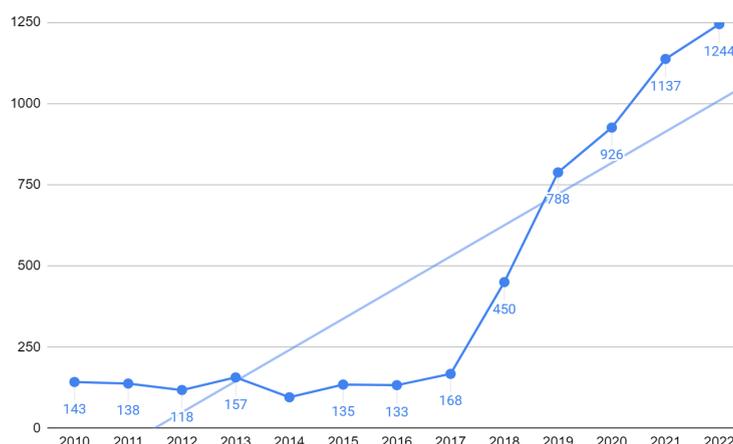
Gráfico 3 - Total de remessas recebidas no mundo, em milhões de US\$



Fonte: dados do KNOMAD, iniciativa do Banco Mundial

No que diz respeito à Venezuela, não obstante o obstáculo à comparação imposto pela disparidade da fonte de dados acerca do tema, verifica-se, a partir de dados da UNCTAD apresentados no gráfico 2, um impressionante acréscimo de mais de 100% após o ano de 2017, que coincide, também, com o agravamento da crise socioeconômica pela qual o país atravessa e a consequente intensificação dos deslocamentos, como se verá mais adiante.

Gráfico 4 - Total de remessas recebidas pela Venezuela, em milhões de US\$



Fonte: dados da UNCTAD

Em termos da relação entre as remessas e o PIB da Venezuela, o peso não é tão significativo como o de outras nações, embora tenha registrado crescimento importante. Se no ano de 2010 esse componente não representava mais que 0,00003% do PIB, no último ano da série histórica (2022) ele passa a representar 0,63%, conforme dados do Banco Mundial e do FMI.

De todo modo, mesmo que possa (ainda) não expressar uma relevância tão significativa em termos financeiros no caso específico da imigração venezuelana ao Brasil, tampouco na relação remessas/PIB venezuelano, é inegável o peso real e simbólico que hoje as remessas representam nas migrações internacionais como um todo. Magalhães (2017), partindo de referenciais ligados à vertente marxista da Teoria da Dependência, utiliza o termo “dependência de remessas” para se referir a tal peso, como “fenômeno social no qual as famílias receptoras tornam-se dependentes destes recursos” (p. 244), expressando “a situação limite de centralidade das migrações internacionais para a manutenção material de inúmeras famílias, e a elevação das remessas a um status de elemento da dinâmica migratória - dado que condiciona novos fluxos ao exterior” (p. 245). Ainda, “esta dependência faz menção direta não tanto ao nível dos recursos enviados, mas mais à forma com que estes recursos são utilizados” (p. 244).

Similarmente a outras das categorias de análise apresentadas neste capítulo, durante o trabalho com as entrevistas aos venezuelanos atendidos pela DPU se procurou avaliar, numa escala reduzida, a importância das remessas internacionais no conjunto de elementos que compõem o fenômeno migratório.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” E O DESENRAIZAMENTO COMO EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DOS MIGRANTES

Esta seção é dedicada às particularidades que a vivência dos migrantes expressa em termos identitários e de percepção do mundo e de si mesmo, e nela se pretende que o fenômeno das migrações se apareça, mesmo que de forma introdutória, envolto pelas camadas de complexidade que o revestem no terreno material, para além de interpretações mecanicistas que possam advir das perspectivas teóricas analisadas acima. Mais que “atraídos” ou “repelidos” por qualquer estrutura de forma involuntária e submissa, constituindo-se como mera estatística e tornando-se, invariavelmente, apenas mais um elemento de um “exército internacional de reserva”, os imigrantes carregam individualmente, dentro de si, uma miríade de variáveis únicas tanto no que se refere às motivações para o deslocamento quanto à experiência cotidiana na sociedade de destino.

Os determinantes objetivos da migração venezuelana se relacionam às desigualdades regionais que se reproduzem na América Latina entre aquele país e o Brasil, e ao status de dependência ao qual sua economia se vê sujeita na hierarquização mundial, que contribui para a exacerbação dos períodos de crise e dificulta a emancipação - mesmo que em termos simplesmente econômicos - de seus habitantes, levando-os a buscar condições mais dignas em outro país. A mobilidade de trabalho, como vimos, também se insere no conjunto de elementos que influenciam objetivamente no fenômeno; no contexto mais amplo, as migrações podem ser entendidas como a realocação de mão de obra barata por entre os diversos territórios do globo, de acordo com as necessidades do capital. A todos esses fatores objetivos, portanto, somam-se aqueles relativos à experiência subjetiva do migrante, às diferentes formas pelas quais cada um vive e encara a difícil realidade de abandonar a terra natal rumo ao desconhecido.

Nesse sentido, e embora a migração tenha se intensificado mesmo, consideravelmente, apenas a partir das últimas décadas, no que passou a se chamar “globalização”, ela também parece se constituir como um dos elementos da modernidade e, dentro dela, do desenvolvimento. Conforme Anderson (1986), com base em Marshall Berman, o desenvolvimento na modernidade se relaciona

[...] às gigantescas transformações objetivas da sociedade desencadeadas pelo advento do mercado mundial capitalista: ou seja, essencialmente, mas não de modo exclusivo, desenvolvimento econômico. De outro lado, refere-se às impressionantes transformações subjetivas da vida individual e da personalidade que ocorrem sob seu impacto: tudo o que está contido na noção de autodesenvolvimento, isto é, uma

potenciação dos poderes do homem e uma amplificação da experiência humana. Para Berman, a combinação de ambas, sob o ritmo compulsivo do mercado mundial, necessariamente cria uma dramática tensão interior nos indivíduos que sofrem o desenvolvimento em seus dois sentidos (Anderson, 1986, p. 03)

Essa tendência da hiper-potencialização das capacidades individuais é então reforçada discursivamente pela imposição do neoliberalismo como ideologia dominante em boa parte dos países após a queda do muro de Berlim, e também quando se amplia, sobretudo a partir na década de 1990, a facilidade de deslocamento a largas distâncias com o desenvolvimento dos meios de transporte. Passa a se tornar cada vez mais frequente a ideia de “cidadãos do mundo”, e se insere com maior força no horizonte de possibilidades do homem o projeto de migrar em busca de ascensão social; tanto para aqueles com melhor condição de fazê-lo mas que anseiam por oportunidades com maiores salários no exterior, quanto para os que vivem mais de perto os elementos estruturais de expulsão migratória e se deslocam para garantir a sobrevivência.

Antes de adentrarmos em maior profundidade no nível do indivíduo, é preciso passar pela construção dessa subjetividade do ponto de vista histórico, isto é, as formas simbólicas pelas quais no decorrer do tempo se construiu alteridade com relação aos estrangeiros, e, com ela, a rejeição ou a diferença em suas diferentes expressões. O movimento territorial de populações humanas de longas distâncias é tão antigo quanto a própria gênese da espécie e sua constituição em comunidades, e em boa medida explica a evolução histórica da disposição de grupos e/ou etnias bem delimitadas em determinadas regiões do globo. O deslocamento por entre aquilo que se passou a denominar “fronteiras”, no entanto, coincide com o surgimento do Estado Nação²⁰ - aliás, um dos principais marcos históricos na delimitação do campo de estudos das Relações Internacionais - e com ele o conjunto de símbolos de modernidade/civilização que tornaram possível a construção de identidades nacionais a partir da ambivalência entre um “Eu” e um “Outro”, de símbolos distintivos e alteridades indesejadas. Afinal, “todas as sociedades produzem estranhos”. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável” (Bauman, 1997, p. 27), dependendo essa produção, sobretudo, do

²⁰ A chamada Paz de Vestfália (1648) é amplamente reconhecida na literatura como o marco fundacional do Estado soberano moderno, na medida em que, dando fim à Guerra dos 30 anos (1618-1648) e visando impedir que a ascensão de novos impérios desencadeasse futuros conflitos de grande magnitude na Europa, o conjunto de acordos que lhe dá nome estabeleceram alguns princípios que até hoje norteiam - ao menos juridicamente - as regras do jogo internacional, como a soberania, a não ingerência e o respeito aos compromissos firmados internacionalmente (Pacta Sunt Servanda). Ver BULL, Hedley A **Sociedade Anárquica**. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, 2002 e JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg Breve descrição histórica dos sistema de Estado *in* **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, Cap 1.

desenvolvimento histórico particular através do qual cada nação foi construindo, desde o início da era moderna, sua própria “comunidade imaginada” (Anderson, 2006).

Sigmund Freud, o pai da psicanálise, ele mesmo identificado com a experiência do desenraizamento sendo judeu, e vivendo como migrante em outros países da Europa durante parte de sua vida, teceu algumas reflexões a esse respeito em “O mal-estar na civilização”, quando desenvolve as razões por trás da rejeição do mandamento cristão “Ama teu próximo como a ti mesmo”. Segundo o autor, que insiste no pendor natural do ser-humano à agressividade durante boa parte da obra, “sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade” (2011, p. 60), mencionando os exemplos históricos da intolerância cristã diante de outras matizes religiosas a partir de sua disseminação pelo mundo; o projeto de um domínio mundial germânico que evoca o antissemitismo para sua concretização; e o sonho soviético de uma nova civilização comunista, apoiado psicologicamente na perseguição à burguesia.

Segundo essa linha de pensamento, em que a fraternidade se baseia na segregação - amor ao semelhante, indiferença ou ódio ao diferente -, ao estrangeiro são reservados, é claro, os últimos sentimentos. É aquele cuja presença acaba por delimitar, involuntariamente, as bordas invisíveis de separação entre um “nós” e “eles”, reforçando os vínculos da comunidade interna. “Buscamos eliminar a estranheza no estrangeiro, pois ele contém a alteridade que nos ameaça, antes mesmo que a reconheçamos como própria, como nossa mesmo” (Koltai, 2005 *apud* Tedesco, 2016, p. 300). Nas palavras de Abdelmalek Sayad (1998, p. 21), “essa é uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração: fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros” (1998, p. 21).

A compreensão das manifestações de intolerância, racismo e xenofobia que disso resultam e se expressam até hoje, no entanto, devem ir além de uma natural aversão humana à alteridade ou do fato de, ao primeiro contato com os desconhecidos, aos autóctones parecesse que “os descobertos, os estranhos e estrangeiros, não conseguissem responder às prescrições do tempo da modernidade”; existem elementos tanto mais específicos quanto maior o grau de particularidade da formação de cada Estado Nacional, que na América Latina é indissociável dos processos de colonização. No caso brasileiro, particular a esse respeito em razão da miscigenação que envolvia o branco europeu, o indígena e o africano, o discurso do *melting pot*²¹ (ou caldeamento) passou a ter bastante influência na construção da identidade nacional

²¹ Metáfora sociológica que expressa a ideia de “caldeirão de raças” ou “crisol de raças”, todas elas imiscuindo-se numa mesma mistura e derretendo juntas de modo a formar uma única cultura homogênea e dominante. Será retomada no próximo capítulo, em razão da importância da categoria para a Escola de Chicago.

ambicionada oficialmente, e das políticas migratórias que dela seriam consequência. Não se tratava, contudo, de qualquer tipo de caldeamento ou assimilação, posto que a miscigenação como havia ocorrido até ali não era “desejável”; em outras palavras, “a dosagem certa de mistura racial teria sido fundamental para desencadear processos civilizatórios, mas a miscigenação em larga escala produz decadência” (Seyferth, 2018, p. 10).

Era preciso, pois, branquear a população, a fim de que o melhor “interesse nacional” fosse resguardado e a identidade própria que se formava estivesse à altura dos padrões europeus, tomado como epítome civilizatório para o resto do mundo. Isso implicava na recepção e no incentivo à entrada de tipos específicos de imigrantes (brancos, europeus), e no descarte de outros (africanos, caribenhos, japoneses, e de forma geral os sujeitos racializados naquele período).

Não se pode esquecer do fenômeno histórico vizinho do início do século XIX que, além de influenciar a própria independência brasileira e outros movimentos, de caráter verdadeiramente popular, também ajuda a explicar o elemento racial na configuração do Brasil contemporâneo: a Revolução Haitiana²². As elites brasileiras, assombradas pela aversão a uma possível difusão de seus ideais e a revoltas generalizadas dos escravizados contra os seus senhores, passaram a se referir ao termo “haitianismo” como essencialmente “o anti-Brasileiro, antipatriota, ou traidor da causa do Brasil, como era costume se afirmar” (Silva; de Sá, 2021, p. 4), utilizando-o não apenas como ofensa, motivo de sanções sociais, mas também passível de acarretar, em última análise, acusações criminais. Exemplo emblemático é a Revolta dos Malês (1835), maior levante de escravizados na história do Brasil, que, embora tardia, teve bastante influência da experiência haitiana anterior. Conforme Silva e de Sá (2021), ela

“ilustra bem esta tentativa de criminalizar e discriminar corpos negros mediante a sua afirmação como não-nacionais, o que mostra que raça é uma categoria tão potente que alcança a nacionalidade. O temor de novos levantes levou as elites a considerarem a presença de africanos libertos na cidade de Salvador como tema securitário. Naquele contexto, foram aprovadas várias normas que cercearam o direito de ir e vir, promoveram a prisão, a deportação para a África, e o impedimento à entrada de africanos no território nacional (Silva; De Sá, 2021, p. 09)

²² Vizinho latino-americano cuja história de rupturas e sofrimentos é ainda pouco estudada nas escolas e universidades brasileiras, o Haiti fez a primeira grande revolução na história das Américas, entre 1791 e 1804, abolindo o regime de escravidão com o enfrentamento dos próprios escravizados. Para saber mais, ver JAMES, C.L.R (Cyril Lionel Robert). Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. Trad: Afonso Teixeira Filho, -1.ed. rev.- São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5774293/mod_resource/content/0/JAMES_CLR_Os%20jacobinos%20negros.pdf. Acesso em: 25 mar 2024.

Isso posto, explicita-se cruamente o elemento racial e eugenista associado às migrações no Brasil, além da securitização e criminalização que desde cedo predomina²³ no âmbito jurídico e na prática política dessa matéria - afinal, as forças policiais do Estado eram dispostas por entre os “portos da República” para frear os fluxos indesejáveis. Cabe aqui contrapor o argumento de que os incentivos à imigração europeia - na forma de concessão de terras e propagandas ilusórias de melhores condições de vida no Brasil - eram necessários para suprir a falta de mão de obra na nova economia que surgia com o fim do período colonial; ora, a abundância de oferta da mão de obra²⁴ recém liberta se encontrava dispersa pelo território, ociosa e miserável em razão da ausência de mecanismos compensatórios, de indenização ou qualquer auxílio fornecido pelo governo. Tratou-se de uma escolha política, portanto.

O estado de Santa Catarina, referência espacial para o presente estudo, acabou por se configurar historicamente como um suposto “exemplo” desse projeto após as restrições de entrada, tornando-se um grande núcleo de assentamento de colônias europeias²⁵. Dito de outro modo, “um lócus de concretização do projeto imigrantista eugênico brasileiro, baseado nas teorias racistas da época” (Silva; da Rocha; D’Ávila, 2020, p. 5). Por conseguinte, de acordo com o Censo do IBGE²⁶ de 2022, 76,3% da população catarinense se declara branca, pretos e pardos somando 23,3%. Em termos de descendência, segundo o artigo de Silva, da Rocha e D’Ávila (2020), 40% tem ascendência alemã, seguidos dos descendentes de italianos, que representam 30% dos habitantes de Santa Catarina.

Ainda numa análise atual dessa contraposição de identidades nacionais diante da alteridade, do “estranho”, não se pode deixar de acrescentar, às barreiras simbólicas que se impõe na clivagem de uns e de outros, os espaços de fronteira: as margens concretas de separação das nações que, precisamente por envolverem a ambivalência e o contato

²³ O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815 de 1980), fruto do início do período de abertura da Ditadura civil-empresarial-militar, considerava o não nacional como perigo à segurança nacional e previa a expulsão a qualquer um deles que “se entregasse à mendicância ou à vadiagem”. Sua revogação veio apenas em 2017, quando da aprovação da Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445).

²⁴ Celso Furtado trata do “problema da mão de obra” no período de transição nos capítulos 21, 23, 23 e 24 de sua mais célebre obra, indicando o seu mal aproveitamento por parte dos empregadores e proprietários de terra. Para saber mais, ver FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

²⁵ No artigo “Invisibilizados na ilha do desterro: os novos fluxos de imigrantes e refugiados em Florianópolis”, chega-se à conclusão de que “Muito embora dezenas de nacionalidades presentes na região sofram situações de cunho xenofóbico, resta evidente que, com relação aos corpos racializados como os do Haiti e de países africanos, o racismo é a principal fonte de opressão. Tendo em vista que as populações haitianas e senegalesas despontam como as duas mais atendidas pela Pastoral/CSVM-Eirenê no período ora em apreço, esta pesquisa atestou para o fato de que a maior parte dos imigrantes e refugiados que chegam à região atualmente já enfrentou episódios de racismo e/ou injúria racial (Silva; da Rocha; D’Ávila, 2020, p. 19)

²⁶ Para conferir o panorama das estatísticas do IBGE, de onde foram retirados os dados da população catarinense, acesse <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

recíproco, podem ser representativas de como as clivagens nacional/externo operam nos dias de hoje. A partir da fronteira com a Bolívia nas cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, no estado do Mato Grosso do Sul, Costa (2013) aponta para a comparação de duas distintas tradições culturais expressas em datas comemorativas: por um lado, o carnaval brasileiro, festejado pela grande maioria dos habitantes e um reafirmador de sua brasilidade, quase que um “dever ser” aos que almejam - ou são forçados à - assimilação; do outro, a celebração da *Virgen de Copacabana* por parte dos bolivianos que, dividindo o espaço da cidade com os corumbaenses, são minoritários em sua comemoração no dia 06 de agosto, enxergada como “exótica”, a “festa dos bolivianos”. As rejeições aos bolivianos com base na nacionalidade assumem caráter mais negativo quando são designados pela categoria “índio”, que além da diferença nacional carrega também o estigma de não fazer parte dos valores da civilização, ou seja, com essa denominação esses sujeitos são associados à barbárie

É por serem sujeitos inerentemente políticos, repletos de cargas distintas de ambivalência - entre o seu caráter provisório e definitivo; a ausência (na terra natal) e a estranheza (no destino); a ambição e a culpa; o espírito comunitário e a solidão - , e pelo entendimento de que não se deve dispensar o importantíssimo papel aos próprios migrantes, os sujeitos do fenômeno, para sua investigação, que aqui se revelaram necessárias essas reflexões críticas sob a ótica da experiência individual. Abdelmalek Sayad e, em menor medida, Frantz Fanon, partem daquele que parece ser um dos mais relevantes exemplos de migração da metade do século XX aos dias de hoje: o destino à França por parte dos argelinos, ou, no geral, dos cidadãos nascidos nas ex-colônias francesas. Nas palavras do próprio Sayad (1998), referindo-se à excepcionalidade desse caso e aos duradouros laços coloniais que permearam as relações entre os dois países e que persistem nas negociações oficiais até a atualidade²⁷, “a Argélia aparece, sob esse ponto de vista, como país de emigração ao mesmo tempo mais dependente, pois a intensidade e a complexidade das relações com o país de imigração [a França], [...] fazem-na sentir talvez com maior intensidade do que os outros países sua dependência nesse sentido” (p.246-247).

A sensibilidade no entendimento da questão migratória é sem dúvidas estimulada, por exemplo, a partir do conceito de *Elghorba* (do árabe: exílio, afastamento, alienação, nostalgia), utilizado para se referir à condição de existência dos indivíduos que migram. Já na

²⁷ A dominação francesa no território argelino se estendeu de 1830 a 1962, e os últimos anos foram marcados pela sangrenta Guerra da Argélia ou Revolução Argelina (1954-1962), comandada pela Frente de Libertação Nacional (FLN), de que Frantz Fanon participou ativamente durante os seus anos como psiquiatra no país. Até pouco tempo atrás, e sobretudo no período em que os conflitos se desenrolavam, a imprensa e a opinião pública francesa preferiam se referir à “questão argelina”.

própria análise etimológica da palavra se descobre algo digno de nota: o verbo “ser”, tão natural às línguas indo europeias, não aparece da mesma forma no árabe (e nos seus diferentes dialetos); diferentemente, no último idioma muitas palavras surgem a partir de inúmeras possibilidades para combinações sucessivas de três letras. Quando se alteram essas justaposições, portanto, estão se alterando os conceitos que delas se originam.

Assim, o significado da palavra *ghorba* não se refere de modo particular à migração, tampouco se traduz facilmente, sem perda de expressão, pela nossa exclusiva “saudade”; trata-se de um estado existencial, delimitado por toda uma zona semântica (Elhajji, 2018)²⁸. Para além das definições de dicionário e as possíveis - e limitantes - traduções que se possa tirar da palavra, é certo que o sentimento se expressa de forma distinta nos sujeitos que partem para longe de sua terra e a ela aspiram retornar. Sayad, nesse sentido, empresta-lhe um conjunto de significados, associando-a “ao “poente”, à “escuridão”, à distância e ao isolamento (entre os estranhos, logo à sua hostilidade e ao seu desprezo); ao exílio; ao terror (aquele que é provocado pela noite e que o faz se perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc” (Sayad, 1998, p. 44).

A partir dos relatos do argelino “Mohand A”, jovem argelino de 21 anos que vivia na França há pouco mais de um ano, o autor situa as principais contradições que a *elghorba* parece implicar na consciência do migrante: de um lado, aparecem-se-lhe as percepções daquilo que a imigração aparenta ou almeja ser (como fábula?) - “os imigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra; os antigos emigrantes que “encantam” as lembranças que guardaram da França; os candidatos à emigração que projetam sobre a França suas aspirações mais irrealistas”, e além disso as ilusões que são partilhadas entre sociedade de destino e imigrante, tal como um suposto caráter **apolítico** das migrações. Na outra ponta, a decepção que a realidade lhes escancara quando passados alguns meses - ou menos - de sua chegada na “terra prometida”: a interminável burocracia enfrentada nos órgãos regulatórios e de imigração; as oportunidades de trabalho menos abundantes e vantajosas do que o esperado, com cargas extenuantes e nos cargos que, como já foi dito, a população nacional rejeita e despreza; as condições precárias de alojamento e o alto custo de habitação; enfim, tudo aquilo que, ao fim e ao cabo, contribuem para que se internalize a chamada *elghorba* no interior dos imigrantes, ao menos nos primeiros meses de sua chegada. Nas palavras do próprio jovem Mohand:

²⁸ Informação verbal originária do seminário: 20 ANOS DEPOIS: A CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE ABDELMALEK SAYAD, 2018. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ex13PE9nBIY>.

Que França eu descobri! Não era nada do que eu esperava encontrar [...] Eu que pensava que a França não era o exílio [“elghorba”]. É realmente preciso chegar aqui na França para conhecer a verdade. Aqui, a gente ouve dizer coisas que ninguém conta lá (na Argélia); a gente ouve dizer tudo. “Não é uma vida de seres humanos; é uma vida que não se pode amar; a vida dos cães na nossa terra é melhor do que isso...” (Sayad, 1998, p. 34)

Para muitos daqueles que passam por essa desilusão, em que se opõe de forma ambígua a relativa satisfação pela melhora - ainda que tímida, em muitos casos - nas condições de vida, de um lado, e a frustração pelas expectativas que não foram e não serão atendidas, a centralidade desmedida do trabalho no cotidiano e o despertencimento à nova sociedade, do outro, as contradições são resolvidas pelo mascaramento, pela ignorância, e logo na cumplicidade com a sociedade de destino no que diz respeito ao ocultamento da verdade objetiva sobre a migração. Essa dissimulação, portanto, difundida historicamente no país daqueles que migram pela dinâmica das redes e dos indivíduos que comunicam entre si suas experiências (ilusórias), torna-se um mecanismo que reproduz a própria migração (Sayad, 1998).

Ocultar-se, portanto, a realidade material da migração com a imagem de escolha própria, provisoriedade e liberdade que a revestem. Assim, o imigrante vê transformadas suas relações com a sociedade de destino: iniciando-se, como diz Elhajji (2018) com a exigência de bom comportamento e polidez para o seu acolhimento, termina com a submissão, o complexo de inferioridade e, em último caso, a desumanização. Esse processo vai ao encontro das reflexões de Fanon (1952) acerca do sofrimento psíquico provocado no homem negro após os movimentos de descolonização na África, que acarretaram a destruição de suas noções de individualidade e identidade e contribuíram para a negatização de sua autoimagem. Afinal, o próprio relato de Mohand em Sayad (1998) comprova que o sentimento de *elghorba* aqui discutido, embora tenha se generalizado nos deslocamentos pós-independência argelina e seja aqui utilizado para se referir em maior medida à migração, não é dela exclusivo, tendo origem na paulatina obsolescência forçada que a expansão do colonialismo em sua etapa industrial provocou nos modos de vida rurais, sobretudo aqueles cujo funcionamento se baseia na auto-subsistência de cada aldeia e na sazonalidade das colheitas.

O jovem argelino é originário de uma pequena aldeia na região da Cabília onde, diante da caducidade das lógicas antigas que permeavam as relações econômicas de seus moradores e da impossibilidade de se adquirir terras e semear suas próprias plantações para sobreviver, molda-se completamente à migração; a grande maioria dos homens parte para uma nova vida, e os que ali permanecem dependem substancialmente de sua renda. Não se

pode deixar escapar o paralelo, a despeito da diferença nos contextos, entre essa situação e aquilo que Magalhães (2017) chama de “dependência de remessas”. Nos termos de Mohand, “nossa aldeia é uma aldeia comida pela França; ninguém escapa” (Sayad, 1998, p. 32).

A centralidade que o trabalho ocupa na trajetória desses indivíduos, sobretudo a partir de sua chegada ao novo território, aspecto primordial do nosso argumento, não fica de fora das análises do autor. “Foi o trabalho que fez nascer o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não ser”, diz ele (Sayad, 1998, p. 55). Isso implica, dentre outras coisas, no que o autor chama de paradoxo da “provisoriamente-definitiva” do fenômeno migratório, ou, de forma correlata, a “redefinição de expectativas temporais” (Sales, 2008). Operando como mais um dos mecanismos de compensação psicológica desses indivíduos, a crença de que a condição de imigrante será provisória e de curta duração pretende facilitar a aceitação das vicissitudes do processo. O país de recepção, por sua vez, participa dessa ilusão compartilhada apenas quando lhe convém; ao relegar esses novos trabalhadores ao status de trabalhador temporário, passageiro, circunstancial, assim fica mais facilmente justificada a sua restrição de direitos e o seu tratamento como não-cidadãos, bem como uma potencial dispensa de seus serviços. Complementando a explicação, o autor afirma:

[...] São, em primeiro lugar, os primeiros interessados, os próprios imigrantes que, tendo entrado como que sub-reptícia e *provisoriamente* (como eles pensavam) numa sociedade que sentem hostil, precisam convencer a si mesmos, às vezes contra as evidências, de que sua condição é efetivamente provisória: ela não poderia ser aquela antinomia insuportável (uma situação teoricamente provisória mas que, de fato, se dá objetivamente como praticamente definitiva) que lhes mostram sua experiência e seu itinerário de imigrantes. São, em seguida, as comunidades de origem (quando não é a sociedade de emigração por inteiro) que fingem considerar seus emigrantes como simples ausentes; por mais longa que seja sua ausência, esses últimos são chamados a retomar, idênticos ao que eram, o lugar que jamais deveriam ter abandonado e que só abandonaram provisoriamente. É, por fim, a sociedade de imigração que, embora tenha definido para o trabalhador imigrante um estatuto que o instala na provisoriamente enquanto estrangeiro e que, assim, nega-lhe todo o direito a uma presença reconhecida como permanente [...] consente em tratá-lo, ao menos enquanto encontra nisso algum interesse, como se o provisório pudesse ser definitivo ou pudesse se prolongar de maneira indeterminada (Sayad, 1998, p. 46).

Como diz Elhajji (2018), a contradição assim colocada (da “provisoriamente definitiva”) se desloca do tempo para o espaço; afinal, como continuar a estar presente (fisicamente) onde se está ausente (psicologicamente)? E, de forma paralela, como se acomodar com o fato de se estar ausente lá (terra natal) onde se está psiquicamente apegado? Essa ilusão coletiva está indissociavelmente acompanhada, portanto, de uma outra, com

caráter distinto (ao invés de mecanismo compensatório, esta é, simultaneamente, fonte de angústia e horizonte reconfortante): a fixação pela ideia do **retorno** à terra de origem.

Ao mesmo tempo atormentado pelo medo da desonra e traição por parte daqueles que ficaram - principalmente se não são concretizadas as expectativas que se tinha da imigração -, o migrante anseia pelo regresso pois se ressent de sua escolha, enxergando-se deslocado num país que lhe é desconhecido e muitas vezes hostil, não raro recorrendo ao isolamento e à solidão não apenas durante o seu tempo livre, mas também durante a repetição das tarefas cotidianas no trabalho. Não obstante, Sayad aponta para a bruta realidade de que, em última instância, não há possibilidade real de retorno. Não somente em razão das condições materiais objetivas (a necessidade de se permanecer trabalhando no destino, provisoriamente e de forma definitiva), mas também porque só o retorno espacial não basta; não se pode voltar no tempo, é claro. As transformações sofridas tanto pelos que saíram como pelos que ficaram (transformações psíquicas, fisiológicas, culturais) são irreparáveis, e a memória nostálgica é duramente confrontada com as experiências (negativas) reais de retorno, tanto as visitas temporárias nos períodos de férias e feriados comemorativos, quanto os regressos definitivos.

É indiscutível que as análises aqui expostas abordam um caso particular de migração bastante distinto da imigração contemporânea de venezuelanos ao Brasil, por se tratar de dois países (França e Argélia) cuja complexidade nos laços coloniais e imperiais ultrapassa em muito aquela normalmente observada no que se convencionou denominar migração Sul-Sul. No entanto, parece do mesmo modo bastante claro que muitas das mesmas questões internas, dos mesmos dilemas e sofrimentos, podem ser compartilhados entre os diversos tipos de indivíduos nessa condição, originários das mais diferentes sociedades. Afinal, não deixam de ser todos, cada um no período histórico particular em que sente a faz a própria existência, sujeitos desenraizados, exilados, nostálgicos. Sujeitos cuja potencial fragilidade psíquica é mais significativa, é claro, do que aqueles que nutrem continuamente laços identitários com o território e a ideia de nação em que ainda vivem. No terceiro capítulo, pretende-se refletir sobre algum dos elementos apresentados nesta seção, dessa vez com referência aos migrantes venezuelanos e seus relatos durante as entrevistas: principalmente, a presença de sentimentos análogos ao que Sayad (1998) entende por *ghorba*; as contradições implicadas no binômio expectativa x frustração que envolve o fenômeno migratório; o isolamento como estratégia e válvula de escape dos migrantes; e o retorno e/ou saudade da terra de origem na ampliação de seu espaço de vida.

À guisa de conclusão do capítulo, seus principais objetivos podem ser retomados e sintetizados da seguinte maneira: primeiramente, a fim de aprofundar os conhecimentos do leitor e dar as bases para o seu olhar ao fenômeno migratório, foram apresentadas algumas das principais teorias das migrações, com destaque para os neoclássicos e a sua crítica marxista, bem como ao conjunto de autores que enfatizam o trabalho e as desigualdades como variáveis centrais. Além disso, na segunda seção apresentamos alguns dados e discussões preliminares no que diz respeito ao peso das remessas para as famílias dos migrantes, elemento que será retomado posteriormente. Por fim, discutiu-se alguns aspectos concernentes à experiência individual da migração, na tentativa de unir as duas pontas (objetiva e subjetiva) de nossa análise. Entende-se que essa dimensão pode ser enxergada tanto sob um ponto de vista histórico, mostrando-se de que forma esse processo invariavelmente envolveu a construção de alteridade em relação aos estrangeiros, e, a partir disso, atingir a perspectiva do indivíduo, com todos os preconceitos, dilemas internos, expectativas e frustrações presentes em sua trajetória, da terra de origem à sociedade de destino.

3. DIÁSPORA EM CURSO - A CONSTITUIÇÃO DOS VENEZUELANOS COMO POPULAÇÃO MIGRANTE

E não assumimos a nossa violência, não assumimos as nossas ideias, com o ódio dos bárbaros adormecidos que somos. Não assumimos o nosso passado, tolo, raquítico passado, de preguiças e de preces. [...] Não é possível acreditar que tudo isso seja verdade! Até quando suportaremos? Até quando, além da fé e da esperança, suportaremos? Até quando, além da paciência, do amor, suportaremos? Até quando, além da inconsciência do medo, além da nossa infância e da nossa adolescência suportaremos?
(Terra em transe, 1967)

Nos dias de hoje o quadro da sociedade venezuelana é sabidamente grave, relacionado de maneira estreita à crise de emigração que o país enfrenta desde a metade da década passada, somando hoje mais de 7 milhões de seus cidadãos dispersos pelo mundo na “diáspora” venezuelana. Atualmente pouco se discute quanto ao diagnóstico de que o país enfrenta uma grave crise humanitária: dados da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) (UOL, 2024) revelaram que em 2023 82,8% da população venezuelana se encontra em situação de pobreza, sendo 50,5% de pobreza extrema; o coeficiente de Gini²⁹, que durante os governos de Hugo Chávez havia decaído de 0,4693 para 0,3902, atingiu cerca de 0,6 em 2022 (Estanislau, 2022). O PIB per capita, por sua vez, vem apresentando um retorno à estabilidade após a queda no período da pandemia; mesmo assim, os 3.690 dólares estimados para o ano de 2024 são quase quatro vezes inferiores ao número pré-crise de 2012, quando o PIB per capita era de 12.690 dólares, de acordo com dados do FMI.

Se o objetivo é contribuir para uma compreensão aprofundada do deslocamento massivo de venezuelanos no mundo e no estado de Santa Catarina, é preciso que se vá além das controvérsias (representadas, dentre outros elementos, pelo binômio democracia-ditadura) que continuam cercando o governo de Hugo Chávez e de seu sucessor, Nicolás Maduro, e se

²⁹ Índice de medição das desigualdades internas com base na diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os mais ricos, variando de 0 (perfeita igualdade) a 1 (perfeita desigualdade).

tente buscar as raízes da imigração na economia política do país e no rentismo petrolero de suas elites - que dificulta a saída para a superação da dependência e do subdesenvolvimento em razão da alta instabilidade de preços dessa *commodity* no mercado internacional -, além, é claro, da necessidade de se considerar o papel que a Venezuela ocupa na hierarquização global, marcada pela desigualdade sistêmica entre países centrais e dependentes.

Com vistas a alcançar esse nível de entendimento, algumas décadas da história recente venezuelana precisam ser revisitadas, sempre relacionando-as, por entre o texto, aos fluxos migratórios característicos de cada período: na primeira seção, discutir-se-á a centralidade (e dependência) do petróleo na economia e o pacto político que ao redor dele se formou para governar a Venezuela de 1958 a 1999; na segunda, serão introduzidas as transformações que o ex-presidente Chávez representou aos caminhos do desenvolvimento no país; na terceira, serão feitas reflexões preliminares sobre a mudança do chavismo com a morte de seu principal líder e a emergência de Nicolás Maduro, seu sucessor, como fator determinante para o agravamento da crise e o deslanchar do fenômeno migratório; por fim, já numa referência temporal e espacial mais próxima, será apresentado um panorama da imigração Venezuelana ao Brasil.

3.1 A DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO E O *PACTO DE PUNTO FIJO*

Não obstante o fato de o Brasil e os brasileiros por vezes não se reconhecerem historicamente como latino-americanos - possivelmente em razão da diferença do idioma, ou das mútuas desconfianças envolvendo a potencialidade de uma hegemonia brasileira na América -, é comum que na sucessão de acontecimentos históricos sejam encontradas similaridades entre o país e seus vizinhos, não sendo diferente com a Venezuela. Malgrado, em razão de diferentes interesses políticos-econômicos que levaram à “balcanização” dos territórios, o projeto integracionista do revolucionário venezuelano Simon Bolívar, de fazer das antigas américas espanholas uma grande nação, a economia venezuelana (tal qual a brasileira) já inicia sua inserção no mercado mundial de forma submissa aos interesses de outra grande metrópole: a Inglaterra (Nava, 2015).

Com a conquista das independências formais, portanto, inauguram-se as dependências reais, novo capítulo ao qual a história dessas economias se vê submetida até o presente (Silva.; Traspadini, 2021). Isto é, a oficialização jurídica de rompimento dos laços que durante séculos mantiveram a dominação pelas metrópoles coloniais de seus “satélites”, nos termos de Frank (1966), não significa uma autonomia de fato das relações dos países

latino-americanos com o resto do mundo, levando a Venezuela a se ter desenvolvido industrialmente sobretudo no período de integração monopólica do pós Segunda Guerra, com presença majoritária de capitais estrangeiros. Na tipologia marxista de Bamberger (2013), é considerado um país de tipo B, enquanto o Brasil, tendo iniciado seu processo de industrialização - a despeito dos debates que até hoje movimentam os economistas a esse respeito - no entre-guerras sob o controle de capitais nacionais, enquadra-se nos países de tipo A.

O petróleo, descoberto em grande amplitude comercial em 1914 no campo de Mene Grande, viria a reforçar essas tendências e a antedatar o destino do país. Anteriormente essencialmente agrícola, marcado pela predominância do latifúndio e pela exportação de produtos primários como café, cacau, algodão e tabaco, seus principais líderes ditatoriais dos séculos XIX e início do XX transformando-o em seu “feudo privado” - particularmente o general Juan Vicente Gómez -, a Venezuela passava a ter suas estruturas econômicas internas transformadas pelo deslumbramento que causava, por exemplo, a descoberta de poços petrolíferos capazes de jorrar 100 mil barris diários (Maringoni, 2008; Carvalho, 2018).

A chamada “riqueza negra”, então, particularmente atraente pela relativa facilidade de extração e pouca necessidade de trabalho humano, iniciou uma corrida pelo óleo na região, e algumas das mais célebres multinacionais como a Royal Dutch Shell e a Standard Oil of New Jersey disputaram entre si o controle extrativista dos territórios mais valiosos, ficando a disputa fundamentalmente condicionada ao grau de subserviência ou conflitividade que a presidência do momento impunha à relação com as classes dominantes internacionais. Assim, se os governos dos militares ditadores Juan Vicente Gómez (1908-1935) e Marcos Pérez Jiménez (1952 - 1958) - ou até de López Contreras (1935-1941), mais moderado na transição à democracia - tenderam a um alinhamento automático com os interesses estadunidenses e a uma maior liberalização das participações externas no extrativismo³⁰, alguns breves suspiros na luta de classes venezuelana favoreceram um maior grau relativo de soberania nacional e controle público do motor de sua economia durante o século XX, como os períodos em que estiveram no poder Isaías Medina Angarita (1941-1945) e Carlos Andrés Pérez (1974-1979).

A trajetória das forças econômicas venezuelanas desde o início do último século até o presente momento parecem se resumir, vistas por um de seus múltiplos ângulos particulares,

³⁰ O primeiro ato de Gómez como maior autoridade política foi pedir a proteção militar norte americana para estabilizar o governo, e, como o maior proprietário individual de terras do país, não foi isenta de benefícios particulares a sua promulgação de uma lei “assegurando estabilidade política, administrativa e fiscal, além de condições definidas de concessões, royalties e cobrança de impostos” (Maringoni, p. 45) Aqui o autor faz referência à primeira Lei de Hidrocarbonetos, de 1920.

a essa disputa pelo controle do petróleo e do gás natural, recursos abundantes de que se beneficiam, como num pêndulo de Polanyi (2001), tensionado pela oposição histórica entre o *laissez-faire* do liberalismo econômico e as forças de resistência que a ele se opõe. Mas quais são as implicações profundas dessa vulnerabilidade em relação ao recurso? Celso Furtado aponta para diagnósticos e conclusões importantes a esse respeito: “nada é mais perigoso para um país pobre do que uma chuva de dinheiro”, ele alertava (Furtado, 1974 apud Medeiros, 2008). Enxergada sob o ponto de vista da aplicação do conceito de “doença holandesa³¹” ou *resource curse thesis* aos países do Terceiro Mundo - que sentem de forma acentuada as contrações dos setores produtivos causadas pelas sobrevalorizações que os recursos naturais implicam no câmbio, em parte pelos entraves e atrasos históricos de suas indústrias -, essa vulnerabilidade em relação ao petróleo acarreta a

desindustrialização e a involução da agricultura. Ficava em destaque o elo entre a captação das rendas centralizadas pelo Estado e os regimes autoritários, de par com a dependência notadamente tecnológica e a vulnerabilidade externa crescente, assim como a grande dificuldade para promover reformas em face dos interesses adquiridos nesse tipo de economia (Ahmed, 2008, posição 5325).

Assim, o boom econômico provocado pelos dois choques do petróleo na década de 70³² e a consequente elevação espetacular dos seus preços contou com um adicional, grande fonte de instabilidade: a captação maciça de recursos financeiros provenientes do resto do mundo. Ao invés de contribuir para a reversão da estrutura produtiva e o aumento do emprego, tal conjuntura apenas “aprofundou os problemas estruturais da economia venezuelana, que caminhou na direção oposta à proposta por Furtado tanto em 1957 quanto em 1974³³: transformar as rendas de petróleo numa política voltada para o aumento da produtividade agrícola e industrial” (Medeiros, 2008, posição 4.904).

Isso sem mencionar, é claro, as gritantes desigualdades que vão se avolumando no seio da sociedade venezuelana devido à apropriação da maior parcela da renda petroleira por

³¹ Termo inspirado nos acontecimentos históricos dos Países Baixos na década de 1960, quando o aumento nos preços de seu gás natural provocou desequilíbrios no balanço de pagamentos e resultou na valorização do florim (moeda da época), prejudicando o desenvolvimento do setor manufatureiro na região.

³² A esse respeito, no que parece ser uma comparação do contexto da Venezuela com o “milagre econômico brasileiro, Furtado (1974) alerta: “Via de regra, o subdesenvolvimento tende a reproduzir-se qualquer que seja o ritmo de crescimento da economia. Assim, as elevadas taxas de crescimento do Brasil dos anos 70 não o fizeram menos subdesenvolvido, se se entende por desenvolvimento o acesso da massa da população aos benefícios dos incrementos na produtividade do trabalho. O quadro da Venezuela não tem sido diferente, mas existe nesse país a possibilidade de modificá-lo sem transtornos sociais maiores, numa fase como a presente, caracterizada por abrupto crescimento do excedente petroleiro (posição 4566).

³³ Datas em que foram publicados, respectivamente, os textos contendo as principais reflexões de Furtado acerca da Venezuela: “O desenvolvimento recente da economia venezuelana” e “Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais”. Ambas as produções estão compiladas no livro “Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas”, junto com outros textos de comentadores e uma entrevista.

parte das elites econômicas e de uma alta burocracia estatal. Conforme Rangel (1968), no ano de 1958 apenas 12% das famílias ficavam com 40% dos ingressos que se criavam na economia, enquanto 45% detinha somente 9%. Os mais altos estratos daquele país que ainda não florescia em mais de cem anos da independência, que custava a se desembaraçar das correntes que obstaculizavam o surgimento de uma nação nova e original, apoderaram-se de tudo aquilo que o petróleo poderia ter produzido nos períodos de preços elevados, inebriando-se com o transe que as cifras estonteantes lhe causavam e deixando à própria sorte o povo famélico, analfabeto, miserável. Como mostram Vieira, Ouriques e Santos (2009), o povo venezuelano nunca havia verdadeiramente se apropriado dos recursos advindos do petróleo.

Os antigos proprietários de terra e o alto escalão da burocracia estatal, muito embora fossem os mais abastados internamente, aqueles que efetivamente controlavam o destino venezuelano, tinham que repartir quantia considerável desses retornos com os grandes monopólios internacionais, dada a posição dependente do país na hierarquização internacional. Como num esquema a que Marini (2013) denominou “cooperação antagônica”³⁴, ou, nos termos de Bambirra (2013), as elites econômicas se tornavam “classes dominantes-dominadas”. Com efeito, de acordo com Nava (2015) para a década de 1950 as empresas estrangeiras de exploração do petróleo - as principais eram Royal Dutch Shell, Exxon e Standard Oil Company - obtiveram uma taxa de retorno entre 30% e 40% em seus investimentos, travando o caminho para um desenvolvimento autônomo e com menor grau de dependência tecnológica. Isso reforça, aliás, a tendência apontada por Bambirra (2013), de que o capital externo intensificou sua presença nos países de tipo B durante a fase de integração monopolística (pós-guerra), configurando o que Dos Santos (2011) chama de dependência tecnológico-industrial.

Mesmo assim, no decorrer de boa parte dos governos venezuelanos do século XX (democráticos ou ditatoriais), ensaiou-se um modelo de capitalismo de Estado com a construção de empresas públicas - por exemplo, petroquímicas e siderúrgicas no período em que o general Pérez Jiménez comandou o país -, a preocupação com o desenvolvimento

³⁴ Refletindo sobre a integração imperialista dos países latino-americanos no pós Segunda Guerra e os governos militares de caráter tecnocrático que surgiram nessa conjuntura, o autor afirma: “A tarefa de tais regimes é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; por outro lado, reprimir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas. Reproduzindo em escala mundial a cooperação antagônica praticada no interior de cada país, tais regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico - os Estados Unidos -, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados” (Marini, 2013, p. 65).

industrial e a elaboração de políticas sociais, tudo viabilizado pela - e condicionado à - disposição de grandes jazidas de recursos naturais. “Em grande parte prolongação do comércio exterior, esse aparelho produtivo possui uma dinâmica própria que influencia o Estado e delimita o seu campo de opções. Sempre que se expande o excedente petrolífero amplia-se a margem de liberdade do Estado” (Furtado, 1974, posição 4528). Afinal, toda sociedade necessita de algum tipo de pacto ou consenso que não a permita entrar em ebulição, o que tende a ser ainda mais verdadeiro no contexto latino-americano, onde, em função dos processos históricos de colonização e dependência, são comuns a profunda instabilidade política e as veementes oscilações no desenvolvimento econômico. Ao implícito consenso social que permeava os objetivos dos governos anteriores, de desenvolver os setores estratégicos e promover a melhora - mesmo que lenta e ainda de forma concentrada - na qualidade de vida do povo, soma-se sua expressão política: aí tem-se o *Pacto de Punto Fijo*.

Assemelhando-se, em certa medida, ao que o getulismo representou ao Brasil para a metade do século XX, o *Punto Fijo* foi um acordo político entre os principais grupos que governavam a Venezuela - deixando de fora os movimentos comunistas, que vinham crescendo nos últimos anos -, concretizado após a queda do militar Pérez Jiménez, em 1958. Com o objetivo de reduzir as disparidades ideológicas e de interesses das diversas frações que compunham a classe dominante - capital financeiro, empresas de petróleo, Forças Armadas, Igreja - em prol do domínio do aparelho estatal, acabou por se traduzir no bipartidarismo entre as duas principais forças eleitorais: AD (Acción Democrática) e COPEI (Ce). Intensifica-se, portanto, a dependência estrutural da economia venezuelana ao petróleo e aos recursos naturais. Esses representariam o sustentáculo material do pacto que governaria a Venezuela por quarenta anos (1958-1998):

Este grande acordo representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo. Além de abrigar os interesses das elites, visava a amortecer os conflitos sociais mediante lenta, porém constante, melhoria do padrão de vida da maioria da população. Clientelismo, fisiologismo e corrupção eram também as características de um tipo de dominação que, no reverso da medalha, reprimia duramente qualquer contestação mais consistente. Uma democracia dependente dos fluxos de petrodólares (Maringoni, 2008, p. 62).

Aliás, como já se adiantou, durante esse período foi aprofundado o grau de dependência aos recursos naturais, especialmente na década de 70, em que houve aumentos vertiginosos no preço do petróleo. Não é à toa, portanto que é precisamente no decênio seguinte, quando a conjuntura externa se reverte significativamente com as “crises da dívida” latino-americanas e a redução dos mesmos preços, que o *Pacto de Punto Fijo* começa a

expressar seus primeiros sinais de esgotamento³⁵, resultando na fuga de capitais após o aumento na taxa de juros por parte do governo dos EUA e reiterando a tendência de intensificação das economias dependentes como exportadoras de capitais, conforme expresso por Dos Santos (2011).

Ora, se nos tempos de bonança petroleira e aumento nos preços internacionais, não são destinadas à maioria da população venezuelana muito mais do que migalhas, resquícios que se permitem converter em algumas políticas sociais, durante as crises se agrava ainda mais suas condições gerais de vida, e por isso é nesse momento que começam a ser redesenhados os fluxos migratórios históricos do país. Aos primeiros e mais importantes sinais de esgotamento do *Pacto de Punto Fijo*, corresponde as primeiras ondas significativas de emigrantes oriundos da Venezuela, ainda na década de 1980. Nesse sentido é preciso recordar sua especificidade quando comparamos com outros dos países que representaram os mais importantes fluxos recentes ao Brasil, como por exemplo o Haiti. No desenrolar do fio histórico que acompanha a dependência real haitiana no período que sucede sua independência formal, a migração sempre se faz presente, a princípio aos países vizinhos como República Dominicana e Cuba, e durante o século XX a outros destinos como Estados Unidos, França e Canadá (Magalhães, 2017). No caso da Venezuela, porém, tem-se a transformação de um país historicamente receptor de imigrantes, em expulsor, no intervalo histórico de 40 anos (ou seja, de meados da década de 1940 até meados de 1980). Assim, baseando-se em Ribas (2018) e Álvarez e Casanova (2019), é possível propor a seguinte periodização:

- Décadas de 1940, 1950 e 1960: emigração de indivíduos provenientes do sul da Europa em direção à Venezuela, fugindo das implicações da Segunda Guerra Mundial e atraídos por um certo grau de estabilidade política que a Venezuela ainda oferecia a despeito dos regimes ditatoriais, além da “ausência de conflitos e o processo de modernização no qual os imigrantes desempenharam papel importante” (Ribas, 2018, p. 98).
- Décadas de 1960, 1970 e 1980: em paralelo, emigração significativa ao território venezuelano de colombianos, com o qual o país guarda laços históricos longevos no

³⁵ De forma mais detalhada, Vieira, Ouriques e Santos (2009) indicam alguns elementos para o fim do pacto: “Como possíveis hipóteses podemos mencionar com base em Gates (2006, p. 4): a incapacidade dos dois partidos (AD e COPEI) de criar alternativas às políticas neoliberais; as limitações estruturais da economia rentista venezuelana; a polarização causada pelo abandono dos sistemas de protecção social do período anterior; a incapacidade do sistema político para incluir novos actores (como os pobres urbanos) nas decisões da vida nacional” (Vieira; Ouriques; Santos, 2009, p. 07)

que diz respeito aos fluxos migratórios. Os principais motivos eram os conflitos internos e as crises resultantes nas baixas do preço do café.

- Décadas de 1970 e 1980: correntes migratórias significativas de profissionais originários de vizinhos sul americanos que deviam, sobretudo, a questões políticas. Tratava-se de trabalhadores de diferentes graus de qualificação, fugidos das ditaduras implantadas em países como Chile, Uruguai, Argentina e Bolívia.
- Década de 1980 (a partir de 1983): em razão da crise econômica que passa a afetar o país após a diminuição nos preços do petróleo e da desvalorização do Bolívar em 1983, o fluxo migratório começa a ser revertido, e a saída de venezuelanos é crescente. Ocorre também a chamada “migração de retorno” das ondas migratórias anteriores; ou seja, o regresso de europeus e latino-americanos que ali viviam às suas terras de origem. Além disso, para Ribas (2018) o comportamento migratório dos venezuelanos durante esse período pode ser considerado “arraigado”, haja vista que se deslocam a outros países, mas seu caráter não é definitivo. O exemplo dado pela autora é daqueles indivíduos que saíam para cursar o ensino superior em outros países e, ao término de suas atividades universitárias, regressavam à Venezuela para se incorporar ao setor produtivo.

3.2 A RUPTURA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PETROLEIRA E A MIGRAÇÃO DA MÃO DE OBRA VENEZUELANA

Fruto da desaceleração econômica mundial, a outrora pujante economia venezuelana não podia mais contar com o aumento nos preços internacionais do petróleo, e o dia 28 de fevereiro de 1983 (episódio do país referido como “*viernes negro*”) representaria o início do fim para o Pacto de Punto Fijo. Frente à moratória do Brasil e do México e às crises da dívida externa latino-americana, à dívida pública galopante e aos altos juros para empréstimos internacionais, o presidente da República *copeiano* Luís Herrera Campíns decidiu pela desvalorização abrupta do bolívar. No entanto, ainda tardaria um tanto para que o acúmulo da deterioração econômica do país culminasse com o mais alto grau de insatisfação popular que o país vivenciara até ali: foi no governo de Carlos Andrés Pérez, eleito pela segunda vez em 1988, que as bases sociais realmente estremeceram e permitiram o ulterior surgimento de uma liderança anti hegemônica, a despeito de que a população antes enxergava em Pérez uma das últimas saídas para a crise de que o país não conseguia escapar. Afinal, ele era um dos

principais símbolos da nacionalização petroleira (em razão da lei de nacionalização ter sido aprovada durante seu primeiro mandato, em 1976) (Maringoni, 2008; Nava, 2015).

Quando assumiu, a situação do país era praticamente insustentável: as reservas internacionais, que em 1985 alcançavam US\$ 13,75 bilhões, haviam caído para US\$ 6,67 bilhões; a inflação era de 40,3% ao ano, o desemprego só aumentava e o salário real vinha em brutal queda. Vendo que o cerco se fechava, a decisão de Pérez de firmar um acordo com o FMI e o Banco Mundial não foi muito diferente do contexto mais amplo latino-americano e periférico, em que a adoção do receituário neoliberal do consenso de Washington neoliberal sacrificava o bem-estar da população (sobretudo sua parcela mais empobrecida) em prol da liberalização comercial, privatizações e responsabilidade fiscal. A isso se seguiu, portanto, o agravamento da indignação popular, que traduzia a desesperança quanto aos desdobramentos da crise econômica, resultando numa das cicatrizes mais profundas da história recente da Venezuela: o episódio conhecido como *Caracazo*. No início de uma segunda-feira, 27 de fevereiro de 1989,

A população pobre desceu dos *cerros* e dos *ranchos* de Caracas para se manifestar contra as medidas neoliberais de Carlos Andrés Pérez, sendo fortemente reprimida por seu aparato policial com o resultado de aproximadamente 300 mortes de civis (Villa, 2005) no primeiro dia. Muitos combates se sucederam depois da primeira grande repressão e as ruas da cidade de Caracas foram transformadas em um verdadeiro campo de batalha, tomadas por barricadas, saques e por um colapso total das redes urbanas, com a ampliação da repressão que, segundo Colmenarez (1989), resultou na morte de mais de 2000 pessoas até que forças do governo conseguissem restabelecer o controle da cidade (Carvalho, 2018, p. 56).

Essa tumultuosa e repressiva conjuntura da vida política venezuelana favoreceu mais ainda o clima de alvoroço popular, e é nesse momento que o nome de Hugo Rafael Chávez Frías começa a ecoar entre os quartéis e as ruas do país, como uma figura de vibrante oposição ao *establishment* das forças econômicas que delinearão os contornos da nação durante boa parte do século XX. Junto com o seu seletivo grupo de militares altamente politizados que compunham o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), Chávez parte para uma tentativa de golpe de Estado³⁶ em 1992 e, após fracassada e duramente reprimida, alguns anos se passariam até que o tenente coronel enxergasse na disputa eleitoral dentro das quatro linhas da institucionalidade uma possibilidade legítima de disputa do poder. Em 6 de dezembro de 1998, uma vitória sem sobressaltos o elegeu com 3,67

³⁶ “Os revoltosos eram gente da média oficialidade para baixo, todos muito jovens. Os dirigentes mais velhos eram Francisco Árias Cardenas – que chegara a derrubar o governador do estado de Zúlia, Oswaldo Alvarez Paz – e Chávez, com, respectivamente, 41 e 37 anos de idade. [...] Mesmo levando-se em conta todos os riscos de quebra do regime democrático implícito na ação dos militares dissidentes, a tentativa de golpe teve o significado simbólico da tentativa de rompimento com um sistema que não resolvia os problemas da população” (Maringoni, 2008, p. 96-97)

milhões de votos, alcançando 56,2% dos votos válidos, contra apenas 32,97% de Henrique Salas Römer, candidato do partido conservador Projeto Venezuela (Maringoni, 2008).

No entanto, a transição da figura de Hugo Rafael Chávez Frías de militar golpista a herói nacional e presidente do país não significou, imediatamente, grandes sinais de heterodoxia no plano econômico. A princípio, manteve-se a contração fiscal, rejeitou-se a implementação de controle dos preços e das taxas de lucro e foi firmado um acordo para a promoção do investimento estrangeiro no país (Gott, 2004). O alvo mais urgente para o começo do governo, sobre o qual deveriam se concentrar os esforços de curto prazo, era a elaboração de uma nova constituição. Aprovada em 1999 após as deliberações de uma Assembleia Constituinte democraticamente eleita, a magnitude das transformações introduzidas pela nova carta magna já se iniciava pela nova designação do país: *República Bolivariana de Venezuela*, em razão das fortes inspirações que o chavismo devia ao antigo libertador Simón Bolívar³⁷, especialmente no que diz respeito aos seus ideais de liberdade, justiça e soberania.

Visando fortalecer os poderes do executivo e concentrar as decisões do processo que se iniciava na figura do presidente recém-eleito, a Constituição instaurou o mecanismo da Lei Habilitante, que lhe permitia legislar sem a necessidade de aprovação do parlamento (de maneira similar, portanto, ao instrumento da medida provisória vigente no Brasil). Através dela, o governo lançou mão de um conjunto de legislações específicas para concretizar a essência do projeto econômico que se desenhava no país: a Lei de Terras - que visava reestruturar a estrutura tributária da posse de terras e estabelecer as bases para uma reforma agrária - e as Leis Orgânicas de Hidrocarbonetos - cujo alvo primordial era o maior controle atribuído ao Estado na atividade petroleira - são duas das mais relevantes, em especial por terem sido aquelas que maior desaprovação suscitaram entre as elites venezuelanas (Nava, 2015; Maringoni, 2008).

³⁷ A constituição devia representar, portanto, a viga-mestra do processo que se inaugurava com a ascensão de Chávez ao poder: a Revolução Bolivariana, também em referência ao líder venezuelano do século XIX. Sobre a figura de Bolívar como símbolo nacional homogeneizador, Maringoni afirma: "Mediante variadas interpretações, a figura do Libertador foi reivindicada por todas as classes sociais venezuelanas, como uma espécie de fator de unidade nacional ou até como símbolo da manutenção de determinada ordem. Assim, existe um bolivarianismo conservador, traduzido na profusão das estátuas equestres disseminadas nas praças de praticamente todos os municípios venezuelanos, bem como na sacralização estática de lugares e feitos do Pai da Pátria. Esta vertente tenta esvaziar a figura de Bolívar de seu conteúdo transformador e anticolonialista, destinando-a à veneração estéril. E há um bolivarianismo de esquerda, que busca nas lutas contra o domínio espanhol a inspiração para ações anti-imperialistas. As duas visões envolvem um sem-número de nuances. O conjunto de ideias de Bolívar sempre foi adaptado de forma flexível o bastante para permitir leituras tanto de um lado quanto de outro" (2008, p. 172).

É razoável esperar um recrudescimento na luta de classes diante da amplitude das transformações que se introduziam na Venezuela, sobretudo quando se tem em conta que Chávez desejava alterar a ordem dos interesses mais profundos do rentismo petrolero, grupo mais poderoso desde o início da linha histórica que vimos desenvolvendo durante este capítulo. Embora cada uma das 49 leis promulgadas em 2001 tocasse em estratos de classe específicos e estimulasse desconfortos pontuais, as primeiras tentativas mais intensas de desestabilização do governo convergiram no instrumento da referida Lei Habilitante, vista como símbolo de uma guinada autoritária que poderia colocar em risco o histórico democrático que se consolidava desde a queda de Marcos Pérez Jiménez (Carvalho, 2018). O caldo opositorista que engrossou contra o presidente a partir dali acaba desembocando numa efêmera tentativa de golpe em abril de 2002³⁸, e, já alguns meses depois do retorno de Chávez à presidência, no *paro petrolero* (greve, paralisação) de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003, com implicações dramáticas³⁹ ao dia a dia da população e a todos os setores de atividade econômica no país.

São logo nos primeiros anos do governo, portanto, que se acentuam os padrões migratórios de expulsão, já revertidos para esse sentido desde a década de 1980. Desta vez as migrações estão revestidas em maior medida de um caráter político, conforme Álvarez e Casanova (2019), já que a greve dos petroleiros produziu como consequência a demissão e o exílio de milhares de funcionários da PDVSA que aderiram à paralisação. Boa parte deles foi acolhida por empresas do ramo e filiais da PDVSA em diversas partes do mundo. Além disso, houve a emigração de empresários e profissionais altamente qualificados que se posicionavam como contrários ao mandato de Chávez, sobretudo no que tange à “Implementação de medidas sobre o impacto à propriedade privada, a vulnerabilidade do Estado de Direito e o controle sobre o mercado” (Álvarez; Casanova, p. 245-246, tradução nossa). Sobre essa mesma conjuntura migratória, Ribas (2018) complementa:

³⁸ Para saber mais sobre os bastidores do golpe de Estado de 2002, ver A REVOLUÇÃO não será televisionada (Chávez: inside the coup). 2003. Produzido por Power Picture associada à Agência de Cinema da Irlanda (74 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ADS3vxux010>. Acesso em: 18 abr. 2024.

³⁹ “Aos poucos, os principais portos e unidades da empresa encerram suas atividades. A produção petrolera cairia de mais de 3 milhões de barris diários para menos de 150 mil [...] No primeiro momento, as filas nos postos de gasolina tornaram-se intermináveis e o sistema de transportes começou a entrar em pane. Como consequência, faltaram gêneros nas gôndolas dos supermercados, gás de cozinha e suprimentos nos restaurantes. No alto verão desapareceram do comércio sucos, refrigerantes e cervejas. Os principais shopping centers deixaram de funcionar. O imponente centro comercial Sambil, orgulho da classe média caraquenha, permaneceu quase dois meses inativo. Praticamente a totalidade das escolas particulares suspendeu as aulas. Parte da rede pública tentou também fechar os portões para os alunos” (Maringoni, 2008, p. 141).

As demissões totalizam cerca de 18.756 funcionários, que também se viram obrigados a reverter sua situação, pois a PDVSA era uma das principais empregadoras do setor. Entre as opções que aplicaram, estava a formação de redes de migração, com os Estados Unidos da América (EUA), Canadá e Espanha como os principais destinos, aproveitando sua experiência na área, mas também a solicitação de asilo (Niebrzydowski e De la Vega, 2008). É importante mencionar que este processo de migração de pessoas associadas ao setor petrolífero não foi imediato, mas se desenvolveu em meio à perseguição política que alguns sofreram e por razões econômicas como o desemprego, que impediam o cumprimento de compromissos individuais como a manutenção pessoal e familiar. Essa migração representa um dos primeiros fatos tangíveis que afetam uma área do conhecimento tão importante para o país como a indústria petrolífera e em detrimento dos direitos de um grupo específico da população e de sua condição de ex-funcionários públicos (Ribas, 2018, p. 105, tradução nossa).

Embora tenham atingido resultados bastante concretos no que diz respeito ao referido êxodo populacional, ao déficit no caixa público, altos níveis de desemprego, aumento da marginalização e à letargia no desenvolvimento socioeconômico, passados esses tortuosos momentos do governo de Chávez e restabelecida a normalidade da produção petrolífera no país, os ânimos da oposição permanecem arrefecidos por alguns anos, durante os quais o presidente fortaleceu seu apoio popular. Tem início, então, outro dos projetos pelos quais mais se comentou a experiência chavista dentre os governos da chamada “onda rosa” latino-americana: as **missões sociais**, que consistiam em transferir para as comunidades a gestão de suas próprias políticas, financiadas pelos recursos do petróleo estatizado. Seus objetivos eram expandir aos estratos mais vulneráveis da população os direitos básicos como saúde, educação e alimentação, construindo laços comunitários de uma democracia participativa, que descentralizava o poder nas figuras do Executivo (Bastos; Obregón, 2018).

No âmbito internacional, o caráter contestador e anti-imperialista de Hugo Chávez se manifestou - para além do elemento discursivo expresso em duros posicionamentos contrários à hegemonia norte-americana nas organizações internacionais de que a Venezuela participava - na retomada de um papel geopolítico de peso para a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada em 1960. De acordo com Nava (2015, p. 72), “Foi por esse motivo que Chávez realizou uma viagem por países-chave do Oriente Médio no segundo semestre de 2000”, além de ter promovido uma estratégia de coalizão na defesa do preço do petróleo com outras nações não membros da OPEP, como a Rússia e a Noruega. Aliás, a primeira medida mais audaciosa do governo no plano econômico, em cujo início predominava certa moderação, foi promover a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros da Opep⁴⁰, com o objetivo de rearticular a organização e recompor os preços internacionais frente ao cenário de baixa (Maringoni, 2008).

⁴⁰ Sediada em Caracas, de 27 a 28 de setembro de 1999.

Em 2006, quando da campanha para sua segunda eleição, Hugo Chávez radicaliza o discurso consolidando a ideia - um tanto difusa - do seu projeto governista, ao qual passaria a denominar “*Socialismo de siglo XXI*”, e convocando a população a comparecer às urnas para um referendo com novas reformas constitucionais. Apesar de ter sido reeleito com 62,8% dos votos válidos, a desaprovação do referendo no ano seguinte por mais da metade dos cidadãos representou a primeira grande derrota do chavismo nas urnas, prelúdio para o desabamento dos pilares que o sustentavam (Álvarez e Casanova, 2019; Bastos e Obregón, 2018; Maringoni, 2008). Ampliavam-se as frentes de oposição com as quais o governo tinha de lidar, em especial após Chávez negar a concessão da licença para a Rede Caracas de Televisão (RCTV) - o que abria margem para as interpretações de uma escalada ditatorial - e partir para o ataque a Igreja Católica venezuelana, que de forma majoritária havia se mostrado simpática ao golpe de 2002. Com esse último movimento, “colocou contra si milhares de padres que semanalmente estão diante de suas paróquias, fazendo sermões e atuando como respeitáveis formadores de opinião” (Maringoni, 2008, p. 36). Ademais, o autor complementa:

Como pano de fundo disso tudo, há ainda uma crônica ineficiência administrativa do governo Chávez. Lixo pelas ruas e vias mal iluminadas à noite na capital do país são apenas os sinais mais evidentes do mau funcionamento da máquina pública. Mesmo as políticas emergenciais, lançadas com grande estardalhaço em 2003, conhecidas como missões, têm-se deteriorado ao longo dos anos. Embora sejam as vitrines mais alardeadas do governo, as iniciativas voltadas para as áreas de saúde, educação, assistência social e abastecimento enfrentaram redução de verbas nos últimos anos (Maringoni, 2008, p. 36).

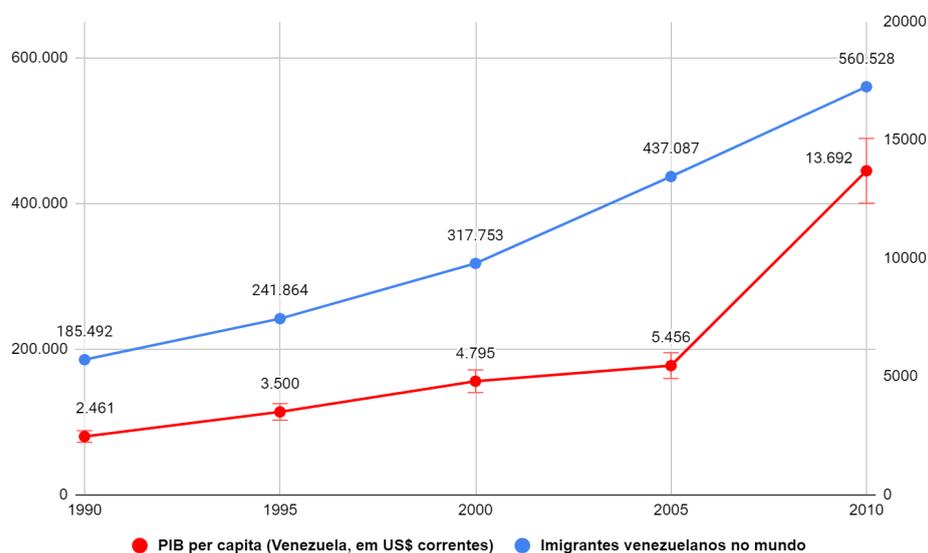
Diante disso, as migrações de venezuelanos pelo mundo permanecem e se acentuam ao longo dos anos finais de Chávez no poder, e a diáspora começa lentamente a se formar. Ainda não há, nesse momento, uma explosão nas estatísticas de saída, como se observou em tempos mais recentes, antes mesmo que a Venezuela se destacasse como principal nação de origem dos fluxos migratórios ao Brasil. Mesmo assim, conforme Ribas (2018), nesse período começa a haver uma emigração de profissionais qualificados nas áreas da indústria petrolífera, medicina e engenharia, sobretudo em direção aos países desenvolvidos. Segundo a autora, isso se deve, em partes, pela incerteza que causavam as constantes mudanças políticas, além da falta de infraestrutura e tecnologia para exercer tais profissões.

A título de exemplo, e não obstante a escassez de dados da década de 2000 nos principais portais sobre migração⁴¹, a autora fornece alguns dados parciais: na União

⁴¹ No portal de dados do Banco Mundial, a disponibilidade de dados anteriores a 2014 se restringem aos anos de 1990 e 2000, apenas

Europeia, enquanto em 1984 apenas 300 venezuelanos foram reconhecidos como cidadãos, em 2012 esse número chega a 7400 (Sánchez; Massey, 2014 *apud* Ribas, 2018). De la Vega e Vargas (2014), baseando-se na quantidade de eleitores venezuelanos votantes no exterior, também atestam crescimento significativo durante o chavismo: 10.431 votantes no ano de 1998, 15.269 em 2000, 57.507 em 2006 e 100.495 em 2012. Durante a década de 2000, se considerarmos apenas Estados Unidos e Espanha, dois de seus principais destinos, os números vão de 126.000 para 215.000, no primeiro, e de 17.767 para 59.157, no segundo (De la Vega; Vargas, 2014). O gráfico abaixo, elaborado com base nos dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Especiais da ONU, mostra a evolução do total de imigrantes venezuelanos pelo mundo desde o início da década de 1990 até 2010, em comparação com o indicador PIB per capita para o mesmo período. Observa-se que ambas as variáveis apresentam acréscimos significativos; o estoque de venezuelanos fora de suas terras aumenta a despeito dos aumentos na renda, o que pode refletir um caráter político da migração nesse primeiro momento, menos relacionado com a busca urgente pela subsistência básica.

Gráfico 5 - Evolução da imigração venezuelana pelo mundo, conforme variação do PIB per capita venezuelano (1990 a 2010)



Fonte: ONU, International Migrant Stock 2020; The World Bank Data.

As entradas desses imigrantes no Brasil também já apresentam incremento digno de nota nesse período, embora de forma lenta e distante das estatísticas atuais: de acordo com o Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE), o total de venezuelanos registrados

para obtenção do antigo documento de imigrante⁴² salta de 208 em 2000 para 1.023 em 2013. Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021, p.02), identificam no período que vai de 2000 a 2015 a primeira onda da migração venezuelana ao Brasil, “formada principalmente por trabalhadores altamente qualificados, com destino às capitais (sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo)”. Nesse período, o total acumulado de registros segundo dados da Polícia Federal foi de 8.670 imigrantes.

Mesmo com o constante fortalecimento da oposição e o acréscimo nas migrações, em 2009 Chávez consegue a aprovação de alterações constitucionais que, dentre outras coisas, inclui a possibilidade de reeleição ilimitada, permitindo-lhe permanecer no governo até 2013, ano de seu falecimento em função de um câncer na região pélvica. Seria apenas alguns anos após a assunção de Nicolás Maduro, seu sucessor, que a chamada “crise migratória” tomaria proporções surpreendentes, inéditas na história do país e uma das maiores na América Latina (Bastos. Obregón, 2018).

Percebe-se que o chavismo representava uma tentativa de ruptura de uma das bases mais fundamentais sobre as quais se mantinha a sociedade venezuelana durante o *Pacto de Punto Fijo* e todo o século XX, qual seja, a elevada concentração de renda e o controle concentrado dos recursos oriundos do petróleo. Os anos chavistas, sobretudo os seus primeiros momentos, simbolizam, para a Venezuela, uma arrancada histórica nos esforços em direção à maior distribuição de renda, soberania estatal e aumento no nível de vida. No entanto, isso tudo ainda era condicionado aos retornos provenientes da renda petroleira; ao invés de ser apropriada de forma desproporcional pelo setor privado e empresas estrangeiras, essa fonte era em maior medida destinada ao Estado e, com isso, aos programas sociais. Não se reverte, contudo - embora tenha havido tentativas de diversificação produtiva da economia venezuelana -, o status de dependência em que o país se vê inserido no contexto global; tanto em termos da posição como exportador de recursos numa divisão internacional do trabalho desigual, quanto da dependência em relação a um único produto: o petróleo. Isso contribui para que, em contextos internacionais adversos e com transformações sensíveis na conjuntura energética, o quadro da sociedade venezuelana se agrave consideravelmente, como se verá na seção seguinte.

3.3 O ENFRAQUECIMENTO DO CHAVISMO, A CONJUNTURA EXTERNA E A ELEVÇÃO SUBSTANCIAL DAS MIGRAÇÕES

⁴² Trata-se do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), substituído pelo Registro Nacional Migratório (RNM).

Nicolás Maduro Moros, nascido na cidade de Caracas em 23 de novembro de 1962, ascendeu à carreira política através do sindicalismo na rede metroviária da capital, após passar alguns anos como maquinista (América Economia, 2012). No final da década de 1990 integra o Movimento V República (MVR)⁴³, partido fundado por Chávez para concorrer à sua segunda eleição presidencial, e nesse momento já se destaca como uma das figuras de confiança do tenente coronel. Tendo servido o ex-presidente como ministro das relações exteriores desde 2006 até o fim do segundo governo, Maduro havia sido indicado em 2012 para substituí-lo, antes mesmo que se iniciasse o tratamento contra o câncer. Ele assume como interino no mesmo ano diante da deterioração da saúde de Chávez, a despeito de contestações da oposição sobre a legitimidade do ato, haja vista que o último nem chegara a iniciar o mandato; de acordo com a constituição, novas eleições deveriam ter sido convocadas em no máximo 30 dias. Essas ocorrem apenas em abril de 2013, quando Maduro, já no poder interinamente, vence o candidato Henrique Capriles na disputa mais acirrada do chavismo desde o seu primeiro governo, com 50,75% dos votos contra 48,87% da oposição (Bastos; Obregón, 2018).

Neste espaço não é o objetivo oferecer um balanço minucioso dos quase dez anos de governo Maduro, tampouco uma análise aprofundada de todas as controvérsias que o cercam; como adverte Braudel (1965, p. 265), o tempo curto é “a mais enganadora das durações”. A priori, pretende-se apresentar parte da ambivalência nas conflitantes interpretações sobre a crise, e sobretudo de que forma os rumos da presidência influenciaram no aumento das migrações, introduzindo em uma discussão preliminar não apenas os determinantes internos relativos à falta de democracia e à rejeição das vozes opositoras, mas também os fatores estruturais da economia política venezuelana e os constrangimentos internacionais que operaram na passagem de um gigante petroleiro em ascensão para um dos países mais miseráveis do mundo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a estratégia adotada na convivência com a oposição foi diferente da de Chávez desde o início. Mesmo se valendo amplamente do legado chavista dos anos anteriores para a solidificação de seu capital político, Maduro se distancia do tom relativamente conciliatório que se seguiu ao golpe de 2002 e, frente aos protestos dos apoiadores de Henrique Capriles, que questionavam o resultado das eleições em razão da derrota apertada e do fato de que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) era composto por chavistas, a resposta foi de repressão, com oito mortos após confrontos entre os manifestantes

⁴³ Hoje, Maduro é o principal líder do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), agremiação criada após as eleições de 2006 pelo chavismo em substituição ao MVR.

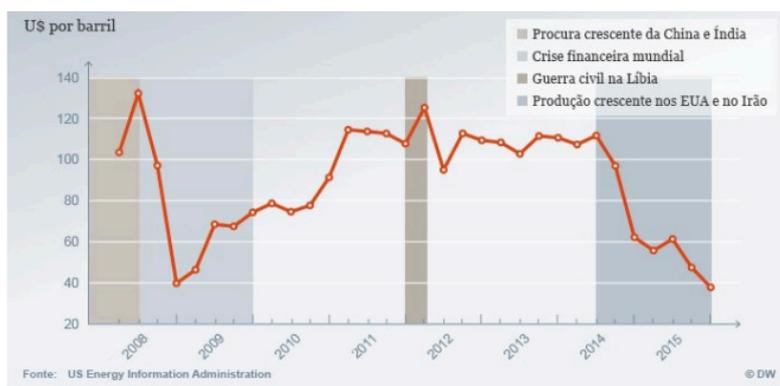
e a Guarda Nacional. Intensificam-se, também, as representações da polarização no país por meio de embates diretos na Assembleia Nacional, e os discursos cada vez mais enfáticos - por vezes assumindo tom conspiracionista - do presidente contra a oposição (Bastos; Obregón, 2018).

Pennaforte e Oliveira (2019), que a partir da Análise dos Sistemas-Mundo enquadram a experiência chavista como movimento antissistêmico⁴⁴, tentam avaliar sua sobrevivência política com Maduro no poder. A continuidade do projeto econômico, que o novo presidente intencionava encabeçar sem grandes mudanças, era travancada pelo contexto interno e internacional desfavorável, já prevendo o desgaste de suas bases antes mesmo da morte de seu principal líder. Como mostra o gráfico abaixo, os preços internacionais do petróleo, que não haviam recuperado os níveis pré-crise de 2008 e apresentavam oscilações importantes até 2014, a partir daí diminuíram de forma considerável, atingindo US\$30,00 por barril em 2016. Embora em 2019 tenham voltado a crescer novamente, atingindo US\$50,00, ainda permaneceram muito abaixo dos quase US\$140,00 anteriores a 2008. Isso, somado à morte do maior líder de massas que a Venezuela vira surgir - e com ele o carisma que em boa medida servia de combustível à manutenção do governo -, e às transformações políticas mais amplas que pouco a pouco desvaneceram a chamada onda rosa na América Latina e deram lugar a governos conservadores ou pelo menos divergentes em maior grau do que o chavismo representava⁴⁵, contribuíram para o agravamento da crise venezuelana em meados da década de 2010.

⁴⁴ Para a noção de movimentos anti sistêmicos, os autores se apropriam de Wallerstein, e entendem que atualmente vivemos em um (longo) período de crise do ciclo sistêmico de acumulação capitalista, estando a “guinada à esquerda” latinoamericana fortemente relacionada com a perda da hegemonia dos Estados Unidos. “O conhecido “Maio de 68”, que sacudiu o planeta a partir das universidades francesas, questionando a ordem vigente, deu início a um movimento que se espalhou pelo mundo. A então “bipolaridade”, que era o modelo de explicação ideológica para a realidade internacional, também foi questionada. Wallerstein denominou este movimento como a “revolução mundial de 1968”. Para ele, o ano seria o marco para o surgimento de um novo tipo de movimento antissistêmico (WALLERSTEIN, 2004, p.271). O período “clássico” chegava ao fim, dando lugar a quatro tentativas de movimentos antissistêmicos: os “maoísmos” (1960-1970), os “novos” movimentos (verdes, ambientalistas, minorias étnicas e raciais), os movimentos dedicados aos direitos humanos e os movimentos antiglobalização (1990)” (Pennaforte; Oliveira, 2019).

⁴⁵ De acordo com Pennaforte e Oliveira (2019, p. 47-48): “No âmbito regional, a eleição de Mauricio Macri (Argentina) em 2015 e a destituição de Dilma Rousseff por meio do golpe político, em 2016, alteraram o quadro político da América do Sul. Os dois países passaram a somar-se às forças que buscavam o enfraquecimento do governo de Maduro por meio de atuação diplomática, fato que culminou na suspensão da Venezuela do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em agosto de 2017, por meio da ativação do Protocolo de Ushuaia, conhecido como cláusula de “ruptura da ordem democrática”

Gráfico 6 - Evolução dos preços do petróleo cru, em US\$ por barril



Fonte: US Energy Information Administration *apud* Carvalho (2018)

É imprescindível que se destaque, também, o papel dos Estados Unidos da América na desestabilização da Venezuela e na formação de um consenso segundo o qual o país é governado por uma ditadura, favorecendo a conjuntura de isolamento internacional, escassez de alimentos, exclusão nos fluxos de comércio, e o agravamento da crise como um todo. Medeiros (2022), em trabalho que analisa a influência da política externa norte-americana no auxílio à imigração venezuelana como estratégia de enfraquecimento do chavo-madurismo, analisa uma série de sanções econômicas (similares àquelas aplicadas a Cuba) e legislações que atuaram com esse objetivo⁴⁶. Sob essa ótica, pode-se compreender o endurecimento de Maduro com a oposição no escopo mais amplo das transformações na economia política global, um elemento de reação frente ao recrudescimento das interferências norte-americanas, ao invés de uma diferença essencialista de caráter entre um e outro presidente chavista. Como apontam Vieira, Ouriques e Santos (2009), o petróleo é um dos mais importantes elementos para a construção e continuidade da hegemonia estadunidense; após anos de melhora relativa nas condições de barganha com Chávez, o fortalecimento da OPEP e sinais de queda dessa mesma hegemonia, não é de se surpreender que a queda nos preços internacionais estimule

⁴⁶ Em primeiro lugar, tem-se a Lei 113-278, de 2014, cujo objetivo é “impor sanções específicas a pessoas responsáveis por violações de direitos humanos de protestantes antigoverno na Venezuela, fortalecer a sociedade civil na Venezuela [...]”, entre outros. Em 2016, a Ordem Executiva 1392, ou “decreto Obama”, institucionalizou as sanções financeiras ao considerar a Venezuela como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, e a partir desse momento se intensificaram o congelamento de contas de instituições, bancos públicos e da PDVSA em bancos internacionais, o aumento dos níveis de risco país, e a proibição da realização de operações financeiras em dólares com a Venezuela. O governo de Donald Trump, que se elegeria ao final do mesmo ano e permaneceria na presidência dos Estados Unidos até 2020, contribuiu para o fortalecimento da postura anti-Venezuela: além de ter proibido transações que envolvam o governo Venezuelano e a PDVSA mediante a aprovação da Ordem Executiva 13808, no ano de 2019 se ordena o congelamento das propriedades do governo venezuelano e de quaisquer indivíduos que deram assistência ao governo bolivariano (Medeiros, 2022).

estratégias por parte da - ainda - potência mais poderosa do mundo no sentido de intensificar o debilitamento do projeto anti-hegemônico.

O já mencionado isolamento a que a Venezuela passou a ser submetida na esfera internacional, fruto ao mesmo tempo de estratégias deliberadas de grandes potências e do crescente autoritarismo de Maduro, também tem bastante a ver com as eleições parlamentares de 2015, episódio visto como uma das grandes derrotas do chavismo. Em sequência ao recrudescimento das manifestações opositoras e à correlação de forças a seu favor nos combates institucionais, o conjunto das forças contrárias ao regime logrou ocupar 67% dos assentos legislativos nessa ocasião. Tendo ainda a hegemonia no Executivo e Judiciário, a estratégia do governo foi radicalizar o discurso contra essas mesmas forças, questionando o resultado das eleições na Assembleia e se utilizando do Tribunal Supremo Corte para, na tentativa de anular os mandatos opositores, recuperar o controle do parlamento (Pennaforte; Oliveira, 2019; Bastos; Obregón, 2018; Negreiros, 2022). Em maio de 2018, foi a vez de sua própria legitimidade eleitoral ser questionada, quando Maduro saiu vitorioso em conturbadas eleições que tiveram 50% de abstenção e diversas denúncias de fraude por parte das forças opositoras, agravando o clima de tensão.

A avaliação de ambos os governos de Nicolás Maduro tende a variar bastante conforme os autores analisados, com alguns enfatizando a resiliência de seu projeto político, que logra a manutenção no poder mesmo diante das tentativas de “*regime change*” das organizações internacionais e de uma oposição cada vez mais insatisfeita (Pennaforte; Oliveira, 2019); e outros colocando maior peso no autoritarismo e em seu “viés antidemocrático” (Bastos; Obregón, 2018), bem como na instabilidade política generalizada que predomina hoje no país, com implicações inevitáveis no que diz respeito aos fluxos migratórios (Ribas, 2018). O que se pode depreender da revisão de literatura, num balanço crítico, é que, a partir do encadeamento de três fatores fundamentais - 1) a morte de Hugo Chávez Frias e com ele todo o carisma e capital político que sustentava o chavismo; 2) a desfavorabilidade do contexto internacional, materializada, de um lado, pelo isolamento e sanções contra o país, e, por outro, no decréscimo significativo dos preços do petróleo; e 3) a opção estratégica do novo governo pelo endurecimento no trato com opositores, em boa parte como reação a essa mesma conjuntura externa, engendrou-se a deterioração crescente das

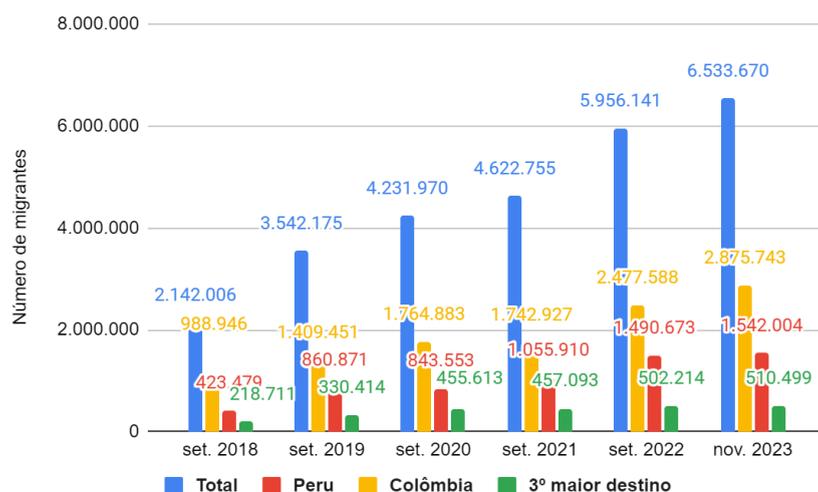
condições sócio-econômicas da Venezuela de 2013 até a grave crise⁴⁷ em que o país se vê inundado até os dias de hoje.

Tudo isso concorre, então, para a cristalização de um “espaço de vida” (Magalhães, 2017) praticamente insustentável para os venezuelanos, a imigração lhes figurando como expulsão, fuga, possivelmente a única saída para a sobrevivência. A população, desde sempre privada dos fartos retornos que o petróleo outrora proporcionou ao gigante exportador, vivendo sob um modelo produtor e reprodutor de desigualdades sociais e da dependência, passa a sofrer de maneira cada vez mais intensa com a fome e as conturbações políticas do país. Por um lado, a reversão nos preços internacionais do recurso e as sanções estadunidenses lhes impactam diretamente o dia a dia, com a diminuição das receitas estatais, a deterioração do câmbio e as taxas de inflação galopantes; do outro, a morte precoce da principal figura política venezuelana dos últimos tempos - liderança do projeto que havia produzido uma notável melhora nas condições de vida das camadas mais empobrecidas -, aliada às diferenças marcantes que o governo de Maduro representou em relação a Chávez, contribuem para o engrossamento de um caldo de desesperança e insatisfação política após anos de agravamento da crise.

De acordo com dados de 2023 publicados pela Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (*Response for Venezuelans*), em novembro havia 7,72 milhões de venezuelanos - aprox. 16% da população total, se considerarmos a estimativa oficial - deslocados pelo mundo, dentre os quais 6,54 milhões migraram para um país latinoamericano ou caribenho. O Brasil não é e nunca foi o principal destino; como já foi dito, há um longo vínculo histórico entre as populações da Venezuela e a Colômbia, e hoje existem aproximadamente 2,88 milhões de venezuelanos vivendo em território colombiano⁴⁸. Atrás dela, os maiores destinos são Peru, Brasil, Equador e Chile. O gráfico abaixo mostra a evolução dos migrantes registrados pela R4V nos países latinoamericanos, de 2018 a 2023:

⁴⁷ Para além das estatísticas já mencionadas a respeito da situação atual, como a taxa de 82,8% de pobreza, sendo 50,5% de extrema pobreza, o cenário de crise é generalizado: enquanto na capital do país, Caracas, há cortes esporádicos de energia elétrica, cidades maiores chegam a ficar de 8 a 12 horas sem luz. A água também foi se tornando um recurso escasso, e em Maracaibo, outra das principais cidades do país, o fornecimento chegou a ser cortado em novembro de 2023 (Linares, 2024). Contudo, no momento em que este trabalho é escrito a economia vem apresentando alguns sinais de melhora: a inflação, que chegou a atingir taxa mensal próxima aos 200% em 2019, está em queda nos últimos meses, com apenas 1,2% de acordo com o Banco Central da Venezuela. O PIB, por sua vez, apresentou crescimento de 5% em 2023, acima dos 3,2% previstos pela CEPAL (Santiago, 2024).

⁴⁸ Aliás, conforme o relatório anual das migrações da OIM, o corredor migratório Venezuela-Colômbia estava em 2021 na lista dos 20 maiores do mundo, ocupando a décima sétima posição.

Gráfico 7 - Principais destinos⁴⁹ latinoamericanos da migração venezuelana, de 2018 a 2023

Fonte: dados da R4V

Quanto ao refúgio, dados do ACNUR indicam que em junho de 2023 havia 300.759 refugiados reconhecidos em todo o mundo, e 1.184.889 com solicitação de asilo ainda pendente. Portanto, é relativamente recente, com agravamento na segunda década deste século, a chamada “crise migratória” que há algum tempo vem concentrando esforços internacionais e regionais - sobretudo dos países latinoamericanos - para a gestão das sobre-ocupações resultantes das entradas de milhares e milhares de venezuelanos todos os dias. A dimensão do fenômeno que mais interessa ao trabalho se expressa nos fluxos desses imigrantes ao território brasileiro, razão pela qual se seguirá daqui em diante à análise de seu quadro histórico geral e principais características. Somente então, no último capítulo, poderá se adensar ainda mais o escopo espacial a fim de se analisar a experiência venezuelana na região metropolitana de Florianópolis.

3.4 A INTENSIFICAÇÃO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA AO BRASIL: UM PANORAMA

Provavelmente por motivações relacionadas ao idioma e aos vínculos históricos que os venezuelanos compartilham com seus vizinhos hispanohablantes, o território brasileiro não se junta às principais opções aos venezuelanos até pouco tempo atrás, figurando na terceira posição apenas em 2023. Apesar de isso ser verdade em números absolutos e proporcionais à

⁴⁹ Enquanto Colômbia e Peru ocupam o primeiro e segundo principal destino, respectivamente, em todo o período analisado, a terceira posição varia de acordo com o ano: o Equador aparece em 2018, 2019 e 2022. O Chile em 2020 e 2021, e o Brasil em 2023.

população, também não se nega o impacto significativo que passaram a ter as migrações venezuelanas no país em múltiplas esferas: discursos midiáticos, participação nas atividades econômicas, senso comum, e sobretudo nas tentativas de respostas por parte das instâncias governamentais locais e federal, além, é claro, de instituições da sociedade civil. Em todas elas, não são raras as expressões de xenofobia⁵⁰, por razões mistas, algumas delas já mencionadas durante este texto. A intensificação do fluxo se dá a partir de 2015-2016 (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2021), e constituem o que as autoras chamam de segunda e terceira onda⁵¹ desse fluxo migratório. Entre 2016 e 2017, ainda se mantém parcialmente os indicadores de qualificação desses indivíduos, em boa parte com perfil de escolaridade superior e de profissionais liberais, embora já a eles se somassem os grupos mais empobrecidos da população venezuelana, devido ao acirramento da crise.

Embora a parte sul da Venezuela compartilhe uma extensa fronteira de mais de 2.000 km com o território brasileiro, a maioria é entremeada por serras e rios, sendo não mais que 10km a área fronteira que viabiliza o trânsito de pessoas. Trata-se, então, da fronteira legal, formada pelas cidades de Santa Elena de Uairén (28.219 habitantes, segundo o censo de 2011), do lado venezuelano, e Pacaraima - RR (19.305 habitantes), do lado brasileiro. Roraima, aliás, foi responsável por cerca de 64% dos registros de imigrantes venezuelanos no biênio 2016-2017 (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2021). Pacaraima tinha uma população inferior a 8.000 pessoas no início da migração, o que dá a dimensão do volume do fluxo e da quantidade de pessoas que ali permanecem, mesmo sendo a minoria dos migrantes (a maior parte se desloca para cidades maiores de Roraima ou de outros estados). Já se pode deduzir, também, a magnitude do desafio que representa o deslocamento de centenas de indivíduos diariamente por duas cidades de tão pequeno porte, com carências de infraestrutura para o seu devido acolhimento e absorção.

⁵⁰ No artigo “Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual”, Milesi, Coury e Rovey (2018) demonstram como a classe política roraimense se aproveitou das instabilidades trazidas pela chegada abundante de venezuelanos no estado, em favor de interesses eleitorais e apelando ao recurso da retórica xenófoba. Isso se materializou no pedido, por parte do governo estadual, da Ação Civil Originária 3121, que delegava à União a exclusiva responsabilidade do controle policial e sanitário na entrada desses migrantes, e exigia inclusive o fechamento da fronteira.

⁵¹ A primeira onda, conforme já mencionado neste capítulo, corresponde ao período em que se observou migração qualificada às capitais da região Sudeste, ainda bastante condicionada às limitações impostas pelo Estatuto do Estrangeiro de 1980. De acordo com o SINCRE, nesse período foi registrada a entrada de 8.670 imigrantes venezuelanos no país.

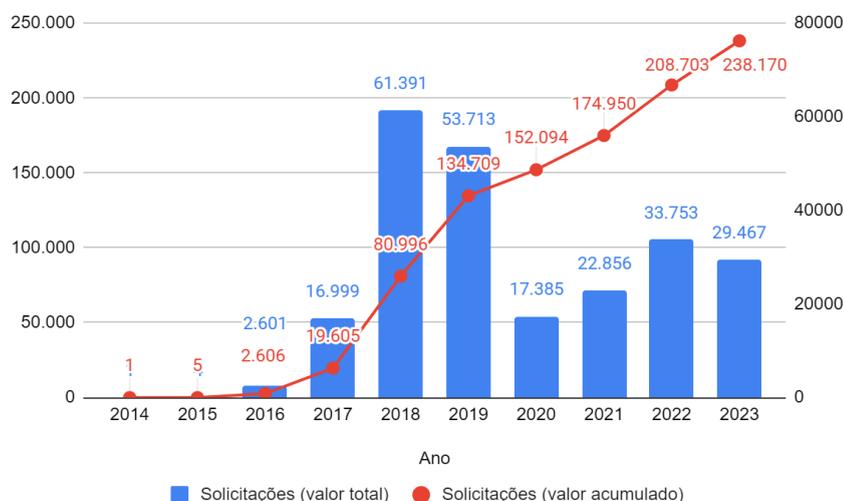
Figura 1 - Mapa da fronteira Venezuela - Brasil



Fonte: Poder 360 (2019)

Quanto ao perfil sociodemográfico dessa segunda onda (2016-2017), dados nacionais compilados pelo Observatório das Migrações em São Paulo (2022) revelam uma população bastante jovem, 46% se situando no estrato de 25 a 40 anos, contra 21% em 15 a 25 anos e 20% em 40 a 65 anos. 55,31% eram compostos por homens e 44,69% por mulheres, e o estado civil se distribuiu em: 74,16% solteiro, 22,18% casado, 2,48% sem informação e 1,19% viúvo. Em termos laborais, de longe a categoria que mais aparece, com 6.894 resultados, é a “sem informação”, seguida de “estudante” (183) e “outra ocupação não classificada” (113). À época, as autoridades migratórias brasileiras careciam de dispositivos adequados para a regularização desse novo fluxo, e, diante da demora para uma resposta efetiva às reivindicações nesse sentido por parte da sociedade civil, a saída que restou aos milhares de venezuelanos entrantes foi a solicitação de refúgio. O gráfico abaixo expressa a evolução do número total de solicitações acumuladas, em linha, e por ano, em barra.

Gráfico 8 - Solicitações de refúgio e solicitações acumuladas de venezuelanos no Brasil (2014-2023)



Fonte: Política Federal, DataMigra

A presença indígena dentre os milhares de imigrantes vindos da Venezuela a alguns estados do Brasil também não pode ficar de fora de um resumo da conjuntura: de acordo com dados de novembro de 2023 disponibilizados pelo portal do ACNUR, 7.237 indígenas da etnia Warao estão dispersos pelo território, com destaque para os estados de Roraima (4.050) e Amazonas (1.179). Além dos Warao, que é o contingente mais expressivo, outras etnias de migrantes e refugiados no Brasil são: Pemon (3.072), Kariña (348), E’ñepa (254) e Wayúu (74). Em trabalho de 2017 publicado sob parceria entre a Universidade Federal de Roraima, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e o ACNUR, Simões (2017) aponta a fome como razão principal da vinda dos Warao à Boa Vista, cidade principal onde o trabalho de campo em questão é realizado. Essa é uma população especialmente marginalizada no Brasil atual, sofrendo cargas múltiplas de preconceito pela cor da pele, nacionalidade, sotaque, cultura, e passando por especiais dificuldades na obtenção de seu sustento diário: segundo Simões (2017), boa parte dos venezuelanos Warao entrevistados faziam artesanatos para vender ou pedem dinheiro nas ruas, e a maioria estava em situação de rua. Ademais, o relatório também registra que de 2014 a 2016 houve numerosos casos de deportação dos povos pertencentes a essa etnia por parte da Polícia Federal⁵².

⁵² Vale mencionar, a respeito da população indígena migrante no Brasil, um dos dezoito trechos vetados por Michel Temer na Lei de Imigração de 2017, que estabelecia a garantia dos “direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas”. A justificativa do veto se baseou na defesa do território nacional como elemento de soberania. Para saber mais, ver https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm.

As implicações subjetivas discutidas no capítulo anterior, inerentes a qualquer processo migratório, acentuam-se quando se trata da população indígena, sujeita a uma carga extra de racialização e preconceitos. Nesse sentido, no trabalho “Imigração venezuelana: os Warao e o direito à moradia, à educação, ao trabalho e à cidade de Manaus”, a venezuelana indígena entrevistada pela autora sintetiza bem uma situação comum entre os imigrantes atendidos pela DPU, como se verá adiante:

Observamos na fala da nossa entrevistada que, entre a expectativa da abundância e melhoria de vida e a realidade que encontrou ao chegar a Manaus, muitas rotas e sonhos foram refeitos. Atualmente, ao falar de seu passado recente na Venezuela, da decisão de migrar, nossa interlocutora avalia com seu olhar contemporâneo as perdas e ganhos que o tempo transcorrido lhe proporcionou. Mas chama a atenção o fato de que assim como Maria, muitos imigrantes não se colocam como vítimas da História, mas sim como sujeitos de sua própria vida que, diante das contradições, repensam suas trajetórias, tomam outras decisões, trilham outros caminhos, enfim, tomam em suas mãos sua própria história.

A partir da terceira onda da migração venezuelana, iniciada em 2018, tem-se algumas transformações importantes no que toca ao papel do Estado brasileiro na coordenação, controle e orientação dos fluxos. Configura-se, com maior clareza, e especialmente após a Operação Acolhida, o que Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021) chamam de “migrações dirigidas”, num paralelo histórico com as políticas sob premissas raciais que orientaram o Estado no incentivo à imigração europeia durante os séculos XIX e XX. A Operação Acolhida, iniciativa do Governo Federal em parceria com a ONU e uma série de ONGS no período em que Michel Temer (2016-2018) esteve na presidência, tem como objetivos o acolhimento dos imigrantes na fronteira, com oferta de abrigo, alimentação, atenção à saúde, e a interiorização como deslocamento voluntário para outros estados do Brasil. De acordo com relatório de dezembro de 2023, 122.701 imigrantes já haviam sido interiorizados pelo Governo Federal, OIM e Sociedade Civil, desde abril de 2018, quando foi instituída. Silva e Baeninger (2022) argumentam no sentido da crítica a ambas as dimensões da operação: a militarizada, com papel das Forças Armadas brasileiras, e aquela representada pela sociedade civil, permeada pelos princípios do *care, cure and control*, e cujos interesses estão ligados aos de seus financiadores, ou seja, prezam pelo afastamento de venezuelanos dos países do norte global.

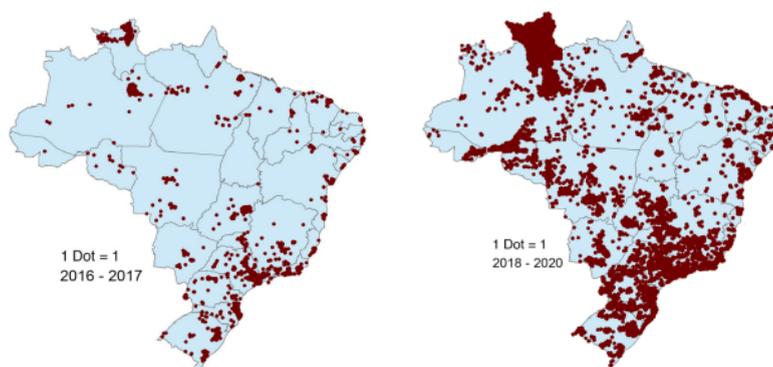
A face militarizada no trato com os imigrantes, representada, também, pelo protagonismo do Ministério da Defesa nesse processo, não é a única fonte de crítica à Operação Acolhida: de acordo com Paiva e Gonçalves (2021), a falta de transparência e controle dos elevados montantes de gasto público destinados aos generais foi apontada por

entrevistados da sociedade civil. Ainda, as autoras salientam que em torno da operação se estabeleceu

uma verdadeira economia política da imigração venezuelana. Tanto há ganhos econômicos para a região, quanto para entidades privadas que prestam atendimentos, como para empresas que se disponibilizam a recebê-los. Esta economia política também vem acompanhada de uma economia moral, pois produz sentimentos e normas morais para a questão do refúgio. Após dois anos de realização da pesquisa, consideramos que a assistência social, como política pública de direito dos migrantes, poderia ter ganhado robustez e serviria como referência para outras situações, estabelecendo padrões de procedimentos, garantindo expertise ao Estado brasileiro e ao pacto federativo para a gestão de “abrigos humanitários” e a proteção aos refugiados. Porém, a opção do Estado brasileiro foi a utilização das forças militares, com grande predomínio de voluntarismo e de instituições da sociedade civil na execução das ações. Além de não perceber a imigração como um processo contínuo, que envolve diversas causas e formatos, e que necessita de ações duradouras e sustentáveis. Novos estudos e aprofundamentos teórico-metodológicos poderão nos dizer as consequências dessas opções políticas a médio e longo prazo (Paiva; Gonçalves, 2021, p. 179).

Anteriormente concentrados em Roraima, na região Norte e em algumas cidades da região Sudeste, o projeto encabeçado pelo governo e sociedade civil de interiorização dos imigrantes venezuelanos contribuiu para sua dispersão pelo território, como demonstrado nas figuras 3 e 4 abaixo:

Figuras 2 e 3 - Dispersão dos venezuelanos em 2016-2017 e 2018-2020, respectivamente



Fonte: Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021)

O final da terceira onda coincide com a eclosão da pandemia de Covid-19, e o alastramento dos casos pelo Brasil e pelo mundo não apenas exacerbou os obstáculos já sofridos pelos venezuelanos durante sua jornada migratória, como também provou a “incapacidade do Estado de dar respostas articuladas com base no pacto federativo e de formular políticas migratórias que sejam coerentes com as dimensões transnacionais dos

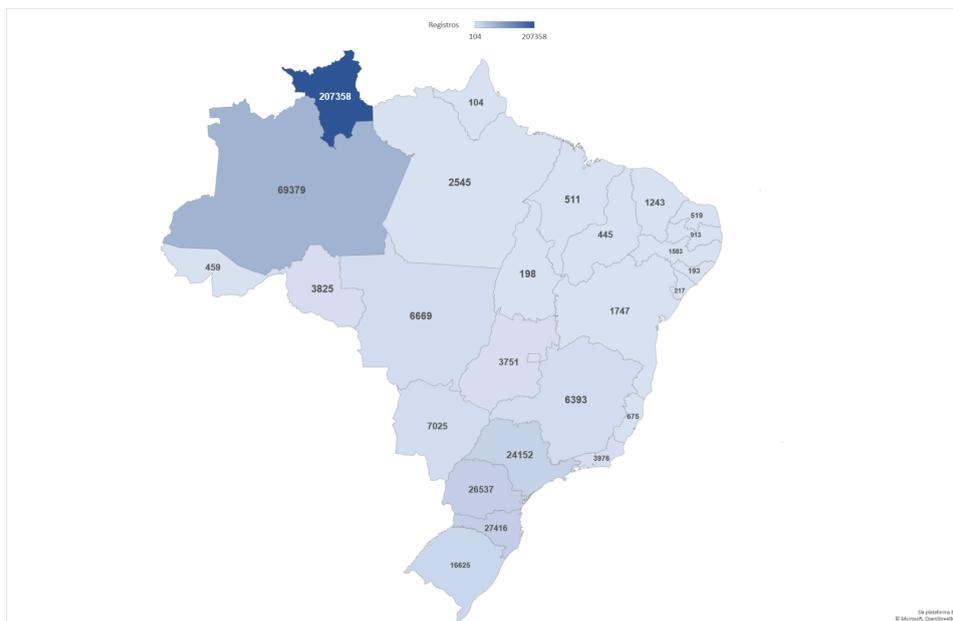
movimentos migratórios recentes” (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2021, p. 25-26). Na mesma linha de raciocínio, as autoras apontam que

mesmo com a pandemia de Covid-19, a migração dirigida continuou transferindo imigrantes por meio do Programa de Interiorização durante o ano de 2020, por outro lado, a terceira onda parece ter encontrado seus limites com a renovação constante das portarias do Governo Federal para o fechamento da fronteira terrestre entre Brasil-Venezuela, o não funcionamento da Operação Acolhida em Roraima, o aumento das dificuldades de renovação de vistos de permanência, a impossibilidade de pedidos de solicitação de refúgio, o desemprego, a crise sanitária. Desse modo, em termos de desdobramentos, é possível pensar em uma “quarta onda” da migração venezuelana para o Brasil, que se aproxima em meio à pandemia, com perigosas travessias ‘ilegais’ pelas fronteiras, com a entrada de imigrantes venezuelanos que estavam no Peru e em países vizinhos, com imigrantes indocumentados, com o acirramento das tensões sociais nos espaços de imigrantes venezuelanos em Roraima e demais regiões do país (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2021, p. 24)

Conquanto ainda não haja literatura que aponte para a caracterização de um novo período com características específicas e distintas das anteriores, já se pôde adiantar - sobretudo com os dados do refúgio apresentados anteriormente - que a tendência do fluxo se deu pela manutenção dos altos números de entrada, com aumento significativo após a suavização da pandemia, aproximando-se inclusive do pico que atingiram em 2018 e 2019, biênio de maior intensidade da migração. De acordo com dados de entrada da Polícia Federal (DataMigra), em 2022 foram registrados 76.226 venezuelanos, seguidos de 93.977 em 2023 (valor próximo ao auge de 2019, em que foram contabilizados 97.206 registros). No momento em que este trabalho é escrito, dados parciais de entrada para o ano de 2024 já somam 23.087 venezuelanos, e as solicitações de autorização de residência atingiram 10.612 somente no mês de março, número substancialmente superior aos segundo e terceiro lugares (Bolívia, com 1.186 registros, e Cuba, com 1.093.)

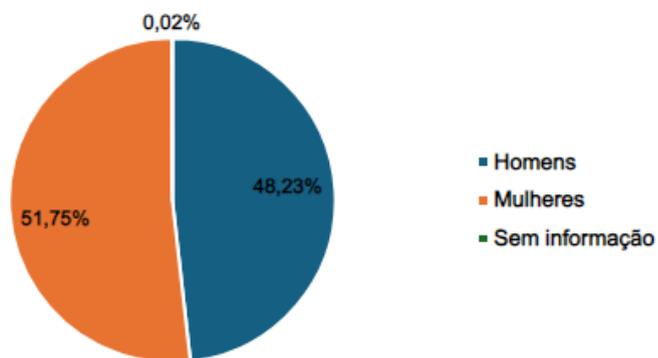
Por fim, no que toca a abrangência nacional dos dados, caso fosse fotografado o panorama geral desde a intensificação da migração venezuelana, em 2015, até o último ano compilado pelo Observatório das Migrações em São Paulo (2022), a imagem capturada revelaria os seguintes contornos, contendo o total de 317.932 registros:

Gráfico 9 - Distribuição dos imigrantes venezuelanos por UF, de 2015 a 2022



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (2022)

Gráfico 10 - Imigrantes venezuelanos no Brasil, de 2015 a 2022, por sexo



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (2022)

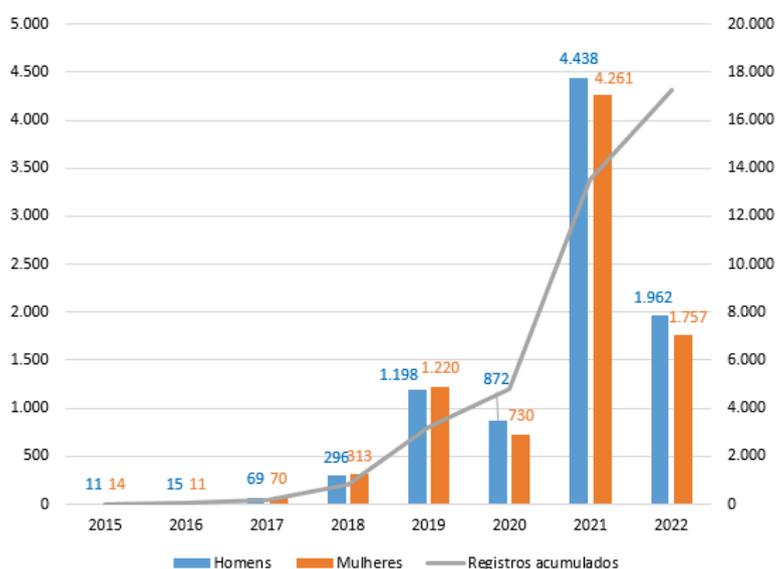
Figura 4 - Idade e sexo dos imigrantes venezuelanos no Brasil (2015-2022)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (2022)

Visando aproximar ainda mais o panorama do fluxo com o escopo do trabalho, alguns dados podem ser destacados com referência à Santa Catarina: neste estado, a imigração venezuelana não é significativa até meados de 2018, em razão do já citado programa de interiorização dos migrantes. O gráfico abaixo reflete essa situação:

Gráfico 11 - Homens e mulheres migrantes venezuelanos registrados em SC (2015 - 2022)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (2022)

Em termos de idade, aqui se observa novamente uma população predominantemente jovem, com destaque ao estrato de 25 a 40 anos (30%), sendo 16% e 14% mulheres. À diferença das estatísticas nacionais, logo atrás vem a população de 0 a 15 anos, com 26%, seguida de 15 a 25 anos (23%), e 65 anos ou mais (1%). No registro da ocupação que os

imigrantes afirmaram desempenhar no momento do registro, sobressaem-se as opções “estudante” (3.604), “menor (criança, não estudante) (1.865), “outra ocupação não classificada” (1.713), “sem ocupação” (1.507), “prezadas domésticas” (1.142) e “vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor a domicílio, jornalista, ou assemelhado” (1.090). A tabela abaixo mostra as cidades⁵³ que em maior quantidade receberam esses imigrantes:

Tabela 2 - Cidades que mais receberam venezuelanos em SC (2015-2022)

Cidade (SC)	Registros de imigrantes	% do total de registros
Joinville	2.363	13,71%
Chapecó	2.232	12,95%
Florianópolis	1.686	9,78%
Blumenau	1.088	6,31%
Itapiranga	902	5,23%
São José	842	4,88%
Balneário Camboriú	595	3,45%
Camboriú	524	3,04%
Rio do Sul	386	2,24%
Brusque	332	1,93%
Palhoça	315	1,83%
Total	17.240	100%

Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (2022)

Em resumo, durante este capítulo se discutiu a particularidade da economia venezuelana, expressa na dependência com relação ao petróleo, e de que maneira isso implica na elevação do grau de vulnerabilidade a que está sujeita quando os preços internacionais são desfavoráveis. Em torno dele, unem-se os principais representantes da elite política e econômica a fim de estabelecer um pacto para governar o país com alguma estabilidade, variando ligeiramente as escolhas políticas no que diz respeito ao controle do recurso. Com a entrada de Hugo Chávez no teatro político venezuelano, tal aliança vê seus já algo frágeis sustentáculos serem definitivamente destruídos e tem início um novo período, com maiores preocupações com a distribuição de renda, a soberania nacional e o controle estatal do

⁵³ Aquelas em negrito fazem parte da região metropolitana de Florianópolis. Por serem as cidades em que a Defensoria Pública da União de Florianópolis possui jurisdição, são o enfoque específico do próximo capítulo.

petróleo. Não se logra reverter, contudo, o status de dependência que o país enfrenta desde sua plena inserção ao mercado mundial, e isso, somado a um conjunto de outros fatores, leva a Venezuela a emergir na mais grave crise de sua história, em que ainda se encontra no presente momento. A deterioração das condições cotidianas de vida faz com que sua população, historicamente receptora de migrantes, incorra numa verdadeira diáspora, com milhões de seus cidadãos dispersos em outras partes do mundo. Dentre as principais características desses exilados, destaca-se a juventude nas estatísticas, a modalidade regulatória de refúgio (no início), a relativa equidade no que diz respeito ao sexo, e a distribuição no extremo norte do país, bem como nas principais capitais do sudeste. No terceiro e último capítulo, o olhar se voltará ao caso específico da imigração venezuelana na grande Florianópolis, visando detectar os contornos de seu perfil, e comparar os resultados obtidos com as discussões até aqui apresentadas.

4. VENEZUELANOS NA “ILHA DO DESTERRO”: PESQUISA DE CAMPO COM IMIGRANTES ATENDIDOS NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DE FLORIANÓPOLIS⁵⁴

*Alguém que vi de passagem
numa cidade estrangeira
lembrou os sonhos que eu tinha
e esqueci sobre a mesa
(Nascimento, 1972)*

Entrelaçada com as reflexões anteriores, a noção da escuta e protagonismo do imigrante que Sayad (1998, p. 133) reivindica, associada à tentativa de “poder voltar a dar ao entrevistado os meios de se reapropriar dos esquemas de percepção e de apreciação do mundo social e político”, foi indispensável para a elaboração do projeto que deu fruto à pesquisa, sobretudo esta última parte. Absorver do imigrante sua própria voz, enxergá-lo como sujeito de sua própria história, para além de números e estatísticas, e tentar apreender as nuances do processo nos duros contornos das realidades para as quais a literatura muitas vezes carece de explicações, não apenas enriqueceu enormemente a experiência durante os meses de dedicação ao tema, mas também parece constituir um passo importante para o que o mesmo autor entende pela investigação da migração como “fenômeno social completo”, exigindo interdisciplinaridade e a combinação de perspectivas teóricas.

Conforme mencionado na introdução, a ideia da condução de entrevistas com venezuelanos atendidos na cidade de Florianópolis surgiu já nos primeiros momentos de um estágio não obrigatório cumprido na Defensoria Pública da União (DPU), no setor de atendimento aos imigrantes, de abril de 2023 até o presente, fruto de uma parceria daquele órgão com o grupo Eirenè/América-UFSC. Tendo um caráter sobretudo assistencial, o órgão servindo como instituição intermediária entre eles e a Polícia Federal no processo de regularização migratória⁵⁵, a experiência não deixa de proporcionar um contato direto e

⁵⁴ Convém destacar, aqui mais uma vez, que o projeto de pesquisa que deu origem a este capítulo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, segundo parecer n° 6.720.470, de 22 de março de 2024.

⁵⁵ Embora eventualmente a atuação da Defensoria abarque casos de maior complexidade, como reunião familiar por via judicial, processos de imigrantes contra outros órgãos públicos federais ou outras questões específicas, as principais atividades se resumem ao auxílio na solicitação da CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório). Em razão da dificuldade no processo e do número elevado de documentos exigidos, o órgão atua como intermediário entre os próprios imigrantes e a Polícia Federal, que de fato tramita as solicitações e efetiva a regularização migratória.

cotidiano com a trajetória de dezenas de pessoas que aqui chegam diariamente, vindas de diversas partes do mundo.

Mais especificamente, durante o ano de 2023 foram atendidos 708 imigrantes com uma diversidade de 33 países, dentre os quais se destaca a Venezuela, com 313 pessoas (44%), Cuba, com 127 (18%), Haiti, com 116 (16%) e Argentina, com 44 (6%). Dentre todos, 53,5% eram do sexo masculino e 46,5% do sexo feminino. 45% tinham de 18 a 35 anos, 35% de 36 a 59 anos, 14% de 0 a 18 anos, e 5% de 60 anos ou mais. Quanto à escolaridade, observa-se preponderância da categoria “ensino médio completo” (31%), seguida de “ensino superior completo” (20%) e “ensino fundamental incompleto” (13%). A resposta com menor peso nos resultados nesse caso foi “pós-graduação incompleta”, com 0,28%.

Os dados embrionários a respeito do **total** de venezuelanos atendidos (313 pessoas), advindos de relatórios preenchidos durante os atendimentos, já são reveladores: dentre as principais características que foram levantadas, em termos de perfil sociodemográfico, destacam-se: caráter preponderantemente jovem da amostra (45% tendo entre 18 e 35 anos); a quase paridade de gênero nos atendimentos (50,16% masculino e 49,84% feminino, não tendo sido identificada uma população migrante majoritariamente masculina como em outros fluxos ao Brasil, como o dos haitianos); e o grau médio de escolaridade entre os respondentes (somando 40% as respostas “ensino médio completo” e “ensino superior incompleto”). No que se refere à esfera do trabalho, entre os atendidos maiores de 18 anos 36,9% estavam empregados formalmente, 25,7% informalmente e 34,5% estavam desempregados, restando 2,8% que marcaram outras opções. Quanto aos dados relativos aos ganhos familiares mensais dos indivíduos atendidos, a renda média foi de 2.114,2 reais, e a renda per capita média foi de 693,1 reais, valor próximo, embora ainda acima, da linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, de 486 reais mensais per capita. Os estratos de maior representatividade foram: de 1 a 2 salários mínimos (35,1%), mais de 2 salários mínimos 29,3%, e até 1 salário mínimo (27,8%). Por fim, no que toca à cidade de residência dos imigrantes, as que se observou com maior frequência foram, além da capital Florianópolis (45%), Palhoça com 22%, São José com 21% e Biguaçu com 7% (Base de dados DPU-SC/América-UFSC).

A partir dessa população inicial, dos 313 venezuelanos atendidos pela DPU/América-UFSC, chegou-se, a partir da fórmula $N/1 + (N - 1).e^2$, em que “e” representa o percentual de erro admitido e “N” o número total da população, a uma **amostra simples de 68 imigrantes**. Estes foram entrevistados via chamada telefônica, de forma remota mediante envio de formulário online ou presencialmente na unidade da DPU de Florianópolis. O

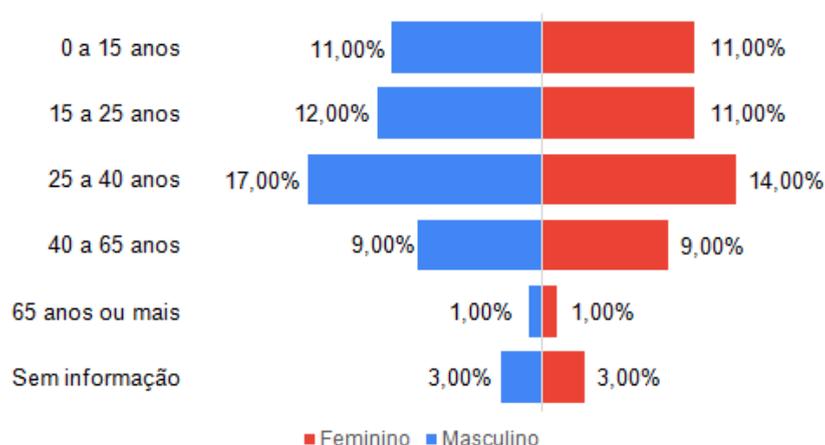
questionário, pensado em conjunto com o professor orientador, foi baseado em estudos já conduzidos sobre o tema por organizações internacionais ou universidades estrangeiras. As próximas sessões darão conta de apresentar os principais resultados obtidos ao fim desse processo, cruzando as variáveis que mais interessam aos nossos propósitos e relacionando esta última parte do texto, de natureza mais estatística e objetiva que os capítulos antecedentes, com as reflexões teóricas que versam sobre a centralidade do trabalho e das desigualdades no fenômeno migratório, bem como sobre a vivência subjetiva com que os migrantes se defrontam quando de sua inserção na sociedade brasileira.

4.1 PERFIL GERAL DOS VENEZUELANOS ENTREVISTADOS

O primeiro elemento que salta aos olhos na análise do perfil sociodemográfico dos venezuelanos entrevistados - que, aliás, coincide em boa medida com as estatísticas nacionais deste fluxo migratório - é o caráter bastante jovem desta população, expresso na predominância do estrato de 25 a 40 anos, com 31% (17% do sexo masculino e 14% do sexo feminino). A distribuição da amostra por sexo, porém, diverge com a relativa equivalência entre homens e mulheres observada tanto na população total de 313 imigrantes, como nos dados nacionais do Observatório das Migrações em São Paulo. Embora a jovialidade da amostra não seja por si só um argumento, observa-se desde já a indicação das migrações como reflexo da mobilidade de trabalho no capitalismo, haja vista a concentração de indivíduos em idade economicamente ativa.⁵⁶

⁵⁶ Quanto ao perfil sociodemográfico dos venezuelanos entrevistados, optou-se por não lhes solicitar autodeclaração de cor ou raça (IBGE), por dois motivos principais: 1) a experiência pessoal com os atendimentos revelou certo desconforto e/ou falta de entendimento com relação a essa classificação, originalmente brasileira; 2) os nossos objetivos não envolvem o detalhamento dos diferentes tipos e níveis de preconceito enfrentados pela população migrante; tem-se, aí, uma limitação da pesquisa, que poderá ser colocada para debate em trabalhos futuros.

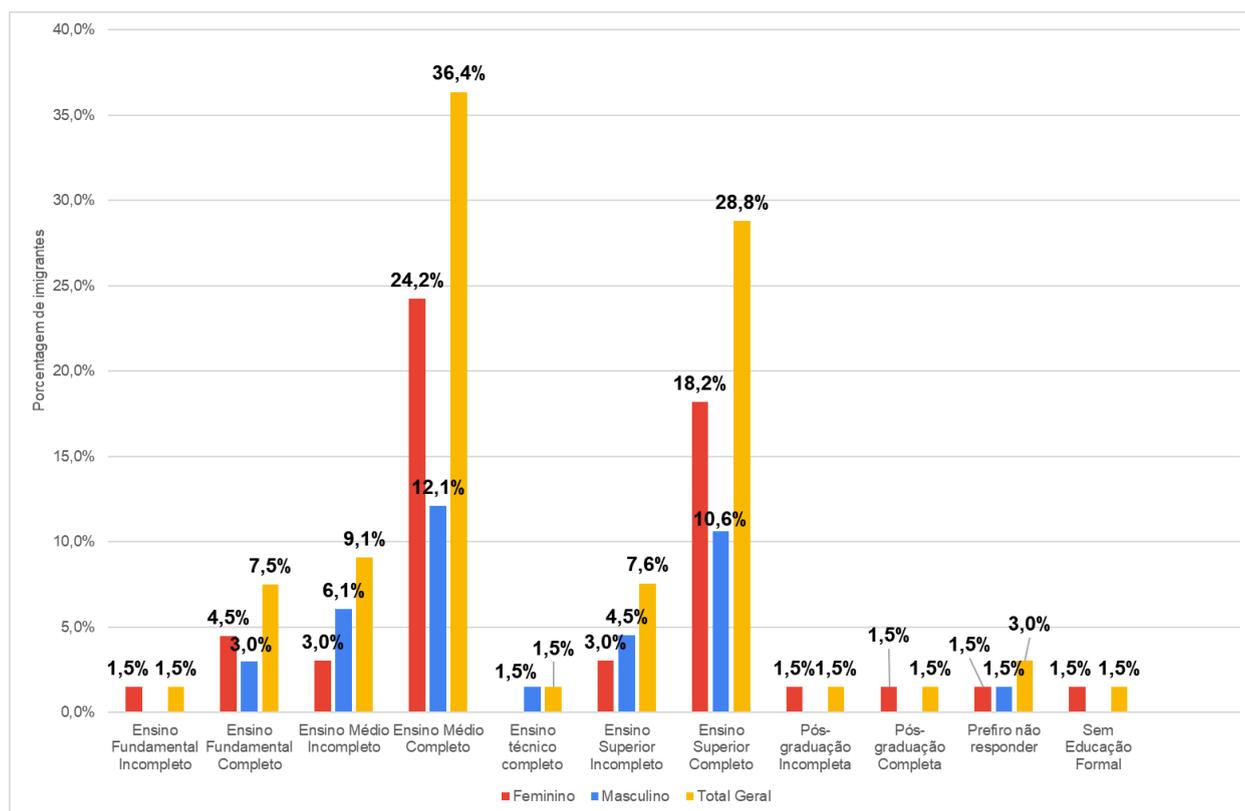
Gráfico 12 - Pirâmide etária dos venezuelanos entrevistados na DPU



Fonte: Elaboração própria

Quanto à formação educacional desses indivíduos, os resultados se posicionam num grau médio a relativamente elevado de escolaridade: ensino médio completo (24 vezes ou 36,4%), ensino superior completo (19 vezes ou 28,8%) e ensino médio incompleto (6 vezes ou 9,1%) foram as respostas que mais se repetiram. Vale mencionar que isso converge, ao menos parcialmente, com o estudo de Simões (2017) realizado com os venezuelanos na cidade de Boa Vista, ocasião na qual o ensino médio completo contemplou 30,5% dos entrevistados, seguido do ensino superior completo, com 28,4%, e do ensino superior incompleto, com 15,6%. Portanto, o contraste se expressa por uma escolaridade mais elevada daqueles indivíduos em comparação ao fluxo atendido pela DPU em 2023. O gráfico abaixo revela a totalidade dos graus de escolaridade dos migrantes, separados por sexo:

Gráfico 13 - Escolaridade dos venezuelanos entrevistados



Fonte: Elaboração própria

Passando para as questões relacionadas à documentação, 100% afirmaram possuir pelo menos um documento de identificação. Quanto ao documento brasileiro (RNM ou DPRNM), a tabela 3 abaixo cruza os dados de status migratório e validade do documento (se provisório, temporário ou permanente) que o imigrante possuía ou solicitava no momento das entrevistas. Importante lembrar que essas eram conduzidas, quando presenciais, na ocasião em que os venezuelanos procuravam a DPU para solicitar/renovar o documento, razão pela qual uma parte significativa deles se enquadram na categoria “solicitante de residência”.

Tabela 3 - Distribuição dos venezuelanos entrevistados, por status migratório, segundo validade do documento

Validade / Status migratório	Doc. estudante	Doc. expirado	Não sei	Prefiro não responder	Requerente de refúgio	Residente	Solicitante de residência	Total Geral
Permanente	1,52%	0%	1,5%	0%	1,52%	24,24%	4,55%	33,33%
Provisório	0%	0%	0%	0%	0%	0%	4,55%	4,55%
Temporário	0%	7,58%	1,5%	1,52%	3,03%	28,79%	19,70%	60,61%
Total Geral	1,52%	7,58%	3,0%	1,52%	4,55%	53,03%	28,79%	100%

Fonte: Elaboração própria

Os resultados indicam, de certa forma, que o fluxo migratório em questão não é uma novidade - embora se mantenha em proporções significativas -, haja vista a predominância de venezuelanos já residentes (53,03%). Entre eles, a maioria possuía documento temporário (28,79%), como também no caso dos solicitantes de residência⁵⁷ (19,70%).

Quanto ao amparo legal da documentação, 81,8% se enquadra no escopo da Portaria Interministerial nº 19/2021, que dispõe sobre a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiro, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Países Associados. Desses, 33,3% solicitavam o documento pela primeira vez, 40,7% solicitavam a renovação para o documento por mais 2 anos, e 25,9% renovavam com vistas a obter o documento com classificação indeterminada ou permanente, válido por 9 anos.

Por último, vale apresentar também neste espaço o status laboral dos imigrantes no momento da entrevista, embora essa variável tenha de ser aprofundada mais adiante. 65,15% deles trabalham, dividindo-se entre empregado (46,97%) e trabalhador independente (18,18%). Necessário salientar que é alta a probabilidade de trabalhadores informais se incluírem tanto em um quanto em outro grupo de respostas, dada a ambiguidade que pode ter representado o termo “trabalhador independente” aos entrevistados (por exemplo, tanto um pequeno empresário pode ter selecionado essa opção quanto um motorista de aplicativo ou motoboy). Reduzindo essa imprecisão, os resultados obtidos de outra pergunta do questionário revelam que, daqueles que trabalhavam, 62,8% venezuelanos trabalham de carteira assinada, 34,9% trabalham informalmente e um não soube ou preferiu não informar. A tabela abaixo mostra a distribuição geral dos imigrantes conforme o status laboral:

Tabela 4 - Status laboral, no Brasil, dos imigrantes venezuelanos entrevistados

Status laboral	Quantidade de imigrantes
Aposentado	1,52%
Desempregado	24,24%
Dona de casa	6,06%

⁵⁷ Uma breve explicação aqui se faz necessária: os imigrantes enquadrados na série “Solicitantes de residência” não tinham o RNM quando responderam as perguntas; os atendimentos a que compareciam tinham por objetivo solicitá-lo, portanto. No entanto, é possível saber a classificação empregada pela Polícia Federal à priori, a depender se o caso se trata de um pedido de refúgio (provisório), um simples pedido de primeira vez (temporário), ou um caso de reunião familiar (em que é possível solicitar a residência permanente de forma direta).

Empregado	46,97%
Prefiro não responder	3,03%
Trabalhador independente	18,18%
<hr/>	
Total Geral	100%

Fonte: Elaboração própria

Quando cruzamos esses resultados com o grau de escolaridade dos imigrantes, chama atenção o fato de 10,61% daqueles que possuem ensino superior incompleto haverem afirmado estar desempregados no momento da entrevista, revelando uma explícita dissonância entre o nível de qualificação dos venezuelanos e o seu acesso efetivo a oportunidades. Quanto à categoria “Ensino Médio Completo”, no entanto, a mais numerosa da amostra, observou-se maioria em empregabilidade (19,79%), não obstante também ser significativa a porcentagem de desempregados (6,06%) e de trabalhadores independentes (9,09%). A tabela abaixo mostra a relação completa das variáveis escolaridade e status laboral, combinadas.

Tabela 5 - Status laboral e escolaridade dos venezuelanos entrevistados

Status laboral/ Escolaridade	Aposentado	Desempregado	Dona de casa	Empregado	Trab. independente	Prefiro não responder	Total Geral
Ensino Fund. Incompleto	0,00%	0,00%	1,52%	0,00%	0,00%	0,00%	1,52%
Ensino Fund. Completo	0,00%	3,03%	0,00%	3,03%	1,52%	0,00%	7,58%
Ensino Médio Incompleto	0,00%	0,00%	1,52%	7,58%	0,00%	0,00%	9,09%
Ensino Médio Completo	0,00%	6,06%	1,52%	19,70%	9,09%	0,00%	36,36%
Ensino Sup. Incompleto	0,00%	1,52%	0,00%	4,55%	1,52%	0,00%	7,58%
Ensino Sup. Completo	1,52%	10,61%	1,52%	9,09%	6,06%	0,00%	28,79%
Ensino téc. Completo	0,00%	0,00%	0,00%	1,52%	0,00%	0,00%	1,52%
Pós-grad. Incompleta	0,00%	1,52%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,52%
Pós-grad. Completa	0,00%	0,00%	0,00%	1,52%	0,00%	0,00%	1,52%
Prefiro não responder	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,03%	3,03%
Total Geral	1,52%	24,24%	6,06%	46,97%	18,18%	3,03%	100%

Fonte: Elaboração própria

Esta primeira seção, por fim, teve como objetivo delinear os contornos gerais da amostra estudada de imigrantes venezuelanos, para que então se adentre nas perguntas do questionário de maior especificidade ao nosso tema. A incidência do desemprego entre esses migrantes, bem como o grau de informalidade no trabalho, mostraram-se relativamente altas⁵⁸, a despeito de o seu grau de escolaridade ser em boa parte equivalente ao ensino médio completo ou ensino superior completo. Em sua maioria, já se enquadravam juridicamente como residentes no Brasil no momento em que foram coletadas as respostas. A próxima seção dará conta de tratar das perguntas relacionadas ao período antecedente da imigração; isto é, dos desafios, dilemas e motivações com que lidavam os migrantes durante os seus momentos derradeiros na Venezuela.

4.2 “NÃO TINHA O QUE LHES DAR DE COMER”: VIDA NA VENEZUELA E FATORES DE EXPULSÃO

⁵⁸ Mesmo alta, a taxa de informalidade encontrada na amostra foi ainda inferior ao número oficial de 39,1% relativo à população brasileira e divulgado em setembro de 2023.

Em primeiro lugar, é importante registrar os locais de origem de que partem esses indivíduos em sua trajetória migratória, talvez tão diversos entre si quanto as unidades de federação brasileiras a que se dirigem, a depender de sua própria escolha ou do já mencionado programa de interiorização do governo brasileiro. Merecem destaque os estados Bolívar (27,27%), Anzoátegui (9,09%) e Distrito Capital (12,12%), onde se situa Caracas, a capital do país. A tabela 5 mostra a relação total dos estados de origem.

Embora o fator de proximidade geográfica seja evidente na escolha dos venezuelanos - afinal, Bolívar é o estado mais próximo e o único estado contemplado na fronteira com o Brasil -, é interessante observar a forte presença de regiões mais distantes de Roraima, como Carabobo e Distrito Capital. Mais uma vez, nossos dados vão ao encontro de Simões (2017), revelando quase que um espelhamento dos estados de origem do fluxo em 2017 e 2023, com a diferença de, no primeiro momento, Monagas aparece atrás de Bolívar na segunda posição. Não foi encontrada literatura que tratasse especificamente dos motivos pelos quais algumas regiões se repetem a despeito da (não) proximidade geográfica, mas um elemento importante pode ser o peso da renda per capita de cada estado no território nacional; todos os anteriormente citados aparecem habitualmente nas dez primeiras posições. Já quanto às cidades de origem, as que mais se repetiram nas respostas foram: Caracas (15,15%), Ciudad Guayana (12,12%), e o conjunto Ciudad Bolívar, Barcelona e Valência, cada uma representando 6,06% da amostra.

Tabela 6- Estado de origem dos venezuelanos entrevistados

Estado	Quantidade de imigrantes	Porcentagem de imigrantes
Anzoátegui	6	9,09%
Aragua	2	3,03%
Barinas	1	1,52%
Bolívar	18	27,27%
Carabobo	5	7,58%
Ciudad Guayana	2	3,03%
Distrito capital	8	12,12%
Lara	1	1,52%
Monagas	2	3,03%
Não informado	13	19,70%
Sucre	4	6,06%
Táchira	2	3,03%
Vargas	2	3,03%
Total Geral	66	100%

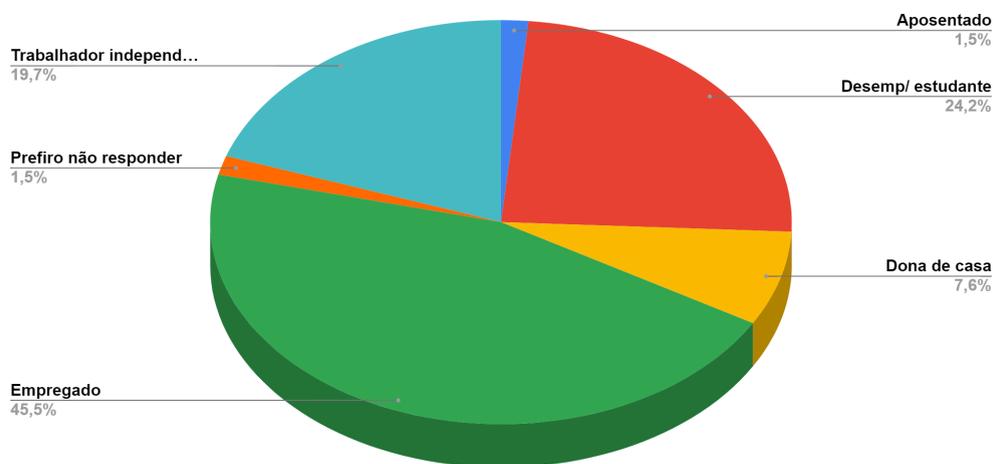
Fonte: Elaboração própria

Dessa parte, sem dúvidas o dado mais inequívoco é a porcentagem de imigrantes que deixaram familiares para trás (98,48%, ou 65 dos 66 venezuelanos), na esperança de um dia

lhes estender as melhores condições de vida que vieram buscar no novo território; seja no envio de ajuda à distância, no momento de retorno à terra natal - cujo desejo com frequência paira suspenso nos planos e corações desses migrantes -, ou num possível reencontro, aqui no Brasil, daqueles que partiram e ficaram. O peso de tantos familiares que ainda habitam na Venezuela indica, a um só tempo, a inevitável continuidade dos laços afetivos que a imigração carrega com o local de origem, e o grau de dependência a que essas famílias podem se ver sujeitas com relação aos recursos enviados do exterior. Essa questão tem implicações diretas no conjunto de dados relativos às remessas migratórias, que apresentaremos na seção seguinte.

Quanto ao status profissional, desta vez relativo à vida dos entrevistados na Venezuela, não houve transformações significativas quando se compara os dados Brasil / Venezuela, excetuando-se o fato de que, nos dados anteriores, as categorias “desempregado” e “estudante” foram contabilizadas separadamente. O gráfico de pizza abaixo mostra a distribuição dos resultados:

Gráfico 14 - Status laboral, na Venezuela, dos migrantes entrevistados



Fonte: Elaboração própria

A classificação das ocupações desses indivíduos, baseada em questionário que serviu de base a um estudo da OIM (2020), também é bastante reveladora: na tabela 7 se vê que os imigrantes com alto grau de escolaridade, sobretudo aqueles de ensino superior completo, estavam empregados majoritariamente no comércio, setor que em geral se caracteriza pelo

Total Geral	7,58%	1,52%	36,36%	9,09%	28,79%	7,58%	1,52%	1,52%	1,52%	3,03%	1,52%	100%
--------------------	--------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	-------------

Fonte: Elaboração própria

Importa ressaltar que, conforme relatos dos próprios venezuelanos nas entrevistas presenciais e a já citada reportagem de Linares (2024), hoje em dia muitos precisam trabalhar em múltiplos empregos para cobrir os gastos necessários a uma sobrevivência cada vez mais custosa, o que, para além de reforçar a superexploração do trabalho como característica fundante do subdesenvolvimento latinoamericano, revela seu recrudescimento nos momentos de crise. O relato de César Pinzones, professor da rede pública de ensino em Caracas de 53 anos, que recebe 540 bolívares (ou US\$ 15,00) para cumprir uma jornada das 7 às 20hrs e caminhar uma hora para ir e voltar da escola (buscando economia de custos), remete-nos bastante ao que Luce (2012) coloca como esgotamento da força físico-psíquico do trabalhador:

Suponhamos que o tempo normal de vida útil da força laboral de um trabalhador seja de 30 anos. A existência dessa força de trabalho, considerando seu desgaste médio e tudo o mais constante, será consumida em 1/10.950 a cada dia de trabalho. Agora, se essa força de trabalho for consumida em dez anos em vez de trinta anos e, pagando-se por ela equivalente aos mesmos 1/10.950 diários em vez de 1/3650, ao final será pago apenas 1 /3 de seu valor diário. Mesmo que o trabalhador não tivesse perdas no poder de compra do seu salário, estaríamos diante de uma situação em que o capitalista pagaria pelo uso da força de trabalho de um dia, empregando a força laboral de três dias. A consequência disso é o esgotamento prematuro da força de trabalho, o esgotamento de sua corporeidade vital, de sua energia físico-psíquica (Luce, 2012, p. 126-127)

Exercendo mais de uma atividade laboral durante extensas e extenuantes jornadas, convivendo com a fome, a subnutrição e o crescimento da violência, os imigrantes venezuelanos com maior dificuldade pensariam em recusar os empregos que o país de acolhida lhes oferece quando chegam. As condições de trabalho podem ser também precárias, os empregos mal-quistos pelos brasileiros, e com frequência também trabalham mais de 44 horas semanais (conforme se verá na seção seguinte), mas tal realidade é necessária e traz até uma certa medida de satisfação pessoal; afinal, a situação aqui é geralmente melhor que a de anteriormente.

O referido esgotamento já começa a se refletir, é claro, na expectativa de vida da população venezuelana, para além de outros dados já citados sobre a deterioração de suas condições individuais⁵⁹ e coletivas. De acordo com os números de “expectativa de vida ao

⁵⁹ Quanto à segurança alimentar, dados de 2023 apontam a Venezuela como o país sul-americano com maior índice de subnutrição (22,9%), equivalente a 6,5 milhões de pessoas. Para saber mais, ver FAO; IFAD;

nascer”, disponíveis no portal da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Venezuela foi um dos únicos países que não viu crescer de forma significativa esse indicador, na janela temporal de 2000 a 2019. Na verdade, nesse período a expectativa de vida caiu de 74.1 a 73.9 anos. Embora a queda pareça marginal, reitera-se a tendência ao crescimento expressivo no restante dos países: no Brasil, por exemplo, o número passou de 71.5 para 75.9 anos.

Antes de adentrarmos nos detalhes sobre as motivações que com maior recorrência levaram os participantes das entrevistas a deixar sua terra, uma outra pergunta de fundamental importância, inclusive para a categoria teórica da superexploração, é a satisfação com as condições econômicas familiares, representada pela relação entre renda e custos necessários. A questão, retirada literalmente do formulário, era: “Na Venezuela, logo antes de vir para cá, a renda mensal da sua família era suficiente para cobrir o aluguel, alimentação e outras despesas necessárias para o dia a dia?”. Os resultados são contundentes: 84,85% dos imigrantes afirmaram que a renda era insuficiente para cobrir as despesas básicas na Venezuela.

Os principais gastos com que tinham de arcar eram majoritariamente vinculados à alimentação (81,82%) As enormes dificuldades com as despesas alimentares, já expressas nos índices de subnutrição e de preços (próximo aos 200% em tempos recentes), revelam-se também nos testemunhos: “ou eu tomava remédio ou comprava comida”, resume Maria⁶⁰, imigrante de 31 anos, sobre a situação de seu núcleo familiar antes de partir. Ela, que sofre de transtornos psicológicos e já passou por mais de um episódio de depressão, viu sua situação se agravar novamente, já aqui no Brasil, quando seu marido precisou devolver as parcelas de auxílio emergencial que havia recebido durante a pandemia. Por fim, acerca dessa questão, cabe aqui comentar uma informação trazida pelos próprios imigrantes: segundo eles, grande parte das pessoas na Venezuela possui casa própria, em razão de períodos de maior prosperidade nas décadas de 1990 e 2000; seria incomum, portanto, a locação de imóveis, ao menos nos locais de onde vieram os entrevistados.

UNICEF; WFP; WHO, 2022. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma: Food and Agriculture Organization, 2019.

⁶⁰ Em conformidade com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o anonimato dos participantes das entrevistas será garantido, e todos os nomes indicados a partir de agora são fictícios.

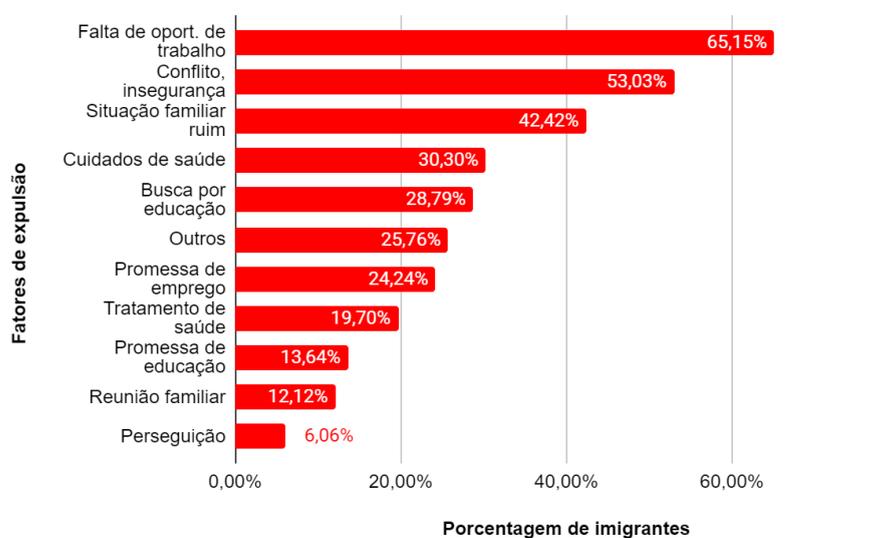
Tabela 8 - Principal despesa dos imigrantes entrevistados, segundo satisfação com a renda

Principal despesa / Satisfação com a renda	Alimentação	Aluguel	Estudos	Lazer	Não sei	Saúde	Transporte	Total Geral
A renda era muito baixa.	71,21%	1,52%	4,55%	0,00%	1,52%	1,52%	4,55%	84,85%
A renda era suficiente.	9,09%	0,00%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	12,12%
Era mais do que suficiente	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,52%	1,52%
Prefiro não responder	1,52%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,52%
Total Geral	81,82%	1,52%	4,55%	1,52%	1,52%	3,03%	6,06%	100%

Fonte: Elaboração própria

Em último lugar, tratemos dos fatores de expulsão desses imigrantes de seu território, que refletem, em boa medida, essas condições de vida que enfrentavam no momento anterior à decisão de migrar. O gráfico 17 os mostra em ordem decrescente de incidência:

Gráfico 15 - Fatores de expulsão dos venezuelanos entrevistados



Fonte: Elaboração própria

De antemão, reitera-se o caráter das migrações como mobilidade de trabalho, tendo sido selecionada com maior frequência a resposta relativa à escassez de oportunidades (65,15%). Nesse sentido, pouco se pode argumentar na direção da crítica à perspectiva neoclássica, que coloca nos diferenciais de renda e salário o fator central para a decisão do deslocamento. No entanto, tendo em mente os resultados discutidos acima e as discussões dos

capítulos anteriores, essa mesma escolha parece ser muito menos um cálculo racional de otimização nos níveis de vida, do que uma necessidade urgente de sobrevivência.

Alguns relatos, semelhantes mas com particularidades entre si, corroboram essa linha: “estava morrendo de fome”; “nosso governo acabou com nossa pátria”; “situação muito difícil, salário não basta nem para fazer mercado, nem para arcar com tratamentos médicos”; “falta de alimentos, falta de medicina, uma situação política criminal e uma carência de serviços básicos extrema”; “saí da Venezuela para não morrer de fome (...)”; “o que mais me impulsionou para sair foram meus filhos, que às vezes não tinha o que lhes dar de comer”; “eu saí porque tinha acabado de terminar o ensino médio e precisava pagar a faculdade enquanto trabalhava, mas o salário que eu ganharia não chegaria nem perto disso. A situação ficou ainda mais difícil quando o carro da família - instrumento de trabalho do meu pai como motorista - foi roubado, e ele ficou sem emprego.” (tradução nossa).

Ademais, vale destacar que as motivações relacionadas à perseguição política, que na aceção tradicional enquadraria esses indivíduos na condição de refúgio, teve baixa incidência (6,06%), em contraste visível com o início do fluxo migratório venezuelano ao Brasil, e também com parte das narrativas que colocam na violação dos direitos humanos a pauta central para tentar explicar a crise daquele país. Dentre os 4 imigrantes que afirmaram ser a perseguição um dos motivos para a saída, o relato de Jorge, 50 anos, chama atenção:

Saí de lá há 8 anos e nunca mais voltei, mas só vim para o Brasil agora. Quando saí estava no apogeu da violência, estavam se formando organizações como milícias e havia muitos assassinatos. Lá eles sabem quem é a favor e quem é contra o governo. Às vezes quem não estava a favor aparecia morto, ou não recebia comida. A mesma coisa se aplica para o oferecimento de serviços de saúde. Quando saí de lá vendi minha casa por apenas 400 dólares, era tudo que tinha (Informação verbal, tradução nossa).

Para concluir esta seção, pode-se dizer que os imigrantes entrevistados habitavam, de forma relativamente concentrada, os estados de Bolívar, Carabobo e Distrito Capital. Suas condições de vida na Venezuela, como já se poderia prever a partir da leitura do capítulo anterior, eram no geral bastante dificultosas, especialmente no que diz respeito à situação laboral e à renda, que 84,85% afirmou ser insuficiente. Quanto às razões principais que os levaram a deixar sua terra, destaca-se a escassez de oportunidades de trabalho, em conformidade com as discussões trazidas durante o texto e com a explanação do quadro da crise venezuelana. Na próxima e última seção, será analisado o quadro atual da situação desses sujeitos no Brasil.

4.3 ENTRE O ACOLHIMENTO E A FRUSTRAÇÃO: A VIDA DOS VENEZUELANOS NO BRASIL E NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

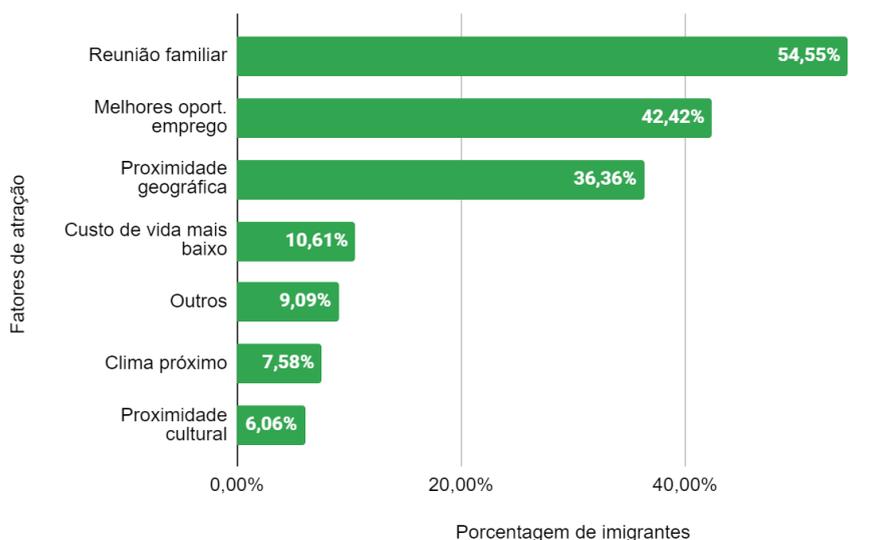
Antes de mais nada, situemos os imigrantes de acordo com o seu local de residência no Brasil: a grande maioria (93,95%) habitava na Região Metropolitana de Florianópolis no momento das entrevistas, destacando-se as cidades de Florianópolis, com 50%, São José, com 19,70%, Palhoça, com 18,8% e Biguaçu com 3,03%. As outras cidades de SC que aparecem, todas somente uma vez, foram Anitápolis, Joinville e São João Batista⁶¹. Relativamente ao tempo que somam residindo no Brasil, fator importante ao determinar as particularidades com que cada sujeito vive a experiência subjetiva da migração, 59,09% estão aqui há mais de 12 meses, 6,06% estão entre um e seis meses, 4,55% entre seis e doze meses, 3,03% há menos de um mês, e 27,28% não souberam responder à pergunta.

Perguntados sobre qual aspecto da cultura brasileira conheciam e admiravam antes de migrar, 33% selecionaram “futebol”, 15,15% a hospitalidade, 10,61% a música, e “festas” e “cinema” somaram 6,07%. 28,79% não responderam esta questão, em geral porque não conheciam nada sobre o Brasil anteriormente. Dentre os relatos textuais coletados nessa parte do questionário, sobressai-se uma imagem positiva do país, de maneira geral, resumida na beleza das paisagens, boas pessoas e mais oportunidades de uma vida mais digna. Um relato em particular chama atenção, no que diz respeito às simbologias raciais que os brasileiros guardam entre si e os vizinhos latinoamericanos, e vice-versa: Noelia, de 31 anos, diz que “tinha uma ideia preconceituosa, achava que tinha só "pretinhos". Mas cheguei aqui e vi muitas loiras. Quando viajei à Blumenau vi que todo mundo era "branquinho", aí fui eu que me senti "pretinha". Não se sustenta, portanto, o distanciamento que se produz entre o Brasil e o restante da América Latina, pautado discursivamente, dentre outras coisas, numa suposta diferença racial e fenotípica, como se o Brasil - e, especialmente, o estado de Santa Catarina - fosse “mais branco” e por isso mais civilizado que os países hispanohablantes da periferia.

Respeitando uma certa linha cronológica, considerados primeiramente os motivos de saída e então a consolidação da decisão migratória, falta analisar as causas que fizeram com que os imigrantes escolhessem especificamente o Brasil, e não qualquer outro país. O gráfico abaixo mostra a relação total dos fatores de atração, elencados novamente do mais para o menos frequente:

⁶¹ Considerando que essas cidades não fazem parte da circunscrição atendida pela DPU de Florianópolis, essas pessoas provavelmente migraram internamente e participaram das entrevistas de forma remota, a partir do formulário eletrônico.

Gráfico 16 - Fatores de atração dos venezuelanos entrevistados



Fonte: Elaboração própria

À primeira vista, o que mais chama atenção é o fato de que a busca por melhores oportunidades de emprego não aparece em primeiro lugar, como ocorre com a escassez de oportunidades nos fatores de expulsão. A maior incidência da resposta “já tinha família ou amigos aqui” (reunião familiar) pode indicar que o emprego pode até ter sido a principal razão para a vinda, no caso do primeiro indivíduo da família toma essa decisão; ela deixa de ser, no entanto, a partir do momento em que o núcleo familiar é separado. A “obsessão pelo retorno” de que nos fala Sayad (1998) se transforma numa necessidade urgente do reencontro, desta vez na sociedade de destino. Possivelmente, porque o processo é razoavelmente mais simples na atual lei brasileira das migrações, se comparado à imigração argelina na França do século XX. Mesmo assim, como já foi dito, 98,48% dos entrevistados deixaram familiares na Venezuela.

Além disso, esse número aponta para a relevância, nos estudos migratórios contemporâneos, da teoria das redes sociais, que até aqui não havia sido mencionada. Segundo Massey *et al.*, para essa perspectiva:

Uma vez que o número de migrantes atinge um patamar crítico, a expansão das redes reduz os custos e riscos do deslocamento. Isso aumenta a probabilidade de migração, o que leva a novos deslocamentos, expandindo ainda mais as redes, e assim por diante. Com o tempo, o comportamento migratório se espalha, abrangendo segmentos mais amplos da sociedade de origem. (Massey et al, 1993, p. 448-449, tradução nossa)

Assim, embora ainda aceite a visão da migração internacional como um processo de decisão individual ou familiar, a teoria das redes sociais “argumenta que atos de migração em um determinado momento alteram sistematicamente o contexto no qual as decisões futuras de migração são tomadas” aumentando consideravelmente a probabilidade de que futuramente outros indivíduos tomem a mesma decisão⁶² (Massey et al, 1993, p. 448-449, tradução nossa). Observou-se, também, uma aparição não tão significativa da resposta “custo de vida mais baixo”, contrariando, em certa medida, a noção neoclássica de expectativas racionais dos migrantes com base na otimização da renda; a proximidade geográfica, um fator de conveniência, teve maior peso na escolha dos venezuelanos. Aliás, na verdade o custo de vida continuou sendo uma de suas principais queixas vivendo no Brasil, como se verá mais à frente.

Já um passo à frente na linha cronológica da história dos migrantes, 65,15% deles afirmaram terem viajado⁶³ com a família, outros 22,73% sozinhos, 18,18% com amigos e 4,55% marcaram a opção “outros”. Alguns deles, inclusive, talvez por não possuírem documentação válida para entrar no território brasileiro, se submetem a trajetos não convencionais e perigosos. Celeste, de 22 anos, já está aqui há 8, e diz ter cruzado a fronteira dentro de uma mala, clandestinamente, por ser menor de idade à época e estar desacompanhada dos pais.

Quanto ao status laboral dos indivíduos aqui no Brasil, recordamos que a taxa de imigrantes que trabalham é de 65,15%, somando 46,97% empregados e 18,18% trabalhadores independentes. Quando se cruza os dados de ocupação com os de escolaridade, obtêm-se alguns resultados diferentes se comparados à situação na Venezuela:

Tabela 9 - Escolaridade e ocupação dos venezuelanos entrevistados

Escolaridade / Ocupação	Fund. Completo	Fund. Incompleto	Médio Completo	Médio Incompleto	Superior Completo	Superior Incompleto	Técnico completo	Pós-grad completa	Pós-grad Incompleta	Sem resposta	Sem educação	Total Geral
Comércio	0,0%	1,52%	4,55%	3,03%	4,55%	1,52%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,67%
Construção	1,52%	0,0%	3,03%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,55%
Entretenimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%
Indústria	0,0%	0,0%	4,55%	1,52%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,58%

⁶² A representatividade crescente dos casos de reunião familiar no total do fluxo venezuelano podem indicar, no que interessa à burocracia regulatória desses indivíduos, uma transferência paulatina dos números de pedidos de autorização de residência, para os de naturalização, como já vem acontecendo com os imigrantes haitianos.

⁶³ Nesta pergunta, os entrevistados também tiveram a opção de selecionar mais de uma resposta, de modo que fosse possível abarcar aqueles que se deslocaram com família e amigos.

Não sei	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	1,52%
Outros	1,52%	0,0%	6,06%	1,52%	4,55%	3,03%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%	18,18%
S/ resposta	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%
Saúde	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,03%
S/ ocupação	3,03%	0,0%	6,06%	1,52%	9,09%	1,52%	0,0%	0,0%	1,52%	1,52%	0,0%	0,0%	24,24%
Serviços de beleza	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%
Setor público	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%
Trab. domésticos	1,52%	0,0%	6,06%	1,52%	6,06%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	15,15%
Transporte	0,0%	0,0%	1,52%	0,00%	1,52%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,03%
Total Geral	7,58%	1,52%	36,36%	9,09%	28,79%	7,58%	1,52%	1,52%	1,52%	3,03%	1,52%	1,52%	100%

Fonte: Elaboração própria

Embora o setor de comércio tenha permanecido como o mais relevante (16,67%), é digno de nota o crescimento da resposta “sem ocupação” (de 7,58% a 24,24%) e o de trabalhadoras domésticas (de 4,55% a 15,15%). Aliás, repetiu-se com certa recorrência durante as entrevistas com mulheres o relato da instabilidade empregatícia; normalmente não trabalham de carteira assinada, fazem diárias esporadicamente ou algumas vezes durante a semana. Essas duas alterações no resultado, tanto o crescimento dos sem ocupação definida quanto o aumento de uma categoria sabidamente instável, parecem refletir, no âmbito mais pragmático - isto é, para além dos elementos de xenofobia e racismo inerentes aos processos de contratação dos venezuelanos -, a dificuldade no reconhecimento de diplomas⁶⁴ por parte das universidades brasileiras. Muitos esperam mais de um ano para o deferimento do processo, tendo que passar por várias etapas e arcar com mais uma carga de taxas pecuniárias; isso quando não precisam, já após aprovação das universidades, serem aprovados pelo Conselho da categoria específica. No meio tempo, o que lhes resta é aceitar empregos que exigem menor grau de qualificação e, portanto, pagam menos. O depoimento de José, 54 anos, sintetiza bem o estado atual de coisas:

Trabalho como funcionário em uma fábrica de refrigerantes. Sou tecnólogo em alimentos, mas, devido ao sistema precário de reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil, não consigo trabalhar como profissional na área. Isso me parece injusto, pois tenho duas graduações (tecnologia em alimentos e direito) e uma boa trajetória profissional na Venezuela. Por causa disso, meu salário é muito

⁶⁴ Este foi, aliás, o principal tema colocado em pauta durante as discussões no eixo de “Inserção socioeconômica e promoção do trabalho decente” da Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia do Estado de Santa Catarina (Comigrar - SC), ocorrida no dia 18 de maio de 2024.

baixo e meu cargo na fábrica é compatível com o de alguém que tem apenas ensino médio (Informação verbal, tradução nossa).

Por outro lado, quando se cruza os números relativos aos migrantes que consideraram “melhores oportunidades de emprego” como fator de atração, com a avaliação que fizeram dessas oportunidades, conclui-se que em certa medida as expectativas que muitos deles tinham no tocante ao projeto migratório foram alcançadas: 21,21% dos que marcaram “sim” acreditam ser bom o acesso a oportunidades, 10,61% muito bom e 9,09% regular.

Tabela 10 - “Melhores oportunidades” como fator de atração, e avaliação do acesso a oportunidades dos imigrantes entrevistados

Melhores oport. /	Sim	Não	Total Geral
Acesso a oport.			
Bom	21,21%	28,79%	50,00%
Muito bom	10,61%	13,64%	24,24%
Ruim	0,0%	1,52%	1,52%
Muito ruim	0,0%	1,52%	1,52%
Não sei	0,0%	3,03%	3,03%
Prefiro não responder	1,52%	0,0%	1,52%
Regular	9,09%	9,09%	18,18%
Total Geral	42,42%	57,58%	100,00%

Fonte: Elaboração própria

De todos os imigrantes entrevistados, a porcentagem dos que tinham carteira assinada foi relativamente bem distribuída: 40,91% marcaram “sim”, 39,39% marcaram “não”, sendo expressiva também a porcentagem dos que não informaram sobre isso (13,64%).

Parte considerável declarou trabalhar mais de 44 horas semanais em seu emprego (27,27%), enquanto 22,72% afirmaram cumprir jornadas de 44 horas. 37,88% fazem horas extras, sendo 13,64% mais de uma vez na semana. Embora não se deva confundir, como adverte Osorio (2009), o conceito de superexploração com “mais exploração”, um simples acréscimo quantitativo da mais-valia absoluta apropriada pelo empregador, o aumento da jornada de trabalho não deixa de ser um de seus mecanismos. O prolongamento e a intensificação da jornada - que predominam nos países dependentes em comparação aos centrais, haja vista o reduzido mercado interno para o consumo e a falta de interesse em

baratear os bens necessários à reprodução da classe trabalhadora - podem se traduzir em superexploração quando, mesmo eventualmente acompanhadas de aumentos salariais, “acabam afetando o valor total da força de trabalho e, por intermédio disso, o seu valor diário” (Osorio, 2009, p. 176).

Quanto à remuneração que obtêm com esses trabalhos, a maior parte dos imigrantes (45,5%) se situa na faixa de um a dois salários mínimos, e a renda familiar média é de R\$2.332. Valor bastante abaixo daquele estabelecido pelo DIEESE como o mínimo necessário para a subsistência de uma família em abril de 2024: R\$6.912. Isso converge com os dados apresentados pelo Relatório Obmigra de 2022, em que se observou latente desigualdade salarial entre os imigrantes originários de diferentes nacionalidades: enquanto a maioria absoluta dos africanos (67,1%), centro-americanos e caribenhos (79,2%) e sul-americanos (68,5%) estão situados nas faixas de até 2 salários mínimos, os norte-americanos (56,4%) e europeus (49,8%) ocupam predominantemente a posição mais elevada, com mais de 5 salários mínimos. A renda média per capita dos entrevistados, por sua vez, é de 790 reais, já não tão distante ao parâmetro da linha de pobreza do Banco Mundial, de 486 reais mensais per capita. Quando cruzamos os dados das horas trabalhadas com os intervalos de renda que os núcleos familiares entrevistados recebem mensalmente, vê-se que aqueles que mais trabalham acima de 44 horas semanais estão ainda majoritariamente compreendidos no intervalo de 1 a 2 salários mínimos:

Tabela 9 - Intervalos de renda e horas trabalhadas dos venezuelanos entrevistados

Renda / Horas trabalhadas	+de 5.648	até 1.412	de 1.413 a 2.824	de 2.825 a 4.236	de 4.237 a 5.648	Não informado	Sem renda	Total Geral
Até 20 horas semanais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	1,52 %
Até 30 horas semanais	0,0%	0,0%	3,03%	1,52%	1,52%	0,0%	0,0%	6,06 %
Até 44 horas semanais	1,52%	4,55%	10,6%	4,55%	0,0%	0,0%	1,52%	22,73 %
Mais de 44 horas semanais	0,0%	1,52%	13,6%	9,09%	1,52%	1,52%	0,0%	27,27 %
Não sei	0,0%	4,55%	6,06%	3,03%	1,52%	3,03%	0,0%	18,18 %

Outros	0,0%	1,52%	3,03%	0,0%	0,0%	1,52%	0,0%	6,06%
Sem resposta	0,0%	3,03%	6,06%	3,03%	0,0%	0,0%	0,0%	12,12%
(vazio)	0,0%	0,0%	3,03%	1,52%	0,0%	0,0%	1,52%	6,06%
Total Geral	1,52%	15,15%	45,45%	22,73%	4,55%	7,58%	3,03%	100%

Fonte: Elaboração própria

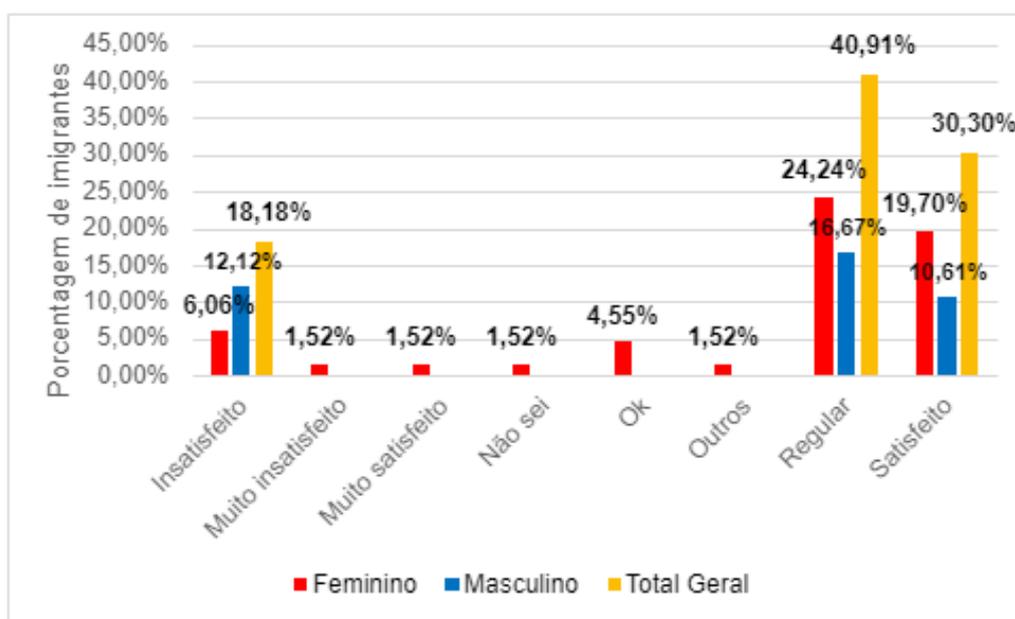
Mesmo assim, quando perguntados quão satisfeitos estão com a sua situação econômica atual, a maior parte (75,76%) considera estar entre regular e satisfeito. Note-se que a representação das extremidades (“muito insatisfeito” ou “muito satisfeito”) foi marginal entre a amostra, e que a terceira categoria de maior representatividade foi “insatisfeito”, com 18,18% dos resultados. De forma geral, as respostas discursivas sobre essa pergunta convergem para a ideia de que a situação atual está boa, sobretudo se comparada à vida na Venezuela, ou aceitável, mas que, é claro, poderia melhorar. O custo de vida, fator de atração importante dos venezuelanos para cá, é um dos mais constantes objetos de reclamação desses indivíduos quando se estabelecem. É claro que o fato de terem se deslocado para Florianópolis, uma das capitais com custo mais elevado do Brasil (a cesta básica mais cara e o terceiro aluguel mais caro⁶⁵), contribuiu para a formação desse quadro.

Alguns relatos, de imigrantes diferentes mas com sentido semelhante, são reveladores nessa direção: “minha situação econômica não é estável. A vida aqui é muito cara e ainda não consigo me independentizar completamente”; “tenho um emprego estável há 7 meses. O problema é que meu salário já vai todo para pagar aluguel, água e luz, que infelizmente tem um custo alto para a população tanto venezuelana quanto brasileira”; “É muito difícil encontrar emprego para uma mãe solteira com um filho”; “atualmente só o meu marido trabalho e dá para pagar só serviços e alimentação”; “Não me queixo do Brasil, mas o salário só alcança para pagar aluguel e comer”; “agora tenho emprego, sem carteira. É incômodo porque me pagam muito pouco”; “os aluguéis são muito caros e a ajuda que, graças a Deus, me dão, se vai pagando aluguel e os serviços”; “por mais que eu ganhe mais do que o

⁶⁵ Conforme divulgado em abril de 2024 pelo Fipezap. Para saber mais, ver SALLES, Kássia. Aluguel em Florianópolis é um dos mais caros do país, mostra levantamento. NSC total, 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/aluguel-em-florianopolis-e-um-dos-mais-caros-do-pais-mostra-levantamento>. Acesso em: 27 maio 2024.

mínimo, e por mais que esteja trabalhando em dois empregos, 7 dias por semana. Acho que a média salarial é muito baixa. O aluguel principalmente é muito caro” (Informação verbal, tradução nossa). Importante dizer que os relatos, cuja quantidade ultrapassa o limite espacial com que este texto tem de lidar, foram coletados não apenas dos imigrantes insatisfeitos com sua situação econômica, mas também dos que estavam regulares e satisfeitos, mas que tinham algo a acrescentar.

Gráfico 17 - Grau de satisfação com a condição econômica dos venezuelanos entrevistados

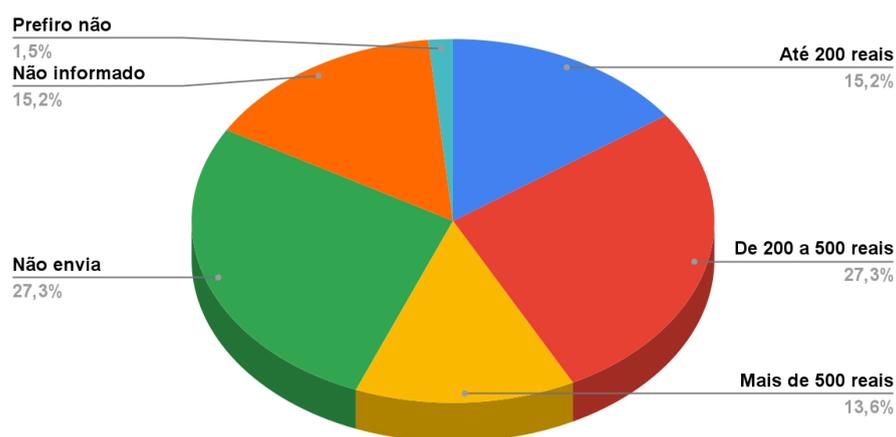


Fonte: Elaboração própria

O aluguel, bastante mencionado nos relatos, é precisamente o eixo comum que amarra o próximo tópico de nossa discussão: enquanto, na Venezuela, a maioria (81,82%) afirmava que a alimentação era a despesa que mais pesava no dia a dia, o aluguel é a que ocupa a primeira posição da lista no Brasil, com 71,71%. Por outro lado, desta vez foi maior a porcentagem de imigrantes que afirmou ser suficiente a renda atual para cobrir todos os gastos mais básicos: 48,48%, ao invés de 12,12%. Contudo, o número daqueles que a consideram insuficiente permanece alto (40,91%), e curiosamente bem maior do que aqueles que se declaram insatisfeitos com a situação econômica (18,18%, como mostra o gráfico 19). Pode-se deduzir, a partir dessa discrepância, algo que já se tentou esboçar mais atrás: o alto grau de satisfação que demonstram pode estar mais relacionado à comparação que inevitavelmente vêm aos imigrantes quanto à sua situação na Venezuela, do que à efetiva realidade material de suas condições financeiras.

Adentrando ainda mais nas especificidades da renda, convém retornar ao tema das remessas migratórias, agora com dados da amostra. Dentre todos os imigrantes, 69,70%⁶⁶ informaram enviar remessas, 29,79% afirmou não enviar, e um não respondeu. Dos que enviam, a grande maioria envia dinheiro (97,83%), mas também houve respostas para “medicamento” e “comida” (6,52%) cada um, e 2,17% por não responderam. A forma de envio se concentrou em “transferência bancária”, seguida de “transferência informal” (quando envolve a participação de um intermediário), respectivamente, com 53,17% e 36,96%. Para facilitar o esboço de um panorama, o gráfico abaixo apresenta a distribuição dos imigrantes conforme a quantidade de dinheiro que enviam a seus familiares (por intervalo):

Gráfico 18 - Remessas enviadas pelos venezuelanos entrevistados, por intervalo



Fonte: Elaboração própria

O valor médio das remessas enviadas ficou em 428 reais, que representa 18,35% da renda familiar média e 54,13% da renda per capita média. Não se ignora que as particularidades do novo fluxo de venezuelanos ao Brasil são bastantes distintos do analisado por Magalhães (2017), quando da imigração expressiva de haitianos em Santa Catarina; afinal, ele mostra que a “dependência de remessas” condicionou fortemente a alteração no destino das famílias haitianas, diante da crise capitalista de 2008. Impossibilitadas de se dirigirem aos países de costume - como os EUA, por exemplo -, sobretudo em razão do enrijecimento dos discursos xenófobos e das restrições de entrada, aquelas famílias vieram no

⁶⁶ Um imigrante (isto é, 1,52% da amostra), não contabilizado nessa porcentagem geral, afirmou não enviar remessas de forma recorrente, mas enviou no mês anterior à entrevista devido ao estado enfermo de um de seus familiares.

Brasil uma saída para, na construção de um novo projeto de vida, perpetuar o ciclo “migração-remessas-consumo”.

O caso da Venezuela é distinto, não sendo um país com tradição migratória tão longínqua com o Haiti, tendo os seus fluxos direcionados em menor medida ao centro do capitalismo, e não havendo uma presença significativa do Brasil nos seus assuntos internos (algo que era diferente no caso haitiano, levando Magalhães (2017) a se utilizar do conceito de “subimperialismo”): aqui, porém, continua claramente se expressando “uma condição, historicamente constituída, a partir da qual as famílias de migrantes, por sua posição econômica e social já de vulnerabilidade, utilizam esses recursos exclusivamente ou quase exclusivamente para o consumo corrente, isto é, para a sua subsistência”. Isso desencadeia

uma relação de dependência, por parte destas famílias, em relação a estes recursos, ou seja, constituindo a chamada “dependência de remessas”. O acréscimo no nível do consumo, por seu turno, amplia as necessidades materiais destas famílias. A ausência de estruturas produtivas inclusivas no país faz com que esta expansão no nível de consumo ou mesmo a sua manutenção seja possível apenas com o afluxo de novas remessas, o que concretamente tende a significar a emergência de novos fluxos migratórios, isto é, a emigração de outros familiares que permanecem no país de origem. A literatura crítica sobre remessas conceitua esta situação de “síndrome emigratória” (Magalhães, 2017, p. 244-245)

Cruzando os dados das remessas por intervalo com os de renda, esse grau de dependência se expressa de outra forma: além da alta porcentagem que essas quantias representam da renda total dos venezuelanos, o grupo que mais envia é aquele que ganha apenas de 1 a 2 salários mínimos (45,45%); o próximo (22,73% dos imigrantes) recebe de 2 a 3 salários mínimos. Isso, associado à reunião familiar como um dos principais fatores de atração e o desejo, expresso por vários dos imigrantes entrevistados, de trazer seus familiares ao Brasil, contribuem para a formação de um quadro semelhante ao da imigração haitiana, ainda que com suas especificidades. O depoimento de Amanda, 31 anos, vai ao encontro do que foi dito: Se eu não tivesse as "cargas financeiras" da minha mãe, que tenho que sustentar lá na Venezuela, e os custos financeiros com psiquiatra e psicólogo, estaria bem, até. Mas, como tem tudo isso, considero ok” (informação verbal, tradução nossa). Marcos, cuja idade não foi informada, diz estar insatisfeito com sua situação econômica, e também traz a seguinte queixa: “não ganho o suficiente para pagar meus gastos e para ajudar a minha família na Venezuela” (informação verbal, tradução nossa).

A experiência prática no dia a dia do estágio com o atendimento dessa população revelou que suas carências ainda estão longe de serem integralmente atendidas, tanto pelo governo quanto pela sociedade civil. Isso nos levou a inserir, no questionário, uma questão

que tentasse medir a satisfação dos venezuelanos com os serviços de acolhimento / burocracia prestados pelas instituições da rede de apoio (Círculos de Hospitalidade, Pastoral do Migrante, Jesuítas, OIM, ACNUR, Univali, entre outras organizações) desde sua chegada na Grande Florianópolis. O *feedback* é predominantemente positivo: 43,94% consideraram os serviços muito bons e 37,88% os consideraram bons, com apenas um imigrante tendo selecionado a opção “ruim”. Contudo, o depoimento de Joana, 18 anos, chama atenção, no que diz respeito às instituições não específicas aos migrantes, de caráter regulatório ou relacionadas à saúde: “têm que melhorar o atendimento para imigrantes na receita federal, e também na Polícia Federal. Também o atendimento nos centros de saúde” (informação verbal, tradução nossa). Claro que essa dinâmica vem carregada de uma série de preconceitos, velados ou explícitos, que a sociedade de destino lhes impõe, e não é incomum que imigrantes atendidos pela Defensoria apresentem a queixa de terem sido tratados de forma diferente por serem imigrantes, em diversas instituições.

Com relação à citada rede de apoio, sabe-se que, no momento em que este trabalho é escrito, seu peso não é mais o mesmo do que tinha há seis anos, até antes da pandemia; tanto no que diz respeito à mobilização por políticas públicas específicas aos migrantes da cidade, quanto ao esforço para a construção de uma infraestrutura organizacional que expanda a lógica dos atendimentos para além da dimensão burocrática e assistencialista. O Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e Região (GAIRF), antes muito ativo na pauta migratória e um dos principais responsáveis pela construção do extinto Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI⁶⁷), hoje tem suas reuniões menos frequentes, e são frágeis os laços que unem as instituições citadas, em termos de ação conjunta e articulação política. Fato é que as atividades da Círculos de Hospitalidade, DPU, Pastoral e outras, em maior ou menor medida se concentram em simplesmente facilitar a regularização documental dos migrantes, cobrindo as dificuldades e gargalos colocados pelo penoso processo da Polícia Federal, e dando-lhes um mínimo suspiro ao se verem livre dos riscos de se estar irregular.

Adentremos, por fim, nos resultados em maior medida relacionados à esfera subjetiva que os venezuelanos vivenciam durante todo esse processo. Primeiramente, é importante recordar um aspecto já abordado um pouco antes, na análise da satisfação dos migrantes com sua condição econômica atual, qual seja, o maior ou menor grau de frustração das

⁶⁷ O CRAI foi um espaço de atendimento multisetorial dos imigrantes de Florianópolis, com profissionais da área jurídica, assistência social e psicologia. Fruto de uma licitação do governo vencida pela Arquidiocese da cidade, o espaço inaugurou em fevereiro de 2018, mas foi encerrado em 2019

expectativas implicado no processo. Tais quais os argelinos uma vez estabelecidos na França, em Sayad (1998), aos venezuelanos não tarda a se apresentar um certo contraste - ainda que atenuado, menos discrepante do que naquele caso - entre o mito da migração, as ilusões que dela se alimentam a sociedade de origem e os próprios imigrantes, até certo ponto, e a dura realidade que têm de enfrentar, com empregos de baixa qualificação e mal remunerados, o altíssimo custo do aluguel em Florianópolis, e a maior dificuldade que as remessas impõe para fechar as contas no fim do mês com uma renda fragmentada; tudo isso numa terra que não é a sua, num idioma que a princípio custam a compreender, e diante de um ambiente que com frequência lhes é hostil. Embora, como já se mostrou, a maior parte dos imigrantes considere melhor a sua situação se comparada àquela que viviam antes do deslocamento, esses tipos de reclamação aparecem até naqueles que se dizem satisfeitos. Nesse sentido, o relato da venezuelana Julia, 26 anos, se assemelha bastante ao do jovem argelino Mohand⁶⁸, 21, apresentado por Sayad (1998):

A família da minha cunhada dizia que familiares e amigos trabalhavam aqui no Brasil e mandavam muito dinheiro para lá [Venezuela]. Vi que esse tal de emprego não era bem assim. Em Roraima consegui mais trabalho, num supermercado e numa casa de uma senhora cuidando da mãe dela. Cai de cara com a realidade quando vi que não era verdadeira a história de "trabalhar e ganhar de 700 a 900 reais em uma semana" (informação verbal, tradução nossa).

No que diz respeito à noção de pertencimento (ou não) dos venezuelanos para com o novo território, uma porcentagem bastante significativa (80,30%) afirmou se sentir em casa dentro do país. Essa resposta aparece mais na medida em que aumenta o tempo de estadia dos imigrantes aqui, especialmente se considerarmos que grande quantidade que pessoas que selecionaram a opção “outro” pode decorrer de uma falha na compreensão; isto é, parte dos imigrantes que a selecionaram pode estar no Brasil há bem mais de 12 meses.

Tabela 11 - Tempo de estadia e porcentagem dos venezuelanos entrevistados que afirmaram se sentir em casa

Sente-se em casa / Tempo no Brasil	Prefiro não responder	Não	Talvez	Sim	Total Geral
Menos de um mês	0,0%	0,0%	0,0%	3,03%	3,03%
Entre um e seis meses	0,0%	1,52%	3,03%	1,52%	6,06%

⁶⁸ Que França eu descobri! Não era nada do que eu esperava encontrar [...] Eu que pensava que a França não era o exílio [“elghorba”]. É realmente preciso chegar aqui na França para conhecer a verdade. Aqui, a gente ouve dizer coisas que ninguém conta lá (na Argélia); a gente ouve dizer tudo. “Não é uma vida de seres humanos; é uma vida que não se pode amar; a vida dos cães na nossa terra é melhor do que isso...” (Sayad, 1998, p. 34)

Entre seis e doze meses	1,52%%	0,0%	0,0%	3,03%	4,55%
Há mais de 12 meses	0,0%	6,06%	1,52%	51,52%	59,09%%
Não sei	0,0%	0,0%	0,0%	1,52%	1,52%
Outro	0,0%	3,03%	3,03%	19,70%	25,76%
Total Geral	1,52%	10,61%	7,58%	80,30%	100,00%

Fonte: Elaboração própria

A saudade da terra natal, contudo, é um elemento com fortíssima presença na amostra: 75,76% dos entrevistados afirmaram sentir falta da Venezuela, enquanto 9,09% responderam “talvez” e 10,61% disseram não sentir saudade. Com efeito, o Brasil é hoje considerado, comparativamente, um dos melhores países de acolhimento na migração, tanto no escopo da América do Sul quanto mundialmente. Isso se expressa tanto na nova Lei das Migrações, de 2017, que apesar das limitações é bastante avançada, quanto nas falas específicas dos migrantes. O já mencionado Jorge, 50 anos, diz que o Brasil “para mim agora é o melhor país para se migrar da América Latina”; ou então Celeste, de 22 anos, que relata: “A já mencionada Celeste, 22 anos, relata que

O Brasil é um dos países que vi menos xenofobia, apesar de ter também. Em todos os outros países aqui perto é pior: Peru, Equador, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Argentina... Até os Estados Unidos é melhor. Lá no Peru é bem ruim mesmo, eles chegam a matar venezuelanos, como eles dizem as "putas venezolanas" (informação verbal, tradução nossa).

Diferentemente do contexto em que Sayad (1998) se debruça, no nosso caso não há nem a ilusão de expectativas de retorno, tampouco o desejo, muito em razão do padrão de vida insustentável a que teriam que regressar, cujas condições foram apresentadas na seção anterior e que provocam mal-estar nessas pessoas só em delas recordar. Afinal, 65,15% planeja ficar no Brasil indefinidamente, e 62,12% o tem como destino final⁶⁹. Porém, a saudade permanece, deixando todo um grupo de indivíduos, já marginalizados socialmente, agora identitariamente fragmentados, carregando consigo a memória de sua cultura e costumes, e a nostalgia de um passado que não é mais possível reviver. “Os sentimentos não somem nunca, a pessoa se adapta mas não vai esquecer nunca”, é o desabafo de Jorge (informação verbal, tradução nossa).

⁶⁹ Dentre os outros destinos finais mencionados pelos migrantes, tem-se Venezuela (4,55%), Estados Unidos (3,03%), Espanha (3,03%), Portugal (3,03%) e Chile (1,52%).

Sayad (1998) aponta que uma das válvulas de escape a que os imigrantes frequentemente recorrem na sociedade destino, diante da angústia do processo, é o isolamento social. Isso não parece ter se refletido, à priori, e pelo menos não em larga medida, no caso dos venezuelanos: 75,75% afirmaram ter relações amistosas com os brasileiros, 12,12% disseram que elas eram limitadas, 7,58% enfrentaram preconceito, 3,03% enfrentaram preconceito mas mesmo assim consideraram ter boas relações, e 1,52% preferiu não responder. O elemento do preconceito, como vimos tentando demonstrar, é indispensável à compreensão do despertencimento sentido pelos migrantes: Julia, 26 anos, afirma já ter sido alvo de xenofobia algumas vezes desde sua chegada, em especial nos ambientes de trabalho. “Você não é daqui, e ainda é exigente. Venezuelana sem vergonha”, disse a ela o atual empregador. Embora não ignoremos que os episódios de xenofobia vivenciadas pelos imigrantes sejam racializadas, e que possam haver diferenças importantes na trajetória de cada um em razão de características fenotípicas laços identitários, não se encaixa nos propósitos deste estudo a pormenorização das dinâmicas raciais desses sujeitos. Estudos futuros podem se aprofundar nessa questão, bem como na do isolamento / comunhão dos imigrantes venezuelanos no Brasil, investigando, por exemplo, a existência de grupos e/ou coletivos comunitários que visem a integração e manutenção das tradições culturais desse povo.

Estreitamente relacionadas à noção de pertencimento na sociedade de destino, as limitações impostas aos imigrantes naquilo que Lefebvre (2008) chama de “direito à cidade” nos ajudam a traçar os contornos de suas experiências. Filósofo marxista francês, em sua principal obra o autor se debruçou nas dinâmicas de produção e reprodução do espaço numa conjuntura bem específica, qual seja, o crescimento das periferias parisienses (*banlieues*) com a construção de enormes conjuntos habitacionais, inicialmente ocupados pela crescente classe média, posteriormente pelas massas empobrecidas de cidadãos originários das antigas colônias francesas, isto é, imigrantes. Com o desenvolvimento dos processos de urbanização no século XX, a noção de “habitat” na cidade, permeada pela constituição de uma vida social na comunidade, onde o valor de uso é predominante e os sujeitos se apropriam do espaço munidos de toda sua capacidade criadora, cede lugar ao “habitar”, em que a mercantilização desse espaço urbano é estendida ao máximo, o valor de uso é condicionado ao valor de troca, retirando dos indivíduos o “sentido da obra” (Lefebvre, 2008, p. 25)

Essa dinâmica, transposta para o caso analisado neste trabalho, reflete-se primeiramente na mais latente dimensão da mercantilização do espaço urbano: a especulação imobiliária de Florianópolis - que, como já foi dito, tem o terceiro aluguel mais caro do país -,

objeto das principais queixas dos migrantes com relação ao custo de vida e obstáculo intransponível ao usufruto integral do espaço. O acesso à moradia, além de ser limitado e ocupar boa parte da renda, força-os a habitar regiões mais afastadas da cidade e da região metropolitana, com menor disponibilidade de serviços básicos, menos opções de acesso a lazer e à cultura e mobilidade urbana reduzida. Sem falar no peso que as já citadas longas jornadas de trabalho exercem no aproveitamento do espaço e do lazer, ainda somadas ao extenso tempo de deslocamento numa cidade que não conta com outro meio de transporte público senão o ônibus. Nas entrevistas, 30,30% afirmaram não ter desfrutado de algum espaço público de lazer e cultura em Florianópolis, enquanto 65,15% responderam positivamente. Destes, porém, a grande maioria frequentou apenas as praias, e apenas 13,64% dos imigrantes da amostra disseram ter frequentado algum espaço relacionado à cultura, como museus, teatros ou apresentações públicas.

Por fim, a última pergunta do questionário, talvez a de maior sensibilidade nessa esfera da compreensão da experiência individual, tentou avaliar a presença de sentimentos assimiláveis à *ghorba* de Sayad (1998) na história dos migrantes. Em complemento ao apresentado no primeiro capítulo, o autor define:

Todo o discurso do emigrante se organiza em torno da tripla verdade da *elghorba*. Na lógica tradicional, a verdade da *elghorba* é a de ser associada ao “poente”, à “escuridão”, à distância e ao isolamento (entre os estranhos, logo à sua hostilidade e ao seu desprezo); ao exílio; ao terror (aquele que é provocado pela noite e que o faz se perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, *elghorba*, intencional e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem todavia conseguir completamente) a trazer uma outra verdade que a identificaria com a felicidade, a luz, a alegria, a segurança etc. À experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e restabelecer a *elghorba* em sua verdade original. Podemos dizer que é toda a experiência de vida do emigrante que oscila sem cessar entre essas duas verdades contraditórias da *elghorba*. Por não conseguir resolver a contradição em que se encontra encerrado, pois deveria então renunciar a emigrar, ele só pode mascarar-la (Sayad, 1998, p. 44).

Entre os venezuelanos, os resultados são contundentes: 80,3% relataram já haver experienciado sentimentos de isolamento, solidão, melancolia, tristeza, nostalgia ou algo do gênero, e, destes, 50,94% marcaram o grau máximo numa escala do quanto esses sentimentos estariam relacionados à imigração, que ia de 1 a 5. 15,09% marcaram a opção “4”, 16,98% a opção “3”, e apenas 3,77% selecionaram a opção “2” e a escala mínima. Julio, 24 anos, sintetiza de tal modo sua vivência social que, somado a outros depoimentos até aqui apresentados, dão uma ideia do atual estado subjetivo dos imigrantes: “No ambiente de trabalho já sofri xenofobia. Na Venezuela, por exemplo, tinha muitas amizades com meus

compatriotas, aqui no Brasil consigo contar nos dedos de uma mão. Não consigo me sentir em casa aqui, por conta das pessoas” (informação verbal, tradução nossa).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a história de um homem caindo de um edifício de 50 andares. O cara, no transcorrer de sua queda, repete a si mesmo "até aqui, tudo vai bem", "até aqui, tudo vai bem", "até aqui, tudo vai bem". Mas o importante não é a queda, é a aterrissagem
(O ódio, 1995).

Ao final deste trabalho, espera-se ter contribuído a uma compreensão das migrações internacionais que vá além do equilíbrio nos diferentes níveis de salário e da maximização de satisfações individuais como variáveis explicativas. Quando não se discute os determinantes estruturais do capitalismo que favorecem as expulsões migratórias e o aproveitamento de mão de obra barata, o deslocamento por vezes se transfigura em “novo projeto de vida”, decisão individual voluntária com vistas à ascensão social; simplifica-se as desigualdades entre países em prol de um falso binarismo atraso/desenvolvimento, esvaziando o debate tão necessário sobre o tema, especialmente em uma conjuntura de crescimento dos partidos de extrema-direita em diversas partes do mundo, e, com eles, dos discursos anti-imigração. Os imigrantes, como se mostrou, não são o problema; os empregos que a sociedade de destino lhes oferecem são aqueles rechaçados pelos trabalhadores nativos, não contribuindo, portanto, para o rebaixamento geral dos salários. Na realidade, eles são reflexo de uma divisão internacional do trabalho hierárquica e abruptamente desigual, em que o local de nascimento dita a sorte de milhões de pessoas todos os dias; a alguns, são mais tangíveis as possibilidades de ascensão social ou da conquista de uma vida digna; a vários outros, essa saída não lhes aparece de outro modo senão com o abandono da terra natal.

A partir da apresentação e análise crítica da perspectiva neoclássica aplicada às migrações, mostramos como são insuficientes as explicações que carregam como principais elementos os equilíbrios salariais e/ou a tentativa racional, por parte dos indivíduos, de maximizar sua satisfação com a renda. Embora tenham sua importância e também nos auxiliem na compreensão do fenômeno migratório, seu escopo é limitado, e alguns de seus pressupostos permanecem no terreno da abstração, distantes da realidade material das migrações contemporâneas: a “livre mobilidade” dos trabalhadores que convergiria a um suposto equilíbrio contrasta com os numerosos obstáculos com que os imigrantes se deparam em países centrais e periféricos do capitalismo, com o enrijecimento, por exemplo, das leis

migratórias a partir da crise de 2008, e a consequente reconfiguração dos fluxos internacionais com o aumento das migrações Sul-Sul. A visão de um mercado de trabalho autorregulado, que tende ao equilíbrio salarial, também não se sustenta domesticamente, tampouco na esfera internacional, e o papel do Estado, para além da mera gestão desse mesmo mercado no que diz respeito às demandas e excedentes de mão de obra, tem um papel importantíssimo no acolhimento desses indivíduos e em sua integração na sociedade de destino, processo esse que ainda tem muito a aprimorar no Brasil, a despeito de ser um dos mais avançados hoje. Ainda, atribuir aos indivíduos migrantes o papel de voluntariedade sob o ponto de vista de um *homo economicus* racional, parece também ignorar os elementos impositivos que restringem sua decisão; em boa parte das vezes, as pessoas migram para sobreviver, como é o caso da maioria dos venezuelanos. 84,81% dos entrevistados na pesquisa de campo disseram que a renda no país de origem não chegava a cobrir os custos mais básicos do dia a dia, e não foram poucos os relatos de subnutrição ou insegurança alimentar

Com Gaudemar (1977), Magalhães (2016;2017) e os demais referenciais apresentados na seção 2.2, do trabalho e das desigualdades como determinantes objetivos da migração, adentramos em maior profundidade na concepção de “mobilidade forçada”, compreendendo de que maneira a expansão do capital e sua maior ou menor demanda por trabalho em diferentes regiões atuam como variáveis prévias, estruturais, na explicação dos deslocamentos; não são simplesmente as disparidades de salário que os impulsionam, portanto. Os trabalhadores migrantes venezuelanos, já superexplorados no país de origem - isto é, remunerados com valor abaixo das condições necessárias para sua reprodução -, cumprindo jornadas superiores a 10 horas diárias para as quais não há nem mesmo regulação existente, trabalhando em mais de um emprego para conseguir se alimentar diante de taxas altíssimas de inflação, servem ao capital na medida em que se transformam em mão de obra móvel, livre para ser absorvida em outros territórios e até mais disposta a enfrentar duras condições de trabalho do que a população nativa. Apesar do destaque dado à dimensão forçosa do deslocamento, não se pode deixar de ter em mente que a migração é um processo de decisão ativa e consciente; os venezuelanos, quando migram, o fazem sabendo das cargas de dificuldades simbólicas e materiais que trarão consigo; que serão sujeitos desterrados, fisicamente distantes de familiares, amigos e dos laços identitários que conformam sua visão de si e do mundo.

O indivíduo, munido de sua história particular e subjetividades envolvidas no processo de migração, deixa sua terra pela permanência ter se tornado insustentável, e busca

uma vida nova para si e para sua família; estruturalmente, no entanto, torna-se uma peça do exército internacional de reserva, mantendo *ad infinitum* as transferências de valor aos países centrais por parte dos países dependentes, como num prolongamento da categoria marxista de acumulação por espoliação. Além disso, a função que cumprem e as condições que enfrentam nem são tão distintas na sociedade de destino: no Brasil, 27,27% dos venezuelanos entrevistados trabalham mais de 44 horas semanais, 37,88% fazem horas extras e uma parte significativa (45,5%) está situada na faixa salarial de um a dois salários mínimos, muito inferior ao salário mínimo necessário de 6.912 reais, estabelecido pelo DIEESE. Os relatos relativos à exploração no trabalho e insatisfação com o ambiente laboral, embora não majoritários, são bastante enfáticos ao denotar marcadores de nacionalidade e raça na descrição da vivência dos imigrantes na Grande Florianópolis. “Aqui não é um mar de rosas, longe disso” expressa bem a dialética expectativas/frustração que tentamos aprofundar durante a pesquisa: é inegável que com o deslocamento se logra um aprimoramento nas condições de vida; a questão é que isso é feito a duras penas, um árduo processo que acaba trazendo outra sorte de dificuldades, como as experiências de preconceito, os entraves burocráticos e a barreira do idioma.

Considerando um breve panorama de sua história recente, mostramos como, no caso da Venezuela, os fatores de expulsão dos imigrantes que aqui chegam têm bastante a ver com sua economia política e o lugar que ela ocupa na divisão internacional do trabalho, na qual se insere desde sua independência como produtor e exportador de recursos naturais, sobretudo o petróleo. As classes dominantes venezuelanas se apropriaram historicamente da maior parte das rendas exorbitantes obtidas com o recurso desde o descobrimento dos primeiros poços, deixando pouco ou nenhum espaço neste conflito distributivo para a classe trabalhadora venezuelana. O primeiro período histórico em que se ensaiou uma transformação substancial desse estado de coisas, para além das tímidas arrancadas nacionalistas que acarretavam determinado grau de distribuição de renda durante os anos *Pacto de Punto Fijo*, foi o projeto do *Socialismo del Siglo XXI*, encabeçado por Hugo Chávez numa tentativa de ruptura com o sistema vigente. Embora tenha representado um salto importante para a história venezuelana, tanto do ponto de vista da melhora nas condições de vida das populações empobrecidas como na retomada de um protagonismo internacional do país, não se logrou reverter o caráter monoexportador de sua economia e a dependência em relação a interesses externos.

Dentre uma série de adversidades que economias como essas, centradas majoritariamente em um só produto para o equilíbrio da balança de pagamentos, podem enfrentar, está a alta volatilidade de preços no mercado internacional de commodities, cujo

ônus é absorvido, na maior parte das vezes, pelos estratos inferiores na pirâmide de renda nacional. A conjuntura energética de declínio nos preços de petróleo desde 2014, nesse sentido, influencia sobremaneira o preço dos alimentos e compromete, pelo baixo crescimento, a continuidade do chavismo. Isso, associado à desfavorabilidade no contexto internacional com a virada ideológica dos países latinoamericanos e as sanções e boicotes promovidas pelo governo dos EUA, bem como à morte do mais significativo líder da esquerda latinoamericana das últimas décadas e a entrada de Nicolás Maduro em cena com um nítido endurecimento nas relações com a oposição, forma o conjunto de elementos que operam objetivamente na decisão migratória de milhões de venezuelanos em abandonar suas raízes históricas e identitárias, sua terra natal, e compor uma diáspora que hoje somam quase 8 milhões de indivíduos. Individualmente, a insustentabilidade da vida na Venezuela e a urgência pela “ampliação do espaço de vida” (Magalhães, 2017) aparecem como “falta de oportunidade de trabalho” (65,15% dos entrevistados), “conflito e insegurança” (53,03%) e “situação familiar ruim” (42,42%).

No Brasil, eles já são mais de quinhentos mil, concentrados nos estados de Roraima, Amazonas e nas capitais do Centro-Sul (Observatório das Migrações em São Paulo, 2022), cada um com suas vivências subjetivas particulares. Aliás, tentando se desvincular de interpretações mecanicistas que atribuem ao imigrante pouco ou nenhum papel como sujeito do fenômeno migratório, quase que meramente “empurrados” pelos determinantes estruturais que analisamos, um dos principais objetivos do trabalho foi discutir os elementos histórico-simbólicos e subjetivos da imigração, sobretudo tendo Abdelmalek Sayad e o caso da imigração argelina na França como horizonte teórico. Mostrou-se como a constituição dos Estados Nacionais envolveram, historicamente, a construção de alteridade, uma comunidade bem definida de interesses comuns das quais os “outros” ficariam excluídos; essas dinâmicas, além de serem perpassadas pelo colonialismo e pelo racismo, no caso latinoamericano, ecoam até os dias de hoje nos episódios de xenofobia que os imigrantes sofrem cotidianamente, na esfera do trabalho e nos espaços públicos - aos quais, também por isso, não acessam integralmente, destituídos de um verdadeiro “direito à cidade”. Para além do preconceito, a experiência individual e psíquica da imigração também envolve o desenraizamento, a saudade, a solidão, o isolamento, e, como já foi dito, a desilusão diante da forma ideal com que por vezes lhes aparece o projeto migratório antes de sua concretude. No caso dos venezuelanos atendidos pela DPU de Florianópolis, 75,76% sente saudades de sua terra, embora poucos tenham intenção de retornar - a possibilidade do retorno se esvai, como diz

Sayad (1998) -, e a maioria associou fortemente com a migração a presença de sentimentos daquela ordem desde a época em que chegaram ao Brasil.

Espera-se ter ficado claro, após a leitura destas páginas, que ainda é longo o caminho a ser percorrido no que diz respeito aos elementos estruturais ocasionadores das migrações, pautados na manutenção e reprodução do capitalismo. Do mesmo modo, sob o olhar mais imediato dos instrumentos internos a partir dos quais o governo brasileiro atua na matéria migratória, ainda há muito a ser feito: nem mesmo as demandas mais básicas de documentação são supridas suficientemente, em razão da falta de estrutura e equipe da Polícia Federal e da dificuldade do processo, que exige uma série de documentos que os imigrantes não têm, assinaturas em declarações escritas no idioma que ainda não compreendem, e o pagamento de taxas que não podem pagar. Na Grande Florianópolis, até mesmo a dimensão burocrático-regulatória em muito ganharia com a retomada da articulação entre governo e instituições da sociedade civil para a distribuição dos casos, compartilhamento de situações específicas ou urgentes, e, sobretudo, a atuação política conjunta na direção de pautar políticas públicas direcionadas a essa população.

Em termos de uma integração que minimize os prejuízos psíquicos do imigrante na sociedade de destino, a institucionalização pública de cursos gratuitos de português - ao invés das oportunidades esparsas e limitadas que lhes são oferecidas - é de fundamental importância; afinal, a barreira do idioma é mais um impeditivo com que se deparam tanto nas dinâmicas de socialização quanto no mercado de trabalho. Ademais, sem o devido reconhecimento de sua qualificação laboral e intelectual, esses indivíduos não concorrem em pé de igualdade às mesmas oportunidades que os brasileiros; para isso é necessário, de antemão, padronizar e reduzir os prazos exigidos pelas universidades na validação dos diplomas. Durante a pesquisa, não se observou, de forma significativa, a presença de outro fator que, se presente, poderia contribuir para o acolhimento: espaços coletivos de trocas culturais e/ou políticas compartilhados que tivessem como horizonte manter os laços com a cultura de origem dos venezuelanos e lhes restituir um resquício do “direito à cidade”, a espaços próprios de que possam se apropriar e onde a existência esteja além das fronteiras da alienação do trabalho.

Enfim, as migrações internacionais são, sem dúvidas, mais um dos grandes temas de que esta geração deverá se ocupar durante o século XXI, alargando a já extensa lista e se somando a outros como a crise climática e as novas revoluções tecnológicas. Trata-se de um fenômeno cuja complexidade nos contornos agrega, numa tentativa de análise séria, determinantes locais no que concerne à economia política de cada Estado; fatores regionais

de diferentes dimensões que afetam o vínculo histórico entre países de origem e destino; e tendências globais no que diz respeito à direção dos fluxos migratórios e razões para a migração, coincidindo, em maior ou menor medida, com as crises cíclicas do capitalismo. Já é tempo, portanto, que os estudantes de Relações Internacionais, agraciados com certo grau de interdisciplinaridade que o curso lhes oferece, juntem-se aos geógrafos, demógrafos e cientistas sociais num estudo crítico das migrações e sua relação com o período de transformações sistêmicas que estamos vivenciando. No contexto atual, em que a crise do neoliberalismo coincide com uma aparente transição hegemônica e vem gestando nebulosos fenômenos políticos de extrema-direita e autoritarismo, ainda de contornos confusos no imediatismo do tempo conjuntural, o estudo da imigração cumpre papel indispensável àqueles que se munem de uma visão crítica sobre o funcionamento da economia-mundo capitalista. Sendo, simultaneamente, elemento e reflexo de um processo mais amplo, pode nos auxiliar na compreensão de outro dos maiores problemas do nosso tempo: a desigualdade sistêmica entre países centrais e dependentes.

REFERÊNCIAS

A fronteira do Brasil com a Venezuela. **Poder 360**. 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/a-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

A REVOLUÇÃO não será televisionada (Chávez: inside the coup). 2003. Produzido por Power Picture associada à Agência de Cinema da Irlanda (74 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ADS3vxux010>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 28 mar. de 2024.

ACNUR. **UNHCR'S Drought response in Ethiopia, Kenya and Somalia**, 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/somalia/ehagl-region-unhcrs-drought-response-ethiopia-kenya-and-somalia-30-sep-2023>. Acesso em: 28 mar 2024.

AHMED, Abdelkader Sid. Celso Furtado e o desenvolvimento a partir da exportação de recursos naturais não renováveis. In: FURTADO, Celso. **Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. posições 5252-5570.

ÁLVAREZ, Emilio Osorio; CASANOVA, Mauricio Phélan. Venezuela: de la bonanza económica a la crisis humanitaria. la opacidad de la migración venezolana 1999-2019. **Revista Venezolana de Sociología y Antropología**, Mérida, v. 29, n. 85, dez. 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 2023.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, [s. l], v. 16, p. 1-29, set. 2021.

BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. Trabalho apresentado no **VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**, realizado em Lima-Perú, de 12 a 15 de agosto de 2014. Disponível em: https://files.alapop.org/congreso6/files/pdf/alap_2014_final56.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 4 ed. Florianópolis: IELA/Insular, 2013.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, [S. I.], p. 1-16, abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BECKER, H. **A Escola de Chicago**. Conferência proferida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6FvBPkkRffvcrkKJb77SZBv/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BICHARA, Jahyr-Philippe. O tratamento do apátrida na nova lei de migração: Entre avanços e retrocessos. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 2, 2017 p. 236-252. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4619>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BLOCK, Fred. Introduction. In: POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 2001.

BRASIL. [Decreto nº 528]. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Brasília, DF, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-norma-pe.html>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. Revista de História, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965.

CARVALHO, Reginaldo Pereira de. **O petróleo e a crise econômica venezuelana: impactos socioeconômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 à 2015**. 2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. REMHU – **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul./ dez. 2010.

CASTLES, Stephen. Global perspectives on forced migration. **Asian And Pacific Migration Journal**. United States, p. 07-28. mar. 2006.]

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023

CENTRE, International Displacement Monitoring. **Global Report on International displacement and food security**, 2023. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/>. Acesso em: 28 mar 2024.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **A proteção dos "Refugiados Ambientais" no Direito Internacional**. 2015. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-08042016-155605/pt-br.php> Acesso em: 29 mar. de 2024.

CONZUÉ, Diego Andrés Molina. Reconocimiento normativo y diferencias entre el asilo diplomático, asilo territorial y refugio en la opinión consultiva OC-25/18 de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Precedente**, Cali, v. 15, n. 0, p. 15-43, jun. 2019.

CORREIO BRASILIENSE. Pobreza extrema cai na Venezuela, mas desigualdade assusta, diz estudo, 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/mundo/2022/11/5050996-pobreza-extrema-cai-na-venezuela-mas-desigualdade-assusta-diz-estudo.html>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira brasil-bolívia. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 141-156, nov. 2013.

DOS SANTOS, Theotônio. **Desenvolvimento e Civilização**: homenagem a Celso Furtado. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. 2011, 588 p.

DOS SANTOS, Theotônio. **Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, 1998.

ESTANISLAU, Lucas. Mesmo longe de níveis pré-crise, Venezuela encerra ano com crescimento e redução da pobreza. **Brasil de Fato**, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/30/mesmo-longe-de-niveis-pre-crise-venezuela-encerra-ano-com-crescimento-e-reducao-da-pobreza>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2022. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma: Food and Agriculture Organization, 2019.

FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, Nova York, v. 18, n. 4, set. 1966.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

FURTADO, Celso. Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais (1974). In: FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. posições 4512-4782.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM editores, 2021.

GOMES, Eduardo Biacchi; GONÇALVES, Ane Elise Brandalise. Direitos humanos, descolonialismo e a contribuição brasileira para (re)interpretação dos conceitos de asilo e de refúgio. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 141-155, abr. 2019.

GONÇALVES, Gabriella Vieira Oliveira. **Diferenças e caminhos de aproximação entre migração e refúgio: as experiências de Colômbia, Peru e Brasil**. 2021. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31691/1/2021_GabriellaVieiraOliveiraGoncalves_tcc.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024;

GOTT, Richard. **À sombra do libertador**: hugo Chávez frías e a transformação da Venezuela. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GROSFUGUEL, Ramón. Migrantes coloniales caribeños en los centros metropolitanos del sistema-mundo: los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido. Barcelona: **Documentos Cidob**, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28210364_Migrantes_coloniales_caribenos_en_los_centros_metropolitanos_del_sistema-mundo_los_casos_de_Estados_Unidos_Francia_los_Paises_Bajos_y_el_Reino_Unido. Acesso em: 28 mar. 2024.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMES, C.L.R (Cyril Lionel Robert). **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. Trad: Afonso Teixeira Filho, -1.ed. rev.- São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5774293/mod_resource/content/0/JAMES_CLR_Os%20jacobinos%20negros.pdf. Acesso em: 25 mar 2024.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. .; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. REMHU, **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S. l.], v. 29, n. 63, p. 123–139, 2022. DOI: 10.1590/1980-85852503880006308. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1562>. Acesso em: 29 jul. 2024

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. **Refúgio em números - 2023**: Brasília, DF: OBMigra, 2023.

KOHATSU, Lineu Norio. Imigração, Assimilação, Xenofobia: algumas notas. **Cadernos Ceru**, [s.l], p. 50-75, jun. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333974252_Imigracao_Assimilacao_Xenofobia_algumas_notas. Acesso em: 30 mar. 2024.

LA VEGA, Iván de; VARGAS, Claudia. EMIGRACIÓN INTELECTUAL Y GENERAL EN VENEZUELA: una mirada desde dos fuentes de información. **Revista Electrónica Latinoamericana de Estudios Sociales, Históricas y Culturales de La Ciencia y La Tecnología**, [s. l], v. ?, n. 1, p. 66-92, jun. 2014.

LINARES, Yelitza. “Estão brincando de nos matar”: o que é viver na Venezuela sob Maduro. **TAB UOL**, 15 abr 2024. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/04/15/estao-brincando-de-nos-matar-o-que-e-viver-na-venezuela-sob-maduro.htm>. Acesso em: 23 abril. 2024.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l], v. 1, n. 32, p. 119-141, fev. 2012.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. 2015. O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina – SC. **REBELA**, v.5, n.1. jan./mar. 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A Imigração Haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

Maringoni, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino (2020). A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, 28(60), 151-166.

MASSEY, Douglas et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, 19 (3): 431-466, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270203247_Theories_of_International_Migration_A_Review_and_Appraisal. Acesso em: 29 mar. 2024

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Celso Furtado na Venezuela. In: FURTADO, Celso. **Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. posições 5252-5570.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista Aedos**, [s. l], p. 53-70, nov. 09

NASCIMENTO. **Um gosto de sol**. Universal music: 1972. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p9ZqeWDTNo8>.

NAVA, Pablo José Carrizalez. **O gás natural como indutor de desenvolvimento na Venezuela: uma leitura à luz de Bambilra, Dos Santos e Marini**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. . Acesso em: 10 abr. 2024.

NEGREIROS, Pedro Augusto Mendes de. **O apoio à migração venezuelana como política externa estadunidense (2015-2021)**. 2022. 136 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

Nicolás Maduro: de conductor del metro de Caracas a vicepresidente de Venezuela. **América Economía**. 11 out. 2012. Disponível em: <https://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/nicolas-maduro-de-conductor-d-el-metro-de-caracas-vicepresidente-de-venezu>. Acesso em: 22 abr. 2024.

O ÓDIO. Direção: Mathieu Kassovitz. Produção: Christophe Rossignon. França: MKL Distribution, 1995.

Observatório das Migrações em São Paulo. Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2020-2022 (jan.-abr.). Campinas, SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP. Data do download: 20 de abril de 2019, com atualização em 06 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincere-sismigra/>. Acesso em: 01 maio 2024.

OIM. **Glossary on Migration**. Genebra: International Organization For Migration, 2019.

Organização das Nações Unidas. Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado. 1951. Disponível em: . Acesso em: 26 ago. 2023.

Organização das Nações Unidas. Population Facts September 2019 | No. 2019/4, p. 3. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/populationfacts/docs/MigrationStock2019_PopFacts_2019-04.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

Organização de Unidade Africana. **Convenção que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África**, 1969. Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao_oua.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **World Migration Report 2000**. Genebra: International Organization For Migration, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **World Migration Report 2022**. Genebra: International Organization For Migration, 2021.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs). **A América Latina e os desafios da globalização**, Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PAIVA, Ariane Rego de; GONÇALVES. Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**: RBHCS, [s. l.], v. 13, n. 26, p. 164-181, nov. 2021.

RANGEL, Domingo Alberto. **El proceso del capitalismo contemporaneo en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1968.

RIBAS, Claudia Vargas. La migración en Venezuela como dimensión de la crisis. **Pensamiento Proprio**, [S.l.], v. 47, n. 0, p. 91-128, 2018.

SALES, Teresa. Brasileiros nos Estados Unidos. In: BRASILEIROS no mundo: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 243-261.

SALLES, Kássia. Aluguel em Florianópolis é um dos mais caros do país, mostra levantamento. **NSC total**, 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.nscotal.com.br/noticias/aluguel-em-florianopolis-e-um-dos-mais-caros-do-pais-mostra-levantamento>. Acesso em: 27 maio 2024.

SANTIAGO, Lorenzo. Venezuela registra menor inflação mensal em 12 anos, a quatro meses das eleições presidenciais. **Brasil de fato**, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/08/venezuela-registra-menor-inflacao-em-12-anos-a-quatro-meses-das-eleicoes-presidenciais#:~:text=A%20Venezuela%20teve%20em%20fevereiro,pelo%20Banco%20Central%20da%20Venezuela>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SASAKI, Elisa Massa; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teoria das Migrações Internacionais, 200. Issue: **XII Encontro Nacional da ABEP**, Caxambu, outubro de 2000, GT de Migração, Sessão 3 - A migração internacional no final do século. Disponível em: https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHNEIDER, Jens. **Discursos simbólicos e símbolos discursivos**: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-129, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

Silva, Karine de Souza ; Rocha, Carolina Nunes Miranda Carasek da; D'Avila, Lucas. INVISIBILIZADOS NA ILHA DO DESTERRO: OS NOVOS FLUXOS DE IMIGRANTES E REFUGIADOS EM FLORIANÓPOLIS. **Revista Eletrônica Do Curso De Direito Da UFSM**, v. 15 n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/33488>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SILVA, Karine de Souza; SÁ, Miguel Borba de. Do Haitianismo à nova Lei de Migração: direito, raça e política migratória brasileira em perspectiva histórica. **Revista Nuestroamérica**, [s. l], v. 9, n. 17, jul. 2021. Disponível em: <https://zenodo.org/records/5650701>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SILVA, Maicon Cláudio da; TRASPADINI, Roberta Sperandio. INDEPENDÊNCIAS FORMAIS E DEPENDÊNCIAS REAIS: a constituição dos estados nacionais na América latina à luz da teoria marxista da dependência. In: PAIVA, Beatriz Augusto de; SAMPAIO, Simone Sobral (org.). **Questão social e direitos humanos**. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2021. p. 383-404.

TEDESCO, João Carlos. O estrangeiro/imigrante na modernidade: horizonte de tensões externas e internas. Síntese de algumas concepções de Simmel, Elias/Scotson e Freud. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 47, n. 2, p. 287-312, jul./dez. 2016.

TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Produção: Luiz Carlos Barreto. Brasil: Mapa Filmes, 1967. 35mm (106 minutos), p&b.

TERRA estrangeira. Direção: Walter Salles. Produção: Flávio Ramos Tambellini e Antonio da Cunha Telles. Brasil: Animatógrafo Cinema e Vídeo e Vídeo Filmes, 1995.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito E Práxis**, 9(3), 1694–1713, 2018.

VAZ, Eduarda Dalla Corte. **Ampliação do conceito de refúgio**: os refugiados econômicos como nova abordagem. 2023. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-249, jul. 2018.

VIEIRA, Pedro Antonio; OURIQUES, Helton Ricardo; SANTOS, Fábio Pádua dos. Condicionantes nacionais, regionales y mundiales del gobierno de Hugo Chávez. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 799-828, jul. 2009.

ANEXO - PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

Pergunta 1: **Qual o seu nome completo?**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 2: **Qual a sua idade?**

Resposta aberta

Fonte: IOM DTM.

Pergunta 3: **Com qual gênero você se identifica?**

Resposta de múltipla escolha (adaptadas)

Fonte: Immigration Policy Lab (IPL)

Pergunta 4: **Qual o seu local de nascimento?** (país, estado, província, cidade)

Resposta aberta

Fonte: IOM DTM

Pergunta 5: **Em qual cidade você está vivendo aqui no Brasil?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 6: **Qual o seu nível de escolaridade?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 7: **Você tem pelo menos um documento de identificação? (Passaporte, documento de identificação nacional ou local, certidão de nascimento)**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM Reintegration Handbook

Pergunta 8: **Qual é o seu status migratório atual no Brasil?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM Handbook

Pergunta 9: **Se regular, qual a validade do seu documento?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 10: **Caso esteja regular ou se regularizando, qual é o amparo legal do seu documento, de acordo com o sistema nacional da Polícia Federal para confecção do CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório)?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 11: **Qual era o seu status de emprego antes de sair da Venezuela?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 12: **Qual é o seu status atual de emprego?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 13: **Se empregado/a, você trabalha de carteira assinada?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 14: **Algum familiar seu ficou lá na Venezuela?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 15: **Você atualmente tem uma fonte de renda?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM Handbook

Pergunta 16: **Com quantas pessoas você está morando (contando você mesmo)?**

Resposta de múltipla escolha (adaptada)

Fonte: IOM Handbook

Pergunta 17: **Quantas dessas pessoas estão trabalhando agora?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 18: **Quantas dessas pessoas possuem menos de 18 anos?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 19: **Você possui dependentes financeiros aqui no Brasil? Quantos? (adaptada)**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 20: **Você possui dependentes financeiros na Venezuela? Quantos?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 21: **Quão satisfeito você está com a sua situação econômica atual?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM Reintegration Handbook

Pergunta 22: **Por favor, se quiser fale um pouco mais sobre sua situação econômica atual**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 23: **Como você avaliaria seu acesso a oportunidades (emprego e estudo) aqui no Brasil?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM Reintegration Handbook

Qual era sua ocupação antes de sair da Venezuela?

Pergunta 24: **Qual era sua ocupação antes de sair da Venezuela?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 25: **Qual sua ocupação atual?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 26: **Na Venezuela, logo antes de vir para cá, a renda mensal da sua família era suficiente para cobrir o aluguel, alimentação e outras despesas necessárias para o dia a dia?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: Colorado Refugee Services Program

Pergunta 27: **Lá, as suas despesas eram relacionadas, principalmente, à qual dessas opções?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 28: **Agora, aqui no Brasil, a renda mensal da sua família é suficiente para cobrir o aluguel, alimentação e outras despesas necessárias para o dia a dia?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: Colorado Refugee Services Program

Pergunta 29: **E aqui, as suas despesas são relacionadas, principalmente, à qual dessas opções?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 30: **Qual é a renda mensal, aproximadamente, da sua família aqui no Brasil?**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 31: **Por que você se mudou/saiu da Venezuela? (Marque todas as opções que se apliquem)**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM Handbook

Pergunta 32: **Se quiser, comente mais sobre os motivos que o levaram deixar seu país**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 33: **Qual foi o principal motivo pelo qual você escolheu o Brasil, e não outro país?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 34: **Se quiser, comente mais sobre os motivos que te levaram a escolher o Brasil como país como país de destino.**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 35: **O que você mais apreciava da cultura brasileira antes de vir para cá?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: Magalhães (2017)

Pergunta 36: **Se quiser, resuma em poucas palavras a impressão que você tinha do Brasil antes de vir para cá**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 37: **O Brasil é o seu país de destino final pretendido?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 38: **Qual é o seu país de destino final pretendido?**

Resposta aberta

Fonte: IOM DTM

Pergunta 39: **Florianópolis é a sua cidade de destino final pretendida?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 40: **Qual é a sua cidade de destino final pretendida?**

Resposta aberta

Fonte: IOM DTM

Pergunta 41: **Com quem você viajou/se mudou? (Marque todas as opções)**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM Handbook

Pergunta 42: **Há quanto tempo você está aqui no Brasil?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 43: **Por quanto tempo você planeja ficar no Brasil?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 44: **Você acha que sua situação econômica está melhor, igual ou pior do que estava antes de vir para cá?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: Vanderbilt University

Pergunta 45: **Quantas horas por semana você trabalha no seu (principal) emprego?**

Resposta de múltipla escolha (adaptada)

Fonte: European Union - EU MIDIS

Pergunta 46: **Você faz horas extras? Se sim, com qual frequência?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 47: **Você está enviando ajuda na forma de dinheiro ou bens para outra pessoa em seu país de origem?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 48: **Que tipo de ajuda você está enviando? Por favor, indique todas as opções que se aplicam.**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: IOM DTM

Pergunta 49: **Como você envia o dinheiro?**

Resposta de múltipla escolha (adaptada)

Fonte: IOM DTM

Pergunta 50: **Mensalmente, qual a quantia aproximada de dinheiro que você envia à Venezuela?**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 51: **Você já desfrutou de algum espaço público de lazer ou cultura em Florianópolis?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 52: **Se sim, qual?**

Resposta aberta

Fonte: elaboração própria

Pergunta 52: **Desde que chegou, como é sua relação com brasileiros?**

Resposta de múltipla escolha

Fonte: Magalhães (2017)

Pergunta 53: Desde sua chegada ao Brasil, como você avalia o papel de instituições de apoio ou acolhida aos migrantes, caso tenha tido contato com alguma delas?

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 54: Você sente que agora o Brasil é sua casa?

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 55: Você sente falta da Venezuela?

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 56: Desde que chegou, você já experienciou sentimentos de isolamento, solidão, melancolia, tristeza, nostalgia ou algo do tipo?

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Pergunta 57: Numa escala de 1 a 5, quanto você acha que esses sentimentos estão ligados à imigração?

Resposta de múltipla escolha

Fonte: elaboração própria

Links para os estudos:

IOM DTM: <https://encurtador.com.br/nbDiP>

IOM Handbook: <https://encurtador.com.br/Kb0Mv>

IOM Reintegration Handbook: <https://encurtador.com.br/aeSCg>

Immigration Policy Lab (IPL): <https://www.integrationindex.org/>

Colorado Refugee Services Program: <https://encurtador.com.br/AYXAP>

European Union - EU MIDIS: <https://encurtador.com.br/mbcpg>